

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

Nas Asas de um Sonho – fragmentos da Construção da Nação

Estudo de caso: O Jornal «Mais Alto» (1959 – 1974)

Vítor Manuel da Silva Viana Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia na Especialidade em Globalização, Migrações e Multiculturalismo

Orientadora:
Doutora Nélia Susana Dias, Professora Associada com Agregação,
ISCTE-IUL

Outubro, 2012

*A amnésia é má para as pessoas e
também para as sociedades.*

*Temos que saber quem somos para viver
com a consciência de estar vivos.*

Sigamos perguntando e procurando

em José Saramago nas Suas Palavras

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais que, como tantos outros neste período, ainda que com filhos pequenos, viveram por antecipação a angústia da partida destes para a Guerra de África (do Ultramar / Colonial).

Agradecimentos

À minha orientadora, antes de mais, por ter prontamente aceite o desafio de orientar esta dissertação e depois, pela disponibilidade, pelo apoio, pelo acompanhamento e incentivos constantes ...

À atual Redação da «*Mais Alto*», especialmente na pessoa do seu Chefe de Redação, pela disponibilidade demonstrada, pelo facultar de toda a informação de que dispunham, pelo propiciar de contactos e mais do que tudo, pelo interesse posto neste projeto, que nos serviu também de incentivo.

Ao Arquivo Histórico da Força Aérea, especialmente na pessoa do Dr. Carlos Serejo, quer pela pesquisa de informação sobre o jornal, quer pelo estabelecimento de alguns contactos com colaboradores e ex-colaboradores do Arquivo.

Aos distintos militares, General Tavares Monteiro, General Cunha Cavadas, General Osório Mourão, General Brochado Miranda, General Lemos Ferreira, pelas longas entrevistas concedidas sem as quais não seria possível conhecer parte da vida do jornal e da perceção que a hierarquia superior da Força Aérea tinha do jornal. Ao Sargento-mor Sotero e ao Sargento-mor Cabaço pelas longas conversas informais com que iniciamos esta nossa pesquisa.

Resumo

A presente dissertação é um estudo de caso sobre o jornal «*Mais Alto*», órgão de divulgação da Força Aérea Portuguesa, no período de 1959 a 1974.

A leitura atenta a este «lugar da memória», como ousamos chamar-lhe, permitiu-nos efetuar «um voo através dos tempos» ao encontro daquele que é seguramente o período mais difícil e controverso da história recente de Portugal, o do Estado Novo, e especialmente, daquela que ficaria conhecida por Guerra de África (do Ultramar / Colonial), de que o jornal «*Mais Alto*» é do primeiro, inevitavelmente fruto, dado o cariz institucional onde nasceu, e da segunda, testemunho, dada a data em que começou a ser publicado e dos acontecimentos que presenciou, e de que deu pública notícia.

Tendo como universo analítico um jornal a metodologia utilizada passou necessariamente pela análise do discurso difundido, mas como numa publicação tudo é suposto comunicar, estivemos também atentos à foto-ilustração, à iconografia utilizada e, a toda a retórica e imaginário coletivo envolvidos.

De tudo isto damos conta nesta «arqueologia» do periódico, não sem, cumulativamente, discorrer acerca da sua difusão, analisar a predominância entre divulgação e propaganda, e sobretudo, para fruto da leitura «situada» que fizemos, darmos voz aos articulistas do jornal e à «hipérbole nacionalista» que estes construíam e difundiram.

Palavras-chave: Jornal «*Mais Alto*», Construção da Nação, Aeronáutica militar, Colonialismo.

Abstract

This dissertation is a case study of a journal, «*Mais Alto*», the organ of the Portuguese Air Force from 1959 to 1974.

A careful reading of this «site of memory» – as we call it – allowed us «to fly over times» in order to grasp what is certainly the most difficult as well as most controversial moment of Portuguese recent history, the Colonial Wars in Africa. This journal is undoubtedly the result of this institutional context and at the same time a testimony of the political events occurred. By focusing on the study of this journal, the methodology used implied necessarily the analysis of the discourse as well as the examination of the iconography in order to point out the rhetorical and collective imaginary underlying this enterprise.

Our aim is to provide «an archaeology» of a periodical along with an analysis of its dissemination and the tension between divulgation and propaganda. The privileged accorded to the main actors / reviewers of this journal and to their discourse helps to explain our «located» or situated analysis.

Key Words: Journal «*Mais Alto*», Nation Building, Military aeronautics, Colonialism.

Índice

Índice de Figuras	xv
Glossário de Siglas.....	xvii
Introdução.....	1
1. Objeto de análise.....	1
2. Objetivos genéricos.....	2
3. Problemática.....	4
4. Contexto da pesquisa.....	5
5. Metodologia.....	6
6. Dificuldades encontradas.....	8
7. O que não foi possível fazer.....	9
8. Plano do trabalho.....	9
Capítulo 1. «Arqueologia» de um periódico.....	11
1. 1.O jornal « <i>Mais Alto</i> ».....	11
1. 2.«Atores Principais».....	17
i. Kaulza de Arriaga.....	18
ii. Miguel Trigueiros.....	20
iii. Carlos Cascais.....	22
1. 3.Um antecessor – o jornal « <i>Brado</i> ».....	23
1. 4.Contexto do surgimento do « <i>Mais Alto</i> ».....	25
1. 5.Difusão do jornal.....	27
1. 6.Divulgação e Propaganda.....	31
Capítulo 2. Folheando o « <i>Mais Alto</i> ».....	45
2. 1.O Presente como corolário do Passado.....	45
i. A Cruz de Cristo.....	45
ii. Das caravelas à Aeronáutica.....	48
iii. « <i>Os Lusíadas</i> ».....	51
2. 2.Novas possibilidades, novos desafios.....	52
i. A aeronáutica militar – Rumo ao Ultramar.....	52
ii. Apelo à juventude.....	53
iii. Ventos da História – Ventos de Leste.....	54
2. 3.Argumentos da Nação.....	57
i. O conflito africano no cenário internacional.....	57
ii. Integridade territorial e moral da Nação.....	64
iii. A solução portuguesa.....	69
2. 4.Agentes envolvidos.....	72
i. O Soldado português.....	72
ii. A mulher portuguesa.....	75
iii. O Movimento Nacional Feminino e a Madrinha de Guerra.....	76
2. 5.«Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se» - «renovação na continuidade».....	78
2. 6.Pátria, a razão de tudo.....	82
Conclusão.....	85
Bibliografia.....	87

Anexos	93
Anexo A – Quadro resumo das mudanças na direção do «<i>Mais Alto</i>».	95
Anexo B – Primeira página do nº 1 do «<i>Mais Alto</i>» – abril de 1959.	97
Anexo C – Apresentação de M. T. ao Diretor dos Serviços de Censura.	99
Anexo D – A génese do «<i>Mais Alto</i>».	101
Anexo E – Quadro de pessoal e colaboradores (proposta).	103
Anexo F – Descubra as diferenças.	107
Anexo G – Resenha do jornal «<i>Brado</i>» e documentação complementar.	109
Anexo H – Missiva de Káulza de Arriaga.	115
Anexo I – O surgimento do «<i>Mais Alto</i>» nos outros <i>media</i>.	119
Anexo J – Mudanças no destaque dado aos que caíam em combate.	121
Anexo K – Proposta de artigo para o «<i>Mais Alto</i>».	123

Índice de Figuras

Figura	Descrição	Página
1.1	«Mais Alto» 1ª Página nº 1 (abril de 1959)	11
1.2	«Mais Alto» 1ª Página nº 15 (julho de 1960)	12
1.3	«Mais Alto» 1ª Página nº 21 (janeiro de 1961)	13
1.4	«Mais Alto» 1ª Página nº 65 (setembro de 1964)	15
1.5	Cartaz da Exposição (2007)	16
1.6	«Mais Alto» 1ª Página nº 396 (março-abril de 2012)	17
1.7	Cartaz da Exposição 2012	17
1.8	Miguel Trigueiros - Caricatura do Jornal «ABC»	20
1.9	«Mais Alto» Contracapa nº 31-33 (novembro-janeiro de 1961-1962)	29
1.10	Recortes selecionados	33
1.11	«Aconteceu»	33
1.12	Imagem identificadora da coluna «Vozes de Angola»	34
1.13	Imagem identificadora da coluna «Vozes do Ultramar»	34
1.14	Atleta português	36
2.1	Cruz de Cristo	45
2.2	Cocarde português	45
2.3	A Cruz de Cristo um símbolo	47
2.4	Ao abrigo das asas da Força Aérea	53
2.5	«Mais Alto» (23), pp. 10-11	61
2.6	«Mais Alto» (23), p. 12	61
2.7	«Mais Alto» (34-35), pp. 20-21	62
2.8	«Mais Alto» (28-29), p. 32	63
2.9	Fé e Aviação	66

Glossário de Siglas

Sigla	Designação
AHFA	Arquivo Histórico da Força Aérea
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
EN	Emissora Nacional
FNAT	Federação Nacional para a Alegria no Trabalho
JCCP	Junta Central das Casas do Povo
MEN	Ministério da Educação Nacional
MNF	Movimento Nacional Feminino
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
OMEN	Organização das Mães para a Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
OTAN/NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SNI	Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

Introdução.

1. Objeto de análise.

Nas Asas de um Sonho partiram um dia as aeronaves da Cruz de Cristo... e para de tal dar notícia, surgiram no limitado espaço editorial português, para além de uma série de artigos em jornais e revistas generalistas, alguns publicações especificamente dedicadas à divulgação e propaganda da «Causa Aeronáutica» nacional. Entre elas, podemos encontrar em finais da década de 50 o periódico «*Mais Alto*», ao qual dedicamos o presente Estudo de caso.

O Jornal «*Mais Alto*», pois esse é o seu formato inicial, surge no mês de abril de 1959, enquanto órgão de divulgação da Força Aérea Portuguesa, então recentemente constituída arma independente¹.

Sofrendo como veremos, algumas alterações, quer na sua linha editorial, quer de apresentação, a que não serão alheiras as frequentes mudanças na sua direção², a sua publicação manter-se-á até março de 1974. Sendo, então interrompida, na sequência do 25 de abril de 1974, para depois ser retomada em Janeiro de 1978, já sob a designação de Revista. Formato que mantém até ao presente.

As razões que nos levaram à escolha deste universo de análise são de duas ordens de interesse, que dividiremos para simplificar, em âmbito geral e particular. Quanto ao âmbito geral, parece-nos que este campo de análise – o das publicações militares – não tem sido suficientemente trabalhado na esfera dos estudos sobre a «Construção da Nação».

Dados da Biblioteca do Exército³ apontam para 357 publicações surgidas só entre 1961 e 1970, o maior crescimento registado até à data⁴. Até então, o número de publicações existentes cifrava-se num total de 262. No decénio anterior haviam surgido 58 publicações, com nove novos lançamentos, só em 1959. Apesar dos números, este «terreno» parece não ter atraído até agora, a pesquisa do ponto de vista da antropologia, quanto a nós estranhamente.

¹ Na sequência da organização geral da aeronáutica militar publicada em Diário do Governo, de 27 de maio de 1952, Iª Série, Lei nº 2055 e mais concretamente com a publicação do Decreto-Lei nº 38805, de 28 de junho de 1952, Diário do Governo, Iª Série.

² Ver Anexo A – Quadro resumo das mudanças na Direção do «*Mais Alto*».

³ Designadamente do *Catálogo da Biblioteca do Exército*, de Alberto Ribeiro Soares. Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003.

⁴ A este surto não será alheio o envolvimento militar português em África. Algumas destas publicações nasceram exatamente no contexto das então unidades militares do ultramar português, como são os casos de «*O Ronga*» ou «*Os Progressistas*», no último caso, uma publicação crítica do Estado Novo, da Companhia de Cavalaria 3420 da Guiné, tendo como diretor, o então Capitão Salgueiro Maia. Para o efeito ver Santos, Cristiana (2008).

Nas razões que reportaríamos do âmbito particular, encontram-se o interesse pessoal por um período da História recente de Portugal, o do Estado Novo, e especialmente, por aquela que ficaria conhecida por Guerra de África (do Ultramar / Colonial)⁵, de que o jornal «*Mais Alto*» é do primeiro, inevitavelmente fruto, dado o cariz institucional onde nasceu, e da segunda, testemunho, dada a data em que começou a ser publicado e dos acontecimentos que presenciou, e de que deu pública notícia.

Fazendo fé no que escreveu o Coronel Edgar Cardoso: «"Mais Alto", onde melhor do que em qualquer outro lugar, se devem juntar as folhas do "álbum do passado"»⁶ e acreditando no lema apostado no Brasão de Armas do periódico: «VERBA VOLANT, SCRIPTA MANENT»⁷ o escolhemos para nosso objeto de análise.

As razões do nosso interesse e a interrupção temporária da publicação a partir de abril de 1974, deram-nos naturalmente o âmbito da pesquisa e a delimitação temporal da nossa análise. Passando dessa forma a fazer parte do escrutínio que nos propúnhamos fazer, 179 números do jornal, que se estendem de abril de 1959 a março de 1974.

2. Objetivos genéricos.

Uma leitura atenta a este «lugar da memória», como ousamos chamar-lhe, permite-nos efetuar «um voo através dos tempos»⁸ ao encontro dos protagonistas do então império colonial português e do regime político do Estado Novo.

Claro que o período em questão e o denominado «nacionalismo historicista» foram já alvos de análise, mas privilegiando nesses casos diferentes campos de análise – os manuais escolares⁹ e os livros de História¹⁰, ou mesmo, os *media*, como o ensaio sobre a agência noticiosa «*Lusitânia*»¹¹ ou «*O Telejornal...*»¹². A reprodução ideológica através de diferentes

⁵ Outras formas de designação foram sendo encontradas ao longo das leituras para este trabalho, como por exemplo: Campanhas de África ou Conflito do Ultramar. Só o leque de designações possíveis e o cuidado posto na sua utilização consoante a plateia de ouvintes, deixa adivinhar que este realmente não é um tema «pacífico» e muito menos encerrado.

⁶ Em «*Mais Alto*» (19) de novembro de 1960, p. 10.

⁷ «As palavras voam, os escritos permanecem». Em artigo com o mesmo nome, «As palavras voam... 45 Anos de Edição», «*Mais Alto*» (366) de março-abril de 2007, pp. 4-5.

⁸ Exposição Mais Alto – «um voo através dos tempos», o percurso de 45 anos de edição sugerido pelas capas da revista.

⁹ Ver para o caso Almeida, Miguel Vale (1992).

¹⁰ Ver para o caso Santos, Mariana (2007).

¹¹ Ver para o caso Fonseca, Wilton (1995).

¹² Ver para o caso Cádima, Francisco Rui (1992).

processos e meios foi também já alvo de análise bem mais abrangente em *História e ideologia*, de Luís Reis Torgal (1989).

Nós decidimo-nos fazê-lo a partir de um universo analítico distinto – um jornal «militar» –, privilegiando para o efeito o discurso difundido, e o acompanhamento noticioso que o mesmo foi fazendo daquele que é seguramente o período mais difícil e controverso¹³ da história recente de Portugal.

Como referimos, partimos de um conjunto de artigos de um jornal de circulação limitada, mas cujo espírito e sentidos foram, como veremos ao longo desta dissertação, transmitidos do público-alvo desta publicação para um universo mais alargado. É esse espírito e sentidos em fragmentos do discurso, esses apelos a uma «Alma Nacional consistente e imutável», e do particular «contributo civilizacional», paralela e continuamente repetidos, que buscamos sublinhar e contextualizar.

Não procuramos nesta nossa análise fazer uma abordagem histórica, muito menos exaustiva, dadas as limitações formais de uma dissertação de mestrado, mas antes dar conta do imaginário coletivo e dos processos de inculcação por meios particulares e paralelos, que aconteceram durante o Estado Novo. Mantendo-nos sobretudo atentos aos sentidos e à contextualização da sua construção.

Esta nossa dissertação não pretende fazer qualquer juízo de valor. Enformados pelo devir histórico, e de acordo com os interesses já expressos, somos assumidamente um «observador situado»¹⁴, que privilegiámos um determinado enfoque; outras leituras e outros enfoques poderiam ser feitos, temos a autoconsciência¹⁵ de que o trabalho etnográfico é

¹³ Já que «Portugal é um país que não soube nunca viver a sua História senão como uma História Santa» (Lourenço, 1999)

¹⁴ Expressão de Clifford Geertz (2001) quanto à influência da própria cultura do antropólogo na etnografia que pratica.

¹⁵ Como sugere James Clifford (1986 *apud* Castro, 2001) é necessário um «olhar reflexivo» que ao contrário de escamotear a subjetividade, a deve expor. Através dessa prática autorreflexiva mostra-se o antropólogo no terreno e não acima dele. Nesse sentido, este ato reflexivo, marcadamente subjetivo, valoriza as experiências, as dúvidas e as sensações pessoais do pesquisador, contrapondo-se a um idealizado «realismo científico» da autoridade do etnógrafo (Clifford, 1986 *apud* Castro, 2001). Pelo que, o trabalho etnográfico deve ser entendido e vivenciado como uma negociação de pontos de vista, uma sobreposição de horizontes. Isso permitirá a «percepção da complexidade da realidade em que o antropólogo está inserido, e deve estar presente em todos os momentos do trabalho – tanto no trabalho de campo como no texto, pois não são fases diferentes da pesquisa, mas momentos de um mesmo processo de construção do fazer etnográfico» (Castro, 2001: 199).

datado e mais do que isso, materializa-se num dos discursos possíveis e não no único possível, estes, estamos cientes, são a «nossa leitura» e o «nosso discurso»¹⁶.

A Antropologia tem vindo a ser considerada, desde os seus primórdios, a ciência do «outro», do diferente, do geograficamente distante. Como salienta Arjun Appadurai (1986), a teoria antropologia sempre baseou a sua prática na ida a algum lugar, preferivelmente um lugar, geográfica, moral e socialmente distante do lugar de origem do antropólogo. Esta deslocação geográfica e a distância cultural garantiriam, supostamente, um olhar distanciado (Lévi-Strauss, 1986).

No nosso caso, fazendo parte da instituição militar e da Força Aérea, é um pouco como investigar no nosso próprio quintal, um ir para fora cá dentro, como refere o *spot* publicitário. Pelo que esperamos ancorar o nosso suposto olhar distanciado na diferença temporal que medeia entre o período em análise (1959 – 1974) e a nossa pesquisa, uma vez que, e tomando à letra as palavras de David Lowenthal (1985), «*The Past is a Foreign Country*».

3. Problemática.

À medida que prosseguíamos com a nossa análise, algumas perguntas nos foram naturalmente surgindo. Como jornal institucional, poderá este ter-se constituído em órgão de construção da nação ou de consolidação desta, para os segmentos do público-alvo já familiarizados com o discurso nacionalista? Importa perceber, se tal aconteceu, e se esta atitude (função) é constante e tem o mesmo peso no período em análise, ou se é contingencial; ou seja se, fruto de determinados acontecimentos sociais e políticos, assume maior predominância.

Pretendendo cumulativamente perceber, se o jornal em questão, se constituiu mais como órgão de divulgação da «Causa do Ar» e da aeronáutica militar ou sobretudo, fomentando o amor à Pátria e o culto do dever, se constituiu como órgão de ação nacional.

Por outro lado, a interrupção da sua publicação depois de abril de 1974 deixa no ar outras questões. E porventura a resposta à questão anterior, órgão de divulgação da «Causa do Ar» ou antes órgão de ação nacional. Interessa contudo, quanto a nós, saber as razões

¹⁶ Como tão bem exemplifica Fátima Quintas (2000): «a escritura antropológica tem um carácter introspectivo porque ressalta a personalidade do narrador. Único, solitário no ato de se colocar no papel. Dele dependem a frase constituída, o parágrafo composto, as reticências, as interrogações e, principalmente, o difícil ponto final» (: 36).

invocadas para a sua interrupção¹⁷. Aspeto, que eventualmente poderia ser apenas esclarecido pelos protagonistas, quer da sua interrupção, quer talvez do seu relançamento.

Até à manifestação do nosso interesse no passado do periódico, não havia sido basicamente encontrada qualquer documentação oficial sobre o mesmo. Ou feita alguma pesquisa mais criteriosa sobre os seus pretéritos tempos. Pelo que parece-nos, além de pertinente, premente não deixar que o tempo faça esquecer as idiossincrasias do passado deste periódico do meio militar português.

4. Contexto da pesquisa.

Dada a nossa integração na estrutura hierárquica da Força Aérea¹⁸ e a necessidade de estabelecer contacto com a Redação da Revista¹⁹ «*Mais Alto*» foi julgado conveniente fazer um pedido de audiência ao então Diretor da «*Mais Alto*», Tenente-General Piloto-Aviador Palma de Figueiredo, para pessoalmente darmos conta do trabalho que nos propúnhamos fazer e ao mesmo tempo pedirmos autorização para efetuar a nossa pesquisa junto da Redação. Mediante a autorização e a manifestação de total apoio²⁰ encetamos efetivamente o nosso «trabalho de campo» com uma entrevista ao atual Chefe de Redação e Produção, Nuno Esteves da Silva²¹. Obtivemos sempre da parte deste, bem como de todos os outros elementos²² ligados à produção da «*Mais Alto*», o maior apoio e a melhor das colaborações.

O trabalho de leitura, análise e sistematização da informação recolhida foram efetuados maioritariamente na Redação da Revista e decorreram entre 1 de setembro de 2011 e 4 de abril de 2012. Em período complementar, 18 de abril de 2012 a 4 de maio de 2012, procedemos à pesquisa de informação sobre o «*Mais Alto*» no acervo documental do Arquivo

¹⁷ O «*Jornal do Exército*» com publicação a partir de janeiro de 1960 não sofreu qualquer interrupção. A «*Revista da Armada*» com publicação a partir de 1970 não sofre qualquer interrupção no mesmo período, optando por fazer referência à Revolução que se vivia, já no verão de 1974. Para o último caso ver «Nota de Abertura – O 25 de Abril» pelo Diretor e Editor Comodoro Malheiro do Vale. Em «*Revista da Armada*» (34) de julho de 1974.

¹⁸ Oficial do Quadro Permanente.

¹⁹ «*Mais Alto*» - Revista da Força Aérea Portuguesa. Designação que ostenta desde janeiro de 1978.

²⁰ Em audiência concedida a 12 de abril de 2011.

²¹ Entrevista efectuada na Redacção da Revista a 15 de abril de 2011.

²² Nomeadamente, Coronel ENGAER Bernardino Santos (Subdiretor), Dra. Ana Monteiro (Secretariado), Sr^a. D. Fátima Berlinga (Design Gráfico e Paginação), 1Sarg Paulo Moreira (Redacção) e 2Cab Bruno Silva (Assinaturas).

Histórico da Força Aérea (AHFA). Também aqui obtivemos a melhor das colaborações²³, quer com a pesquisa e o facultar de documentos entretanto encontrados por via do interesse despertado pelo nosso trabalho, quer mesmo pelo estabelecimento de alguns contactos com colaboradores e ex-colaboradores do AHFA²⁴, dos quais daremos também conta nesta dissertação.

5. Metodologia.

Sendo o nosso campo de análise um jornal, a metodologia usada passou necessariamente pela análise do discurso, mas como numa publicação tudo é suposto comunicar, estivemos também atentos à foto-ilustração, à iconografia utilizada e a toda a retórica envolvida.

Paralelamente à análise do discurso, e dado não haver como já antes referido, qualquer informação que nos permitisse aferir com certeza, o intuito do seu lançamento, a sua tiragem, o universo de leitores e o seu público-alvo, foi feito um conjunto de entrevistas semidiretivas a alguns dos envolvidos na sua elaboração e a alguns dos seus leitores no período em análise.

Entre estes, e para dar resposta a algumas das questões inerentes ao nosso objeto e à problemática envolvente, já atrás referidos, consideramos de particular interesse para a nossa pesquisa o testemunho de algumas personalidades, que de pronto se disponibilizaram²⁵. Nomeadamente, um dos seus subdiretores, General Piloto-Aviador Cunha Cavadas, o subdiretor e mais tarde diretor, General Piloto-Aviador Tavares Monteiro – diretor à data da interrupção da publicação do «*Mais Alto*» –, e por fim não diretamente ligado ao jornal, mas um dos protagonistas, o principal, da sua reedição a partir de 1978, o General Piloto-Aviador Lemos Ferreira, na altura Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. A juntar a estes, obtivemos ainda o testemunho, do General Piloto-Aviador Osório Mourão, na qualidade de Chefe de Redação de um antecessor do «*Mais Alto*» – o jornal «*Brado*» – e de responsável pela edição do Boletim do Estado Maior da Força Aérea²⁶; e dado não estar mais presente entre nós o

²³ Nomeadamente, Dr. Carlos Serejo, Tenente Yann Araújo, 1Sar Francisco Marchante, Sr^a. D. M^a Emília Reis e Sr^a D. Luísa Fernandes.

²⁴ Designadamente, General Piloto-Aviador Brochado de Miranda, General Piloto-Aviador Osório Mourão e General Piloto-Aviador Cunha Cavadas.

²⁵ Um abrindo-nos a porta da sua casa, os outros deslocando-se de propósito ao Estado-Maior da Força Aérea (Alfragide) para aí responderem às nossas questões. Afiançando, quase de forma generalizada, que o seu contributo era necessariamente muito modesto.

²⁶ O primeiro número sai a 30 de junho de 1959.

Editor Carlos Cascais²⁷, o testemunho do seu filho, o jornalista e professor universitário Dr. Fernando Cascais²⁸. Contactamos também, pelo muito interesse demonstrado ao longo dos anos pela história da FA, o Coronel Alves de Fraga²⁹.

Paralelamente e buscando opiniões de eventuais leitores do «*Mais Alto*» sondamos a comunidade virtual. Daí resultou a troca de *e-mails* com o Sr. Rui Neves, Editor do blog «Clube de Especialistas do AB4 – Aeródromo Base – Henrique de Carvalho/Saurimo – Angola»³⁰ e com o Sr. Victor Barata, colaborador do blog «Especialistas da Base Aérea 12 – Guiné 65/74»³¹, e a publicação nas respetivas páginas do trabalho que então iniciávamos. Novos contactos se seguiram, que referimos ao longo desta dissertação, uns continuando virtuais outros cara a cara, como foi os casos dos Sargentos-mores Victor Sotero e Fernando Cabaço³².

Com o intuito de coligir informação complementar sobre o jornal foram também efetuadas consultas e pesquisas documentais no AHFA. Optamos inicialmente pela consulta das Ordens à Aeronáutica, 1ª e 2ª série (anos de 1959, 1960 e 1961) e das Ordens de Serviço, dos mesmos anos, contudo sem resultados efetivos para o nosso trabalho. Posteriormente, e no mesmo arquivo, procedemos à pesquisa do acervo documental do Subsecretariado, e depois Secretariado, de Estado da Aeronáutica. Desta pesquisa resultou um conjunto de documentos relacionados com o jornal, que referiremos ao longo desta dissertação e que apresentaremos em anexo, quando julgado pertinente. Documentos esses, que suscitaram novas linhas de pesquisa, especialmente depois de nos terem levado a estabelecer a relação do nosso objecto de análise – o «*Mais Alto*» – com o seu antecessor, o jornal «*Brado*».

O seguimento desta ligação entre estes dois periódicos levou-nos à Hemeroteca Municipal de Lisboa e à Biblioteca Nacional essencialmente para consulta do «*Brado*» e para saber se fora dada notícia nos *media* nacionais³³ do surgimento do «*Mais Alto*». Posteriormente, fizemos o mesmo junto da Biblioteca Municipal de Sintra, procurando na

²⁷ O único elemento a manter-se em permanência ligado ao jornal no período que vai de abril de 1959 a março de 1974. Faleceu a 12 de outubro de 2003.

²⁸ Em entrevista concedida a 24 de janeiro de 2012 na redação da «*Mais Alto*».

²⁹ *E-mail* trocado a 22 de outubro de 2011 de que daremos conta no decorrer desta dissertação.

³⁰ Ver <http://ab4especialistas.blogspot.pt/>.

³¹ Ver <http://especialistasdaba12.blogspot.pt/>.

³² Destacamos estes pela sua imediata «adesão» e pelas longas conversas que fomos tendo no início deste projeto.

³³ Nomeadamente, «*Diário de Notícias*», «*O Século*», «*Diário de Lisboa*», «*República*», «*Diário Popular*» e «*A Voz*».

imprensa regional³⁴ informação idêntica, sobretudo, dada a preponderância à altura da Base Aérea nº 1 (Granja do Marquês – Sintra) e de o jornal «*Brado*» ter tido nessa unidade militar morada editorial.

Da informação entretanto coligida, surgiu-nos a necessidade de nos debruçarmos sobre uma outra publicação de carácter generalista, no caso a revista «*Flama*», nos anos de 1958 e 1959, de que daremos também nota durante esta dissertação.

Por fim e na persecução de encontrar informação sobre os então Serviços de Divulgação³⁵ da Força Aérea deparamos com alguns guiões do programa quinzenal «*Jornal do Ar*», na Emissora Nacional (E.N.), em que são feitas referências ao jornal «*Mais Alto*» e de que daremos conta posteriormente.

6. Dificuldades encontradas.

Entre as dificuldades que fomos sentindo ao longo da pesquisa, sublinhamos a inexistência de qualquer estudo ou artigo de fundo sobre o periódico. O que encontramos foram apenas breves referências ao surgimento do jornal em números mais recentes e sem qualquer citação a fontes. Aliás, as fontes documentais que entretanto fomos descobrindo ou nos foram fornecendo³⁶, dada a empatia gerada e o interesse despertado, encontravam-se dispersas; nalguns casos «perdidas» em pastas que nada tinham a ver com aquilo que procurávamos. Um dos documentos que conseguimos referenciar como o de ligação estreita entre os periódicos citados – «*Mais Alto*» e «*Brado*» – fomos mesmo incapazes de encontrar³⁷.

A esta dispersão e mesmo falta de documentos, temos que acrescentar as limitações encontradas ao nível do testemunho oral. A propecta idade de alguns dos nossos entrevistados e a diversidade de funções que foram desempenhando durante a sua carreira militar levou a

³⁴ No caso, o «*Jornal de Sintra*».

³⁵ Serviços que faziam parte do Gabinete do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, mais tarde Secretariado. Deste Gabinete faziam parte ainda o ajudante de campo do subsecretário de Estado e o Capelão-Chefe dos Serviços Religiosos. Mantendo o Gabinete relações com a Assembleia Nacional, Câmara Corporativa e outros órgãos de soberania; as ligações com as missões e adidos aeronáuticos estrangeiros; os assuntos religiosos e sociais da Força Aérea; os serviços de divulgação, de imprensa e outros meios de difusão. Em «*Mais Alto*» (21) de janeiro de 1961, p. 4.

³⁶ Documentação encontrada pelo Dr. Carlos Serejo no AHFA e por Nuno Esteves da Silva na Redação do periódico.

³⁷ Circular nº 11, Pº 13-4/58 e 13-7/58 de 22 de fevereiro de 1958 (da Direção do Serviço de Intendência e Contabilidade) e Circular nº 1/58 de 25 de fevereiro de 1958 (da Secretaria do Estado Maior da Força Aérea).

que muito da sua colaboração com o jornal tivesse sido esquecida, pelo menos nos pormenores.

Outros houve, em que a tentativa de contacto não resultou positiva.

E outros ainda que, já não se encontram mais entre nós, entre estes, um que faleceu ainda no decorrer deste trabalho, o Coronel Manuel Martins Vinhas, que tínhamos considerado contactar.

7. O que não foi possível fazer.

O presente trabalho, não pretendendo ser apenas uma «arqueologia» do periódico, necessitou contudo de informação que o permitisse conhecer, entender, enquadrar e contextualizar. Apesar do prazer pessoal que sentimos na busca de documentação no AHFA, a determinada altura tivemos a necessidade de a dar como concluída, com aquele sabor agridoce de termos descoberto alguns documentos interessantes, mas sempre e apesar de tudo, com a ideia que mais algum se poderia encontrar perdido numa qualquer pasta. Quando começamos, afiançavam-nos que já tinham sido feitas algumas diligências para encontrar documentação sobre o periódico mas estas tinham-se mostrado quase sempre infrutíferas, pelos vistos tivemos sorte! Mas porventura, outros documentos se encontrarão ainda dispersos.

Testemunhos orais, outros poderiam ter sido ouvidos. Ficamos sempre com a sensação que um ou outro, nos podem abrir novas perspetivas, novas oportunidades de contacto... A sensação de que podíamos continuar a porfiar não nos abandona. Não é esse o prazer da pesquisa e do fazer etnográfico?

8. Plano do trabalho.

Ao iniciar este Estudo de caso sentimos necessidade de saber como apareceu o periódico, qual o intuito da sua publicação, os envolvidos no seu lançamento, e sobretudo o seu trajeto de vida enquanto órgão de divulgação.

Como salienta Regina De Luca (2005), jornais e revistas devem ser vistos como projetos coletivos que agregam pessoas em torno de ideias, crenças e valores. Pelo que há necessidade de identificar a linha editorial, colaboradores mais assíduos, escolha de título e textos programáticos. Já que, intenções e expectativas, funcionam como pistas para entender a leitura que fazem do passado e as propostas de futuro que apresentam.

Do *corpus* que conseguimos apurar³⁸ damos nota no primeiro capítulo desta dissertação – «Arqueologia» de um periódico. Nele, fazemos a resenha de vida do jornal, procurando retratar o mais fielmente possível as mudanças diretivas e editoriais no período em questão. Para tal, damos cumulativamente conta dos protagonistas do seu lançamento e da sua edição. Sem deixar de estabelecer a ligação deste, enquanto órgão de divulgação da aeronáutica militar, a um seu antecessor – o jornal «*Brado*». Este último, pela possibilidade que nos deu de inferir alguns dados, até então desconhecidos para o «*Mais Alto*». Neste capítulo aproveitamos ainda, para dar a conhecer o contexto nacional e internacional de surgimento do jornal «*Mais Alto*»; para de seguida, discorrer acerca da sua difusão e analisar a predominância entre divulgação e propaganda. Terminamos o capítulo fazendo referência ao comemorativismo nacional e à reprodução de um nacionalismo quotidiano – «hipérbole nacionalista», inscrita nas práticas da transmissão de conhecimento mas sobretudo da formação de consciências de que o Estado Novo tão bem se serviu, e de que o jornal «*Mais Alto*» é, como veremos, porta-estandarte.

No segundo capítulo – Folheando o «*Mais Alto*» – fruto da leitura «situada» que fizemos, mostramos precisamente toda a hipóbole nacionalista que o jornal constrói e difunde. Para melhor o ilustrar, demos preponderância à voz autoral dos articulistas, pois só assim, julgamos, se pode ter noção da parábola construída com o intuito de fomentar a adesão emocional dos leitores à «causa aeronáutica» nacional e através dela aos valores da Nação. Para tal, dividimos este capítulo em áreas temáticas, que ao longo da análise por nós efetuada nos vão dando conta dos usos do passado, das novas possibilidades e desafios que então se colocavam à Nação, dos argumentos que esta usava e contrapunha, dos agentes de que dispunha no terreno, dos infortúnios e dos condicionalismos com que tinha que lidar, tudo na prossecução de um bem maior, a Pátria.

Em guisa de conclusão tentamos dar resposta às questões que se nos colocaram desde o início, como, o intuito do seu lançamento, o este ter-se constituído mais como órgão de construção da nação ou de consolidação desta, a preponderância entre divulgação da «causa do ar» e «ação nacional», e as razões para a interrupção da sua publicação em março de 1974.

Não terminando esta dissertação, sem fazer uma ponte com um passado mais próximo e um contexto político distinto...

³⁸ Uma vez que a publicação se mantém viva, suscitando as mais diversas manifestações culturais, julgamos oportuno, nesta «Arqueologia» de um periódico, ir para além do período temporal por nós estabelecido.

Capítulo 1. «Arqueologia» de um periódico.

1.1. O jornal «*Mais Alto*».

O «*Mais Alto*» surge, como já referido, no mês de abril de 1959³⁹. Um jornal⁴⁰ ao serviço da Aviação Portuguesa, e que tem como Diretor e Proprietário, Miguel Trigueiros⁴¹ e como Editor Carlos Cascais. A Redação e a Administração do jornal têm por morada a Av. da Liberdade, nº 252 em Lisboa. Morada, do então Subsecretariado de Estado da Aeronáutica⁴². O preço de capa é de 2\$00.

A missão do jornal «*Mais Alto*» é múltipla, mas o rumo, um só:



Figura 1.1 – 1ª Página nº 1 (abril de 1959)

O título de um jornal constitui quase sempre a expressão simbólica da missão que se propõe realizar ou do destino que espera merecer. É uma síntese de aspirações ou um resumo de finalidades. E é também, muitas vezes, uma bandeira de som e alma, desfraldada na hora própria ao ar livre da consciência pública.

O jornal «*Mais Alto*» na modéstia da sua apresentação inicial, deseja precisamente vir a tornar-se digno do dístico que adoptou para seu nome e símbolo de intenções. «*Mais Alto*» nos caminhos do ar, porque estas páginas se destinam a servir com lealdade o presente e o futuro da Aviação Portuguesa. Mas também «*mais alto*» nos rumos do espírito, pois que sem elevação moral e espiritual não há voos completos, como não há homens completos. «*Mais alto*», ainda e sempre, nessa linha de rumo de horizontes incomparáveis que é o amor da Pátria aliado ao culto do dever.

Todo um **programa de ação nacional**⁴³ cabe, em verdade, no nome escolhido para resumir o ideal superior que presidiu à fundação deste novo jornal. Seremos fieis a esse programa⁴⁴.

³⁹ Para pormenores ver Anexo B – Primeira página do nº 1 do «*Mais Alto*», de abril de 1959.

⁴⁰ Passa a ter a designação de «*Revista da Força Aérea*», junto ao título, a partir do nº 180, de janeiro de 1978, aquando da sua reedição.

⁴¹ Este exerceu o cargo de Diretor do jornal, chefiando cumulativamente os Serviços de Divulgação da Força Aérea, em «*Príncipe dos Poetas – Na génese da Revista Mais Alto*», «*Mais Alto*» (320) de agosto-setembro de 1999, p. 49.

⁴² Portaria nº 14.281, Diário do Governo I Série – nº 40, de 2 de março de 1953.

⁴³ Negrito nosso.

⁴⁴ Em «*Linha de Rumo*», «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959, p. 5.

E no mesmo número, mas nas palavras do então Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) General Costa Macedo, devendo constituir-se como um «órgão de propaganda orientada no sentido de despertar na mocidade a curiosidade pelas coisas do AR e cultivar-lhes o desejo de servir a Pátria nas fileiras da Força Aérea...»⁴⁵.

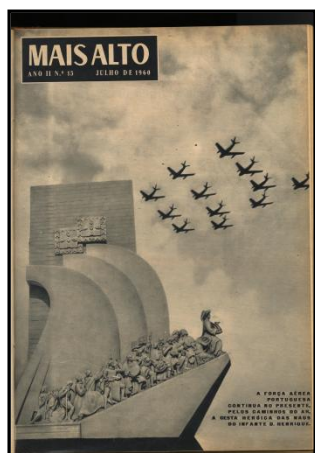


Figura 1.2 – 1ª Página
nº 15 (julho de 1960)

No número 15, de julho de 1960, parece ensaiar-se um novo formato, do tipo revista, com capa e contracapa, esta última plena de fotos; o interior mantém-se idêntico ao anterior. Desde então, e até ao número 24-25 de abril-maio de 1961, contrariamente às edições anteriores, não é feita qualquer referência ao preço de venda. O que porventura pode sugerir a vocação não comercial deste periódico. Como veremos esta é uma questão que permanecerá em aberto. No número 19, paralelamente à notícia da nomeação de Miguel Trigueiros como adido de imprensa junto da embaixada de Portugal em Madrid, é apresentada uma pequena biografia deste, a que faremos posteriormente referência.

A partir da sua edição nº 20 passa a ser propriedade «declarada» do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica e os seus diretores a serem nomeados entre os oficiais-generais da Força Aérea. São eles: o Brigadeiro Francisco Chagas, como diretor, e o Tenente-coronel Henrique Troni, como subdiretor, mantendo-se a edição a cargo de Carlos Cascais. Nesta nova fase da vida do jornal é prometido, para dentro da organização militar, que o jornal se manterá «sempre orientado no sentido do desenvolvimento do “espírito de corpo” da organização [...] e da consolidação da solidariedade disciplinada»⁴⁶. Este nº 20 é maioritariamente ocupado com o discurso do Dr. Oliveira Salazar de 30 de novembro, na Assembleia Nacional.

Apesar da sublinhada mudança de «proprietário», a morada da Redação e da Administração mantêm-se; bem como o local da composição e da impressão do jornal – Tipografia União Gráfica, na Rua de Santa Marta, nº 48, em Lisboa. Aparece apenas por acréscimo, no que à composição e impressão dizem respeito, a referência à Neogravura, com morada na T. da Oliveira à Estrela, nº 6.

⁴⁵ Em «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959, p. 5.

⁴⁶ Em «*Mais Alto*» (20) de dezembro de 1960, p. 3.

A edição nº 21, de janeiro de 1961, volta a um formato muito próximo do inicial, apenas a capa se apresenta remodelada. Nesta o dístico do jornal apresenta uma imagem mais simples e moderna. Com o nº 23 apenas a alteração do dístico se mantém, já que a capa volta a aproximar-se muito dos números iniciais.

A partir do nº 26-27 de junho-julho de 1961 passa a ser feita referência ao Chefe de Redação, o então Alferes Francisco Balsemão. O «delfim» da família proprietária do «*Diário Popular*», Francisco Pinto Balsemão, além de Chefe de Redação no jornal, desempenhava também as funções de ajudante de campo⁴⁷ de Kaulza de Arriaga. Podemos contudo encontrar artigos da sua autoria desde o nº 22 de fevereiro do mesmo ano, com o título de

«Os escritos de Thomas X»⁴⁸ (traduzidos e adaptados pelo então Aspirante F.B). A partir da edição de agosto-setembro de 1961 podemos encontrar novamente artigos seus, mas desta vez relacionados com o momento político que se vivia, como: «Autoria moral, cumplicidade e omissão no crime de genocídio»⁴⁹, «O momento político»⁵⁰ e «A força e o direito»⁵¹. Neste número de junho-julho regista-se precisamente a passagem do Subsecretariado a Secretariado de Estado da Aeronáutica e a inerente promoção de Kaulza de Arriaga a Secretário de Estado.

O nº 31-33 respeitante a novembro-janeiro encerra o ano de 1961 e abre o ano de 1962, com um preço de venda de 3\$00. O nº 38-39, de junho-julho de 1962 apresenta capa a cores, do género revista, e é apresentado como edição especial dedicado à visita do Secretário de Estado da Aeronáutica a Angola e a Moçambique.

A edição seguinte de agosto-dezembro com os nºs 40-44 mantém o mesmo formato aproximado de revista. Nela podemos ler a notícia da «Despedida do Coronel Kaulza de Arriaga». Sendo este apresentado como «o grande impulsionador do [...] jornal. Corrigindo, criticando, louvando, exigindo sempre mais e melhor a ele se deve, em parte considerável, o



Figura 1.3 – 1ª Página nº 21 (janeiro de 1961)

⁴⁷ «*Mais Alto*» (40-44) de agosto-dezembro de 1962.

⁴⁸ «Os escritos de Thomas X» ficarão incompletos, sem mais explicação, a partir do «*Mais Alto*» (26-27) de junho-julho de 1961.

⁴⁹ Em «*Mais Alto*» (28-29) de agosto-setembro de 1961.

⁵⁰ Em «*Mais Alto*» (30) de outubro de 1961.

⁵¹ Em «*Mais Alto*» (40-44) de agosto-dezembro de 1962.

nível atingido pelo “Mais Alto”⁵². O Diretor do «*Mais Alto*» à altura, Brigadeiro Francisco Chagas, seria nomeado Secretário de Estado.

Em 1963 com a edição nº 45, de janeiro desse ano, o jornal passa a ser impresso num novo formato⁵³, tendo em mente um mais fácil manejo e a possibilidade dos seus números serem colecionados em encadernação mais económica, como é então referido. É preocupação da nova direção, agora com o Brigadeiro Manuel Simão Portugal, como diretor, o Tenente-coronel José Alvares da Cunha Cavadas, como subdiretor, e o Aspirante Francisco Costa Reis, como chefe de redação, que a sua publicação seja mensal, para que os leitores possam contar com a sua regularidade e para que o seu noticiário seja atual.

Pode ler-se na edição seguinte de fevereiro do mesmo ano, que o jornal funciona como uma mensagem da arma aérea: «antes de tudo dirigida a [...] seus servidores, espalhados por diversas parcelas do Continente e do Ultramar [...] continuando] assim a ser uma mensagem a aglutinar o coração de quantos têm suprema honra de servir na Força Aérea» mas «pode e deve o [...] espírito de missão entrar também em casa de todos os bons portugueses, a quem mais não pedimos que nos acompanhem no seu interesse» Assim, veicula o jornal a mensagem dos aviadores à Nação, dirigindo-a em particular «à sua juventude generosa, que dia a dia se [...] vem juntando e que amanhã terá nas suas mãos o encargo honroso de substituir os seus bravos de hoje que, voando ou combatendo, nunca souberam negar à Pátria a sua total devoção, não raro sacrificando a sua própria vida»⁵⁴.

No nº 47, de março de 1963, aparece pela primeira vez a referência: «CAPAS: Películas e Trabalhos de Laboratório da “FERRANIACOLOR”, em Lisboa», junto do edital do jornal.

O nº 61, de maio de 1964, num formato de revista, é uma edição comemorativa⁵⁵ do Cinquentenário da Aviação Militar Portuguesa. Para ela, foi solicitada ao Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, uma breve nota a ser publicada. Nela podemos ler:

Agora que tenho estado em posição de melhor apreciar a acção da Aviação Militar na Guiné e em Angola, não posso deixar de saudar a Aeronáutica no cinquentenário da sua fundação.

⁵² Em «*Mais Alto*» (40-44) de agosto-dezembro de 1962, p. 23.

⁵³ Este formato manter-se-á até à edição nº 179, de março de 1974, quando a publicação do jornal é interrompida.

⁵⁴ «MAIS ALTO uma mensagem da Força Aérea», pelo General Chefe do Estado Maior da Força Aérea Bernardo Mira Delgado, «*Mais Alto*» (46) de fevereiro de 1963, p. 3.

⁵⁵ Apesar das suas 120 páginas apresenta o mesmo preço de venda, 3\$00, dos números anteriores. O número de páginas desde que tem o preço de capa de 3\$00 (janeiro de 1962) varia entre as 24 e as 60.

Com meios modestos, diríamos geralmente insuficientes, ela pôde apresentar serviço de pioneiros em grandes rotas do Mundo e doar generosamente à Nação mártires e heróis.

Como escola de valentia e patriotismo que é, bem merece lhe auguremos bênçãos e glórias no futuro da Nação.

Confrontado posteriormente com a edição impressa, o Presidente do Conselho mostraria o seu profundo agrado, sem contudo deixar de notar que esse número em particular, merecia uma maior qualidade de papel⁵⁶.

O nº 63, de julho do mesmo ano, com 26 páginas, apresenta o preço de 2\$50, para retomar o valor de 3\$00, logo no número seguinte, apesar de ter as mesmas páginas. A edição de julho refere como nova morada de Redação e Administração, a Rua Rodrigues Sampaio, nº 99, em Lisboa. Com o nº 65, de setembro de 1964, assume o cargo de diretor do jornal, o Brigadeiro Armando Correia Mera, uma vez que o diretor cessante, Brigadeiro Manuel Simão

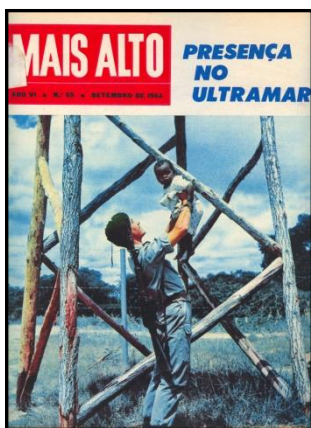


Figura 1.4 – 1ª Página nº 65 (setembro de 1964)

Portugal, passava a assumir o comando da 3ª Região Aérea. A partir do nº 68, de dezembro de 1964, desaparece a referência ao Chefe de Redação.

O nº 72, de abril de 1965, dá conta da alteração na subdireção do jornal, assume funções o Coronel Álvaro Augusto Pereira de Figueiredo Cardoso em substituição do Tenente-coronel José Alvares da Cunha Cavadas, que passa agora a chefiar o Estado-Maior da 3ª Região Aérea.

No nº 120, de abril de 1969, tomam posse, como diretor o General Guilherme Teixeira Dias Costa, e como subdiretor, o Coronel José Alvares da Cunha Cavadas, que já desempenhara o cargo anteriormente. O Diretor cessante acabava de ser nomeado professor do Instituto de Altos Estudos Militares e o subdiretor, chefe do Gabinete do Ministro das Comunicações. O nº 121, de maio do mesmo ano, aborda de forma muito superficial a passagem de 10 anos sobre o surgimento do jornal. Apenas a capa, é inteiramente dedicada ao aniversário, sendo o artigo da

⁵⁶ Em entrevista concedida pelo General Cunha Cavadas, subdiretor do «*Mais Alto*» na altura deste episódio (Alfragide, 2 de maio de 2012). O episódio passado com o General Cunha Cavadas já nos tinha sido referido pelo General Brochado de Miranda em conversa informal, fazendo ao mesmo tempo parte de uma «Crónica Breve» que este último escreveu: Segundo o General Cavadas... «Salazar demorou tempo a responder pelo que houve que insistir junto de quem o assessorava ou estava próximo. A resposta veio finalmente, um pequeno texto acompanhado de uma fotografia não solicitada, com a indicação de que deveria ser devolvida!».

página 3, parco em informação sobre os pretéritos anos. Novo subdiretor toma posse com a edição nº 125, de setembro de 1969, é ele o Coronel Alberto Manuel da Costa Bastos, tendo o anterior sido nomeado 2º Comandante da 3ª Região Aérea. Novo subdiretor toma posse com a edição nº 145, de maio de 1971, é ele o Brigadeiro Rui Tavares Monteiro. Com o nº 165, de janeiro de 1973, assume a direção do jornal, o até então, subdiretor, Brigadeiro Rui Tavares Monteiro, e é nomeado subdiretor, o Coronel João Miguel de Castro Correia do Amaral. O anterior diretor, General Guilherme Teixeira Dias Costa, havia sido nomeado para o cargo de Governador Militar dos Açores.

No nº 174, de outubro de 1973, dá-se nova mudança na subdireção, o novo é o Coronel José Luís Pagani Teles Pereira, uma vez que o anterior subdiretor passara à reserva. Neste número inicia-se pela mão do Coronel Edgar Cardoso, o maior colaborador desde sempre do jornal, a «História da Força Aérea Portuguesa», que dados os acontecimentos inerentes à Revolução do 25 de abril, e a conseqüente interrupção da publicação do jornal «*Mais Alto*», no seu nº 179, de março de 1974, ficaria incompleta⁵⁷.

A publicação do «*Mais Alto*» seria retomada em janeiro de 1978, depois de «um interregno cuja duração quase o ia tornando esquecido, tão aparentemente mortal havia sido o golpe que sobre ele se desferira»⁵⁸. Então definitivamente sob a forma e a designação de Revista, tem em vista, segundo o então Chefe de Estado-Maior, General Lemos Ferreira, «uma ajustada comunicação de ideias em período conturbado e com frequência perturbado pela difusão de atoardas e falsos juízos»⁵⁹.

É possível encontrá-la ainda hoje numa base bimestral, ao preço de 2€80 e com uma tiragem de 4.000 exemplares. Os militares e civis da Força Aérea têm-na disponível, eletronicamente, no seu posto de trabalho.

Pela passagem do seu 45º aniversário foi feita uma exposição com exemplares das capas do Jornal / Revista (ver fig. 1.5).



Figura 1.5 – Cartaz da Exposição (2007)

⁵⁷ A tiragem durante estes praticamente 15 anos de publicação não é até ao momento conhecida, uma vez que não era legalmente obrigatória a sua indicação. A referência à tiragem, de 4.000 exemplares, acontece pela primeira vez apenas no nº 341, de janeiro-fevereiro de 2003, já no quadragésimo primeiro ano da sua publicação.

⁵⁸ Em «Décimo Sexto Ano», «*Mais Alto*» (182-183) de março-abril de 1978, p. 3.

⁵⁹ Em «Linha de Subida», «*Mais Alto*» (180) de janeiro de 1978, p. 3.

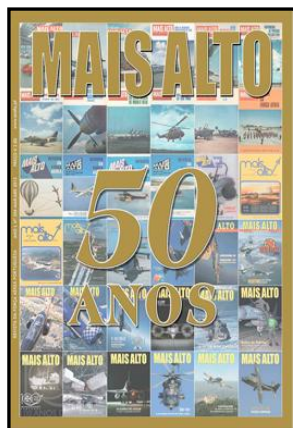


Figura 1.6 – 1ª Página
n° 396 (março-abril de
2012)

No n° 366, de março-abril de 2007, é republicado em jeito de separata, o n°1. Tendo vindo a serem republicados todos os anos, pelo aniversário da revista, mais um dos exemplares iniciais. Contudo e de acordo com o atual Chefe de Redação, esta não é uma situação a manter, uma vez que o aumento do n° de páginas, que o jornal foi tendo, torna de algum modo incomportável, inseri-lo nas novas edições⁶⁰. O número comemorativo dos 50 anos da publicação, saído em abril deste ano, utilizou já alguma da informação⁶¹ por nós recolhida durante este trabalho e, entretanto, cedida à redação da revista (ver fig. 1.6). Como iniciativa mais recente, e também durante a escrita desta dissertação, foi

inaugurada uma exposição no Museu do Ar comemorando esse cinquentenário, do qual se apresenta o cartaz publicitário (ver fig. 1.7).

Mas retomemos à génese do Mais Alto.

1. 2. «Atores Principais».

Confrontados apenas com os primeiros números do jornal fomos inicialmente levados a pensar que o «*Mais Alto*» fora projeto pessoal do designado, Proprietário e Editor, Miguel Trigueiros. Contudo a informação veiculada pelo próprio jornal alguns anos mais tarde, levou-nos a concluir que a iniciativa não é deste, mas antes de Kaúlza de Arriaga.

Como podemos ler, aquando do quadragésimo aniversário desta publicação, em artigo da autoria do Brigadeiro João Mendes Quintela:

Decidiu o então Subsecretário de Estado da Aeronáutica, tenente-coronel Kaúlza de Arriaga, patrocinar a publicação de um jornal [...]. Para director deste órgão de informação convidou o poeta Miguel Trigueiros, que no mundo das letras já se impusera pelo seu saber, pelas suas qualidades de trabalho e pela coerência da sua Fé⁶².

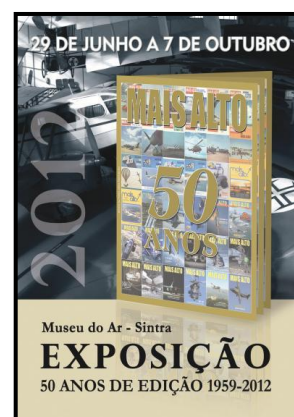


Figura 1.7 – Cartaz da
Exposição 2012

⁶⁰ Em entrevista concedida na Redação do jornal (Alfragide, 15 de abril de 2011).

⁶¹ Em «Mais Alto 50 Anos de Edição», «*Mais Alto*» (396) de março-abril de 1959.

⁶² Em «Príncipe dos Poetas – Na génese da Revista Mais Alto», «*Mais Alto*» (320) de agosto-setembro de 1999, p. 49.

Idêntica percepção, viemos a confirmar, têm os nossos entrevistados. Entre eles vejamos o que nos diz o Coronel Alves Fraga, sobre o impulsionador do projeto e as intenções inerentes à sua publicação:

A *Mais Alto* é obra de Kaúlza de Arriaga no claro intuito de gerar uma unidade de pensamento na Força Aérea que, nessa época, era, ainda, um aglomerado de militares provenientes da Marinha e do Exército sem qualquer espírito de corpo que os una para além da vontade de voarem ...⁶³

Porém, estas dicotomias, propriedade versus patrocínio e fundador versus convidado, parecem-nos um pouco diluídas, entre aquele que era então Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga, e o Chefe dos Serviços de Divulgação da Força Aérea, Miguel Trigueiros. A sustentá-lo podemos evocar a morada da Redação e da Administração afixa no jornal, que é a mesma do Subsecretariado. E a confirmá-lo acabámos por encontrar no AHFA uma série de documentação⁶⁴ que comprova que a iniciativa é do Subsecretário de Estado e que Miguel Trigueiros é convidado por Kaúlza a liderar o projeto «*Mais Alto*». Mas vejamos com mais atenção quem são estes protagonistas.

i. Kaúlza de Arriaga.

Impulsionador principal do jornal «*Mais Alto*», Kaúlza de Arriaga (1915 – 2004), ajudante e depois chefe de gabinete do então Ministro da Defesa Nacional Santos Costa, é nomeado em 1955 Subsecretário de Estado da Aeronáutica. Preocupado desde logo em dar devido relevo à Aviação; para que «o país a conheça e sinta», pondo de lado «velhos preconceitos e anacrónicos temores» e «a acarinhe e a ela se dê com generosidade e entusiasmo»⁶⁵ Kaúlza chama ao Subsecretariado, o então mensário «*Brado*» – projeto pessoal do Padre Antero de Sousa. Passando este a servir «oficialmente» de órgão de divulgação da Força Aérea, durante o ano de 1958. Contudo, devido a diversas vicissitudes⁶⁶ esta seria uma solução a curto prazo, pelo que Kaúlza decidiu a dar voz «oficial» à aeronáutica militar, resolve patrocinar o lançamento do jornal «*Mais Alto*». Em dezembro de 1962, devido a

⁶³ Em *e-mail* trocado a 23 de outubro de 2011.

⁶⁴ Ver: Anexo C – Apresentação de M.T. ao Diretor dos Serviços de Censura, Anexo D – A génese do «*Mais Alto*», Anexo E – Quadro de pessoal e colaboradores (proposta).

⁶⁵ Em «Palavras do Subsecretário de Estado da Aeronáutica», Kaúlza de Arriaga, «*Brado*» (48) de janeiro de 1958, p. 1.

⁶⁶ Vicissitudes que daremos conta no ponto 1.3 deste capítulo.

«contingências meramente políticas», ou como é referido na intervenção do CEMFA, General Mira Delgado, «determinantes políticas», o já Secretário de Estado da Aeronáutica⁶⁷ Kaulza de Arriaga é afastado das suas funções por Salazar⁶⁸, deixando para trás o jornal.

Importa sublinhar que Kaulza de Arriaga tem no período de 1959 a 1974 apenas um único texto, declaradamente seu, no jornal «*Mais Alto*». Este é publicado logo no primeiro número do periódico e o seu título é ilustrativo do propósito do jornal: «O Trabalho de esclarecimento público pelos instrumentos de divulgação impõe-se cada vez mais». Muitos outros artigos, especialmente durante o período em que esteve diretamente ligado ao periódico, fizeram eco das suas intervenções públicas. Contudo, uma súmula de afirmações de Kaulza proferidas entre 1957 e 1960, prendeu em especial a nossa atenção, já que esta espécie de recordatória de premonições soou-nos a recado para alguém, especialmente tendo em conta a data da sua publicação, março de 1961⁶⁹. Acabavam de ter lugar em Angola o «4 de fevereiro» e não sabendo exatamente a data de saída do jornal, arriscaríamos dizer, os massacres ocorridos a partir de 15 de março.

Mas se no período por nós analisado os artigos de sua lavra se resumem ao do número inicial, o mesmo já não se pode dizer, no pós-interregno (1974-1978), em que Kaulza vai ter uma participação, residual considerarão alguns, todavia constante desde 1983 até 1991. Com diversos artigos⁷⁰ dos quais destacamos aqui, pelo seu carácter rememoralista, aqueles em

⁶⁷ Na sequência da delação da Abrilada, K.A. seria «promovido» em meados de 1961 a Secretário de Estado da Aeronáutica. (Abrilada: tentativa de golpe palaciano em abril de 1961 liderada pelo Ministro da Defesa, Botelho Moniz, e apoiada pelo ex-presidente da república, Craveiro Lopes, visando afastar Salazar da condução dos destinos da Nação. Da delação do movimento, resultaria a remodelação prévia do governo e o conseqüente afastamento do Ministro da Defesa. Salazar assumiria então a pasta da Defesa. A explicação para a remodelação foi Angola: «andar rapidamente e em força».

⁶⁸ Segundo o Tenente-General Tavares Monteiro (em entrevista concedida em sua casa, Lisboa, 20 de dezembro de 2011) o afastamento de K.A. deveu-se ao facto de este ter ultrapassado o orçamento previsto para a aquisição dos aviões DC6, tendo sido dispensado por Salazar num sábado de manhã com um simples cartão a agradecer os seus serviços.

⁶⁹ Em «*Mais Alto*» (23) de março de 1961.

⁷⁰ «A riqueza geo-estratégica de Portugal», «*Mais Alto*» (225) de setembro-outubro de 1983; «A Segurança Europeia», «*Mais Alto*» (231) de setembro-outubro de 1984; «Euromísseis – O grande perigo e a grande esperança», «*Mais Alto*» (234) de março-abril de 1985; «Apontamento - Ainda a propósito do livro "Guerra e Política"», «*Mais Alto*» (254) de julho-agosto de 1988; «O drama da Alemanha Federal - O desmoronamento da Europa Ocidental? O fim das Comunidades Europeias? Um golpe imenso no Ocidente?», «*Mais Alto*» (262) de novembro-dezembro de 1989; «O futuro da

que, se recordam velhas possessões⁷¹, se assumem velhas criações⁷², se revivem operações⁷³, se fazem considerandos sobre a guerra⁷⁴, se elogiam os que a levaram a peito⁷⁵, tudo por um bem maior – a Pátria⁷⁶. E se pergunta, como seria, se nada tivesse sido – «Outro Portugal - E se o "25 de Abril" não tivesse acontecido?»⁷⁷.

Esta participação «tardia» de Kaúlza de Arriaga parece ir ao encontro do que nos afirmou o Coronel Alves Fraga: «ainda agora paira sobre [a Força Aérea] a sombra tutelar de Kaúlza de Arriaga, tornando-a num Ramo (e enquanto tal) ultra-conservador no plano político, incapaz de gerar uma personalidade descolada do Poder»⁷⁸.

ii. Miguel Trigueiros.

Quem é então, Miguel Trigueiros (1918 – 1999)?

Três vezes proclamado «Príncipe dos Poetas», prémio Antero de Quental de poesia, atribuído pelo SNI em 1938⁷⁹, Miguel Trigueiros chefiava à data de surgimento do «*Mais Alto*» os Serviços de Divulgação da Força Aérea, de que faziam também parte Carlos Cascais e Vaz Nunes⁸⁰.

Segundo pudemos apurar, para além da sua ligação ao «*Mais Alto*», foi também Diretor do semanário «*Flama*» e colaborador do «*Diário Popular*»⁸¹. Bem como, Assessor



Miguel Trigueiros
Fig. 1.8. Caricatura
do jornal «ABC»

República da África do Sul», «*Mais Alto*» (265) de maio-junho de 1990; «O início do terceiro milénio», «*Mais Alto*» (271) de maio-junho de 1991.

⁷¹ «Moçambique - Presença Portuguesa», «*Mais Alto*» (232) de novembro-dezembro de 1984.

⁷² «Enfermeiras pára-quadristas na FAP - Como tudo começou...e acabou», «*Mais Alto*» (241) de maio-junho de 1986.

⁷³ «Ecos da luta em Moçambique - Operação "Nó górdio"», «*Mais Alto*» (238) de novembro-dezembro de 1985.

⁷⁴ «Síntese da Guerra em Moçambique 1964/1974», «*Mais Alto*» (269) de janeiro-fevereiro de 1991 e (270) de março-abril de 1991.

⁷⁵ «As Homenagens aos Militares Portugueses Mortos na Guerra Ultramarina de 1961/1974», «*Mais Alto*» (263) de janeiro-fevereiro de 1990.

⁷⁶ «Um valor supremo - a Pátria», «*Mais Alto*» (274) de novembro-dezembro de 1991.

⁷⁷ Título de artigo de Kaúlza de Arriaga, «*Mais Alto*» (272) de julho-agosto de 1991.

⁷⁸ Em e-mail trocado a 23 de outubro de 2011.

⁷⁹ Em colaboração de Jorge Ramos do Ó «Prémios Literários (SPN/SNI)» (Rosas e Brito, 1996).

⁸⁰ Em «*Mais Alto*» (12) de abril de 1960, p. 9. Carlos Cascais, funcionário civil como Miguel Trigueiros, colaboraria com este serviço, já o então, Major Piloto-Aviador José Luís Vaz Nunes era oficial do Quadro Permanente, articulista durante alguns anos do jornal e mais tarde deputado pela União Nacional.

cultural da Junta Central das Casas do Povo (JCCP) e da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), além de Presidente da Obra das Vocações Sacerdotais da Vila de Cascais. No artigo «Miguel Trigueiros foi nomeado...»⁸² ele é ainda apontado, como conferencista, produtor radiofónico, professor, dirigente e colaborador de Imprensa; bem como um dos principais organizadores da «Marcha sobre Fátima»⁸³. Poeta de nomeada foi incumbido, aquando da visita de Franco a Portugal de escrever um «Auto» a ser apresentado no Castelo de Leiria» - «Monologo da Terra»⁸⁴ que lhe valeu as felicitações pessoais do Generalíssimo⁸⁵. «Grande português e grande cristão», nas palavras do Cardeal Arcebispo de S. Paulo⁸⁶, escreveu ainda dois autos, representados pela Mocidade Portuguesa Feminina (MPF).

Esteve também ligado à Emissora Nacional, sendo autor de: «As grandes figuras da Humanidade» e «Poesia, música e sombra».

Deixaria o jornal «*Mais Alto*» em finais de 1960 por ter sido nomeado Adido de Imprensa junto da Embaixada de Portugal em Madrid⁸⁷. Cargo que desempenhará entre 1960 e 1964⁸⁸. Foi ainda delegado do Secretariado Nacional de Informação (SNI), em Espanha, pelo menos entre 1961⁸⁹ e 1962⁹⁰. Voltou a Espanha como adido de imprensa em 1970⁹¹, tendo sido promovido a Conselheiro de Imprensa já durante o ano de 1971.

⁸¹ Com a secção «Antologia das Revelações», em «Consejero de Prensa de la Embajada Lusa», jornal «ABC» Martes, 7 de septiembre de 1971, Edicion de la Mañana, p. 16.

⁸² Em «Miguel Trigueiros foi nomeado Adido de Imprensa junto da Embaixada de Portugal em Madrid», «*Mais Alto*» (19) de novembro de 1960, p. 1.

⁸³ Essa «magnífica romagem de sacrifício, patriotismo e fé que em 15 de agosto de 1954 pisava a terra abençoada de Fátima, numa réplica à marcha sobre Goa anunciada para o mesmo dia. Foi esta uma manifestação de quanto pode a fé, de quanto amor o povo português tem à sua terra», em artigo da nota anterior.

⁸⁴ Publicação SNI em 1949.

⁸⁵ Em «Miguel Trigueiros foi nomeado...», «*Mais Alto*» (19) de novembro de 1960, p. 4 e em jornal «ABC», Jueves 28 de octubre de 1971, Edicion de la Mañana, p. 60.

⁸⁶ No mesmo artigo da nota 81.

⁸⁷ Em artigo com o mesmo nome, «*Mais Alto*» (19) de novembro de 1960, pp. 1 e 4.

⁸⁸ Em «Agregado de Prensa de la Embajada Portuguesa», jornal «ABC», 15 de abril de 1970, p. 19.

⁸⁹ Em «Próxima visita a Lisboa del Señor Muñoz Alonso, y los Directores de periodicos Madrileños», jornal «ABC» n.º 17.973, Sabado 8 de abril de 1961, Edicion de Andalucia, p. 27. E em «Recepcion», jornal «ABC», Miercoles 15 de noviembre de 1961, Edicion de la Mañana, p. 59.

⁹⁰ Em «Don Agustin Muñoz Grandes represento al Jefe del Estado en el spelio de Don Gabriel Árias Salgado», jornal «ABC», Sabado 28 de julio de 1962, Edicion de la Mañana, p. 33.

Homem de fé, das letras e das artes, excelente comunicador, reunia em si todas as potencialidades para encabeçar um projeto como o «*Mais Alto*» – nos «rumos do espírito»⁹², como pretendia Kaúlza de Arriaga.

iii. Carlos Cascais.

Convidado por Miguel Trigueiros para Editor do «*Mais Alto*», Carlos Cascais Xavier (? – 2003), manter-se-ia no jornal desde o primeiro número até abril de 1974. Funcionário público no Instituto Nacional de Estatística⁹³, há vários anos que se mantinha ligado ao panorama editorial português, tendo passado pelo jornal «*Novidades*» e pela Direção Editorial de «*O Faísca*»; era à altura do convite, Subchefe de Redação da revista «*Flama*» onde Miguel Trigueiros era Diretor.

Quanto a esta ligação com a revista «*Flama*», ela é patente na composição e na ilustração do «*Mais Alto*». O próprio logotipo – «*Mais Alto*» – é em alguns períodos de vida do jornal muito semelhante ao da revista «*Flama*». Sendo para além disso possível encontrar os mesmos grafismos a ilustrar textos distintos dos dois periódicos. Esta «parceria» acontece também com alguns articulistas a escrever em ambos os periódicos. O ponto mais alto dessa similitude é o artigo de despedida de Miguel Trigueiros. O artigo publicado nos dois periódicos é o mesmo⁹⁴, aparecendo apenas como diferenças dignas de nota, as referências que cada uma das publicações faz à passagem de Miguel Trigueiros pelas respetivas Direções.

Apesar de nas páginas do «*Mais Alto*» de abril de 1960, como já fizemos referência, Carlos Cascais ser apontado como colaborador do Serviço de Divulgação da Força Aérea, Francisco Cascais, relembra o sentimento de insegurança de seu pai em relação à colaboração deste com o jornal⁹⁵, dado o seu vínculo precário e as mais ou menos frequentes mudanças na direção.

Francisco Cascais relembra, na entrevista que nos concedeu, ainda dois aspetos da vida do jornal que importa referir. Por um lado, a visita frequente a sua casa de um dos fotógrafos

⁹¹ Em «Don Miguel Trigueiros, Agregado de la Embajada de Portugal», jornal «*ABC*», 14 de abril de 1970, Edición de la Mañana, p. 24.

⁹² «...pois que sem elevação moral e espiritual não há voos completos, como não há homens completos», em «Linha de Rumo», «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959, p. 5.

⁹³ De acordo com o seu filho Fernando Cascais, em entrevista na redação do «*Mais Alto*», Alfragide, 24 de janeiro de 2012.

⁹⁴ Ou seja trocando-se apenas as palavras «*Mais Alto*» e «*Flama*» tem-se acesso integral ao conteúdo dos artigos publicados em cada um dos periódicos.

⁹⁵ Feita ao abrigo de uma avença, segundo Francisco Cascais.

do jornal, o Sr. José Monteiro Pereira, enquanto o seu pai preparava a edição de mais um número do «*Mais Alto*», e por outro lado, a alusão do seu pai, à necessidade de ter que iniciar nas lides editoriais, um dos «delfins» da família proprietária do «*Diário Popular*», o então Alferes Francisco Pinto Balsemão, que em meados de 1961 assumiria o papel de Chefe de Redação do «*Mais Alto*».

Carlos Cascais, não voltaria a integrar a equipa do «*Mais Alto*» aquando do seu relançamento em janeiro de 1978, por supostas simpatias partidárias⁹⁶.

1. 3. Um antecessor – o jornal «*Brado*».

Mas falarmos do «*Mais Alto*» obriga-nos a recuar no tempo até aquele que é para nós o seu antecessor – o jornal «*Brado*». Este surge sob a forma de Boletim Paroquial, em dezembro de 1949. Chamado a ser órgão de divulgação do então Subsecretariado de Estado da Aeronáutica em inícios de 1958, cumpre essa missão até dezembro desse mesmo ano.

Mas atentemos no trajeto de vida desta publicação, que consideramos uma antecâmara do «*Mais Alto*».

Em 1949, surge então o «*Brado – Ecos de Montejunto*», tendo como Director, Proprietário e Editor o Padre Antero de Sousa – capelão da Base Aérea da Ota (Alenquer). Nascido no seio da «família militar», este periódico de propaganda religiosa, como a si próprio se refere, direciona o produto da sua distribuição a obras paroquiais e aos pobres. Contudo, fazendo parte de uma comunidade paroquial bem mais alargada, dá cada vez mais notícias da unidade militar em que se encontra inserido, ficando patente a sua dedicada atenção às «coisas do ar», resultado da sua missão de organizar e orientar a Assistência Religiosa aos militares.

Em maio de 1955 (nº 26) na sequência da transferência do Padre Antero de Sousa para a Base Aérea de Sintra dá-se a mudança da Redação e Administração do jornal para essa Unidade militar. Iniciando-se, assim, uma nova fase – a de Sintra – crucial para o desenrolar do futuro da publicação. Nessa fase, e já com um intuito mais amplo, procura o jornal, segundo diz, estender quanto possível o intercâmbio da família aeronáutica. Talvez por isso

⁹⁶ A sua suposta «apetência pela ideologia ...» levaria o Brigadeiro Quintela a afastá-lo da Força Aérea (informação fornecida pelo Sr. Alexandre Silva, ex-fotógrafo da Força Aérea, ao Dr. Carlos Serejo). Francisco Cascais, confrontado com tal hipótese, diz que tal lhe parece não ter fundamento, já que o seu pai não era pessoa para manifestações ideológicas, e o que possivelmente teria acontecido seria uma associação às suas próprias posições ideológicas (de Fernando Cascais) enquanto jornalista do «*República*».

mesmo, em julho de 1957 e depois da sua presença no dia da Força Aérea no Porto, o jornal passa a ser patrocinado pelo Subsecretariado de Estado da Aeronáutica.

O projeto «pessoal» do Padre Antero de Sousa, era então, chamado pelo Subsecretário de Estado, Kaúlza de Arriaga, a dar voz «oficial» à aeronáutica militar e a constituir-se como órgão de divulgação do Subsecretariado. Assim, no número de janeiro de 1958 (nº 48), é anunciada essa nova fase, do «*Brado – Asas de Portugal*»⁹⁷.

O número de fevereiro de 1958 (nº 49) com o preço unitário de 1\$00 e uma tiragem de 9.000 exemplares, é considerado o Primeiro Número⁹⁸ do jornal. Nesse número são apresentados, como Subdiretor, o Major João Quintela e como Chefe de Redação, o Major Osório Mourão. Ilustrativas do estatuto alcançado pelo «*Brado*» são as circulares nº46 e nº 54, Pº 13-4/58⁹⁹.

A publicação do jornal manter-se-á constante até dezembro de 1958 (nº 59). O número de março de 1959 (nº 60), traz-nos nova surpresa, apresentando-se como «*Brado – Cultura e Informação*», Jornal Paroquial da Freguesia de Campo Grande, numa «feliz aterragem em campo civil»¹⁰⁰, depois de desmobilizado como o seu Diretor.

O «*Brado*» enquanto órgão de informação e divulgação da Força Aérea estava terminado. A sua missão era então confiada a um novo periódico – o «*Mais Alto*».

Apesar de todas as alterações e adaptações que foi sofrendo ao longo dos anos, o jornal «*Brado*» manteve sempre um forte cariz religioso. Cariz, espectável dada a influência directa de Monsenhor Antero de Sousa, mas sobretudo, pela elevação moral e espiritual que se perseguia. Pois sem essa elevação moral, dir-se-á mais tarde no «*Mais Alto*», não há homens, nem voos completos. Por isso, como já referimos, a escolha de Miguel Trigueiros para a direção do «*Mais Alto*» não surpreende. A sua forte religiosidade e as suas reconhecidas capacidades literárias faziam dele a pessoa ideal para encabeçar um projeto na senda do «*Brado*», mas desde logo sob a alçada e a matriz ideológica dos Serviços de Divulgação da Subsecretaria de Estado da Aeronáutica e especialmente de Kaúlza de Arriaga, seu principal mentor.

⁹⁷ Ver Anexo F – Descubra as diferenças.

⁹⁸ «O primeiro número do “Brado” foi muito bem recebido pelo público e com referências elogiosas por parte da imprensa diária e regionalista» no «*Brado*» (49) de fevereiro de 1958, p. 1.

⁹⁹ Nomeadamente a atribuição de 2.500 exemplares do jornal ao Ministério da Educação Nacional, ver Anexo G - Resenha do jornal «*Brado*» e documentação complementar.

¹⁰⁰ Título do artigo da página 3, do referido número.

1. 4. Contexto do surgimento do «*Mais Alto*».

O jornal «*Mais Alto*» vem a público num momento de crise interna e de encruzilhada para o país. Desde os finais do decénio de 40, no pós-guerra, que se começavam a fazer sentir desde o Sudoeste-asiático e do Médio Oriente os ventos de oposição ao colonialismo. A década de 1950 traria como tal, novos e constantes desafios para o Estado Novo. Os problemas gerados com a reclamação, apresentada pela recém-constituída União Indiana, dos territórios da Índia «portuguesa», logo no ano de 50, anunciavam simplesmente o pior para as possessões portuguesas. Por isso, e por toda a dinâmica gerada a nível internacional contra o colonialismo, Portugal, não deixaria terminar o ano de 51, sem extinguir por decreto o «Império Colonial» e feito nascer as «Províncias Ultramarinas»¹⁰¹. Em 53, perante a recusa portuguesa para o entabulamento de conversações, a União Indiana propunha na Organização das Nações Unidas (ONU) estender a sua soberania aos territórios em causa. E, no ano seguinte, consumava essas pretensões com a ocupação por populares indianos dos enclaves de Dadra e de Nagar Avelly – Damão.

O crescendo anticolonialista na opinião pública internacional e a forte ameaça que então pendia sobre as possessões portuguesas, levaram a que a diplomacia portuguesa atuasse no sentido de promover junto de diversos Estados da Ásia, da África e da América, visitas oficiais a Portugal, em que se procuravam aproximar posições. Logo em 1957, concretiza-se a visita do Presidente da República do Paquistão, e em 1959, as visitas de líderes como, o indonésio Sukarno, o imperador etíope Hailé Selassié¹⁰², ou o primeiro-ministro de Marrocos. No ano seguinte, visitavam Portugal, o Presidente do Peru, os reis do Nepal, os reis da Tailândia e mesmo Eisenhower (Rosas, 1992) (Rosas e Brito, 1996) (Matos, 2008). Procurando, paralelamente Portugal, reafirmar a velha aliança luso-britânica¹⁰³ e, aproveitando o isolamento que a Espanha de Franco então sentia, reforçar o «Bloco Peninsular», dando-se para tal, o encontro de Salazar com Franco em Mérida em junho de 1960 (Matos, 2008). Bem como, o apregoar constante da ligação afetiva que unia Portugal e o Brasil – segundo o lema duas bandeiras, uma só nação – só possível, segundo os discursos oficiais, pela vocação civilizadora, ecuménica e missionária dos portugueses.

Mas se os tempos no continente asiático não eram favoráveis, com os avanços da União Indiana sobre Goa, o que entretanto se desenrolava no continente africano era bem mais

¹⁰¹ Ou como dizem Rosas e Brito (1996) transformar semanticamente o «Império» em «Ultramar».

¹⁰² Alvo de notícia no «*Mais Alto*» (4) de agosto de 1959, em «Visita do Imperador da Etiópia à Base Aérea da OTA».

¹⁰³ Com a visita de Isabel II a Portugal em fevereiro de 1957.

problemático. Se em 1955 havia em África cinco estados independentes, entre 1956 e 1960, surgiam 22 novos estados, ultrapassando-se $\frac{3}{4}$ da superfície do continente e respetivas populações a viverem em estados independentes. Dessas novas independências nascia a necessidade de discussão de interesses partilhados pelo que foram organizadas conferências internacionais – Bandung (1955), Cairo (1957), Accra (1958) e Conakry (1960) – de que saíram políticas concertadas que trouxeram novos desafios aos países colonizadores. Apenas em 1960, considerado por muitos como «ano de África», 17 novos países conseguiram a sua independência, entre estes, alguns que confinavam fronteiras com os então territórios ultramarinos portugueses de Angola e da Guiné (Matos, 2008) (Mateus e Mateus, 2011).

Apesar de todas estas mudanças, Portugal, mantinha-se irredutível na sua estratégia política, recusando ver discutida nos fóruns internacionais, a sua própria soberania, como então era dito pelos representantes portugueses. Tendo sido admitido na ONU em 1955, o que a seguir aconteceria, com uma cada vez mais forte presença na organização dos novos países, asiáticos e africanos, antes colónias europeias, seria a produção de resoluções contra o Estado português e o inerente desrespeitar dessas resoluções por parte de Portugal.

Mas se a nível internacional os tempos se apresentavam agitados, a nível interno também não se apresentavam nada calmos. Mal ultrapassadas que estavam o «terramoto» Humberto Delgado (maio de 1958)¹⁰⁴ e a intentona militar que foi o «Golpe da Sé» (março de 1959), já se apresentava a Portugal a necessidade premente de rumar ao Ultramar. Portugal defende à altura, perante as posições consideradas demissionárias, da França e da Inglaterra, e também de «indiferença» da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que a África é «o centro nevrálgico da política europeia e o problema vital do ocidente»¹⁰⁵.

A adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico em 1949 forçará, aliás, a resolução de um problema que antes já se impunha resolver – a criação da Força Aérea como ramo independente das Forças Armadas. No campo político-militar a ativação da Guerra Fria no continente africano com possíveis repercussões no ultramar português, fizeram com que na formação da Força Aérea, em 1952, ficasse prevista a sua extensão ao ultramar. Contudo, os esforços para a extensão efetiva só viriam a ser iniciados após a reorganização de 1956/1957 (Arriaga, 1966). O desalento de Kaúlza de Arriaga com a falta de concretização dessa

¹⁰⁴ Que resultaria na sua demissão da função pública, na expulsão da Força Aérea e no exílio (Rosas e Brito, 1996).

¹⁰⁵ Palavras de Caeiro da Mata na Assembleia Nacional na abertura das cerimónias do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (1960) (Matos, 2008: 147).

extensão, fica patente no ofício enviado a Salazar, e que data de 10 de dezembro de 1958¹⁰⁶. Terminava Kaúlza de Arriaga a missiva dizendo: «Por mim pouco mais posso fazer». O lançamento do jornal «*Mais Alto*» em abril de 1959 é a prova de que Kaúlza de Arriaga, não tinha ainda esgotado todos os meios ao seu alcance para gerar uma unidade de pensamento e para fazer passar a mensagem de que era imperativo rumar quanto antes ao Ultramar.

Em 1961 – «ano de todos os perigos» –, rebentava a guerra em Angola e, a Índia «Portuguesa» era invadida e politicamente anexada à União Indiana. Era o princípio do fim do «império». No período de 1963-64 a guerra estendia-se à Guiné e a Moçambique.

De quase tudo isto nos dá conta o jornal «*Mais Alto*», ou pelo menos, tudo isto tem influência no que o «*Mais Alto*» nos conta ... como veremos.

1. 5. Difusão do jornal.

O jornal «*Mais Alto*» sendo um meio de comunicação institucional, não deve ser pensado apenas como orientado para dentro da própria instituição e para o universo militar. O seu público-alvo é, para nós, bem mais abrangente. A sustentá-lo, podemos referir o anúncio a duas vozes, uma masculina, outra feminina, do lançamento do «*Mais Alto*» no programa radiofónico: «Jornal do Ar»¹⁰⁷ na E.N. Tratando-se, «não de mais um jornal – mas ... de “outro” jornal!», como se pode ler no guião do programa de dia 24 de abril de 1959. Aliás, em inícios de maio de 1959, como já referido, vários jornais diários¹⁰⁸ dão conta da saída do novo mensário. Esta divulgação pública, pode contudo não querer dizer que este atingiu um universo extra militar. Porém, durante a nossa pesquisa no AHFA encontramos documentação que comprova o envio do jornal para, o Ministério da Justiça¹⁰⁹, o Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública¹¹⁰, e bem fora do âmbito governamental ou paramilitar, para a Câmara Municipal de Mafra¹¹¹. E ainda, em âmbito complementar, de correspondência enviada ao Chefe do Gabinete do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, pelo Adido Aeronáutico,

¹⁰⁶ Ver Anexo H – Missiva de Kaúlza de Arriaga.

¹⁰⁷ Programa/Documentário quinzenal dos Serviços de Divulgação da Força Aérea na Emissora Nacional.

¹⁰⁸ Ver Anexo I - O surgimento do «*Mais Alto*» nos outros *media*.

¹⁰⁹ Ofício nº 2.791 de 7 de novembro de 1959, do Gabinete do Ministro – Ministério da Justiça. Entrada nº 13, Proc. 13.04.

¹¹⁰ Ofício nº 6468 de 1 de julho de 1959, do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública – Ministério do Interior, agradecendo o envio do nº 2 do jornal «*Mais Alto*». Entrada nº 108, Proc. 13.01.

¹¹¹ Ofício nº 955 de 21 de maio de 1959, da Câmara Municipal de Mafra, acusando recepção do nº 1 do «*Mais Alto*». Entrada nº 3, Proc. 13.04.

Militar e Naval da República Federal Alemã em Lisboa, com uma notícia e duas fotografias da condecoração de oficiais portugueses pelo embaixador alemão em Lisboa, destinadas à redação do «*Mais Alto*» para publicação¹¹². A prática de envio de exemplares do jornal «*Mais Alto*» para entidades fora do âmbito militar vem do tempo em que o

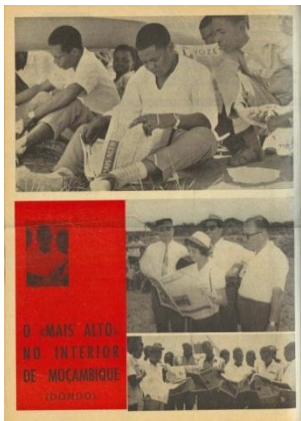


Figura 1.9 – Contracapa nº 31-33 (novembro-janeiro de 1961-1962)

jornal «*Brado – Asas de Portugal*» era o órgão de divulgação do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica¹¹³.

Apesar de parte significativa dos militares por nós contactados¹¹⁴, e que passaram pelas Unidades da Força Aérea no Ultramar, nos terem referido que não se recordam de terem visto o jornal nos respetivos clubes (praças, sargentos e oficiais), ele parece ter tido o seu público-alvo também por essas paragens. As fotografias da contracapa do nº 31-33 de novembro-janeiro de 1961-62 tentam pelo menos sugerir isso. Nelas podem-se ver colonos e autóctones no Dondo, interior de Moçambique, lendo o jornal «*Mais Alto*» (ver fig. 1.9). Uma pergunta fica para nós no ar, quantos deles efetivamente sabiam ler? Já que as taxas de iliteracia no ultramar português

¹¹² Ofício nº 220/59 com o timbre da Embaixada da República Federal da Alemanha enviada pelo Tenente-Coronel Von Lillienskiold a 11 de novembro de 1959, com notícia a ser publicada no próximo número do «*Mais Alto*». Entrada nº 14, Proc. 13.04.

¹¹³ Ofício da Polícia de Segurança Pública do Porto, assinada pelo Coronel Santos Júnior a agradecer o envio do jornal «*Brado*». Entrada nº 1, Pº 13.04 de 9 de janeiro de 1959.

¹¹⁴ Como nos referiu por *e-mail*, um dos contactados, Rui Neves, editor do blog <http://ab4especialistas.blogspot.com/>, da sua passagem pelo Aeródromo Base nº 4 (A. B. 4) em Henrique de Carvalho – Angola: «De revistas e jornais só lá chegavam, e isso posso afirmar pois algumas vezes fui eu a abrir os embrulhos enviados pelo Movimento Nacional Feminino de Jornais com mais de um mês de atraso, revistas essas muito interessantes como a Flama e Modas & Bordados... excelentes para o teatro de Guerra!!!». No mesmo sentido vão as afirmações, enviadas por *e-mail*, do militar do Exército, Santos Oliveira, «Fui um dos fiéis da Revista MAIS ALTO, desde o primeiro número até 1963, data de ingresso na Escola Prática de Infantaria, portanto, no Exército. Havia uma certa dificuldade na Distribuição e não era comum haver nos Escaparates, em Exposição, a prestigiada Revista; havia que fazer encomenda particular ao vendedor de Publicações. Com a entrada no SMO [Serviço Militar Obrigatório] (antes, foi-me negada autorização familiar para entrar na FAP), perdi o rasto e o acesso. Uma vez ou outra lá consegui o exemplar de última Edição. Mas mais nada. Na EPI (1963), no GACA3 (1964), na Guiné (1964/1966) ou noutras Unidades (mesmo na [Base Aérea nº 12] BA12, Messes e Salas, que frequentava assiduamente no período de janeiro a setembro de 1966) jamais encontrei qualquer exemplar da mesma. Nas Unidades do Mato, impensável.». Pelo contrário, em conversa tida connosco, o Sargento-mor Fernando Cabaço recorda ter lido o jornal na Base Aérea nº 10 (Beira – Moçambique).

eram gritantes, fosse de colonos, fosse, por maioria de razões, de autóctones (Mateus e Mateus, 2011).

Contudo a ideia de este se poder encontrar nas Unidades do Ultramar «português» é reforçada pela publicação do concurso: «Que avião é este?», onde podemos ler que, «a fim de facilitar o envio das cadernetas aos concorrentes do ultramar, o prazo de entrega das mesmas é prorrogado até 29 de Fevereiro»¹¹⁵. E pelo anúncio no nº 80, de dezembro de 1965, que dando conta do concurso efetuado para a capa do jornal e a que podiam concorrer desenhadores prestando serviço na Força Aérea, quer na Metrópole, quer no Ultramar, assim o parecem atestar. Aliás o 3º prémio, como posteriormente é publicitado, foi concedido a um elemento da Base Aérea nº 9, Luanda. O envio de pequenas notícias/artigos das Unidades militares do Ultramar para publicação no «*Mais Alto*», reforça a ideia de que o jornal circulava também aí. Por outro lado, anúncios pedindo candidatos, quer para a Força Aérea, quer para as tropas para-quedistas, levam-nos também a pensar, que o jornal não é apenas para o interior da organização militar¹¹⁶.

O periódico estende ainda a sua ação às mulheres, para através delas desmistificar o perigo de voar¹¹⁷ e, enquanto mães, igualando-se em abnegação a D. Filipa de Vilhena¹¹⁸, permitam que seus filhos se alistem na arma aérea. Cumulativamente o jornal, pede-lhes para, na retaguarda, contribuírem para o esforço nacional, como madrinhas de guerra.

Os números de tiragem, por nós calculados, em função do seu antecessor - «*Brado*», e confirmados pelas palavras do General Piloto-Aviador Cunha Cavadas¹¹⁹, subdiretor da publicação em dois momentos distintos de vida da publicação, na ordem dos 12.000 exemplares, denotam exatamente essa abrangência para além dos limites das Unidades militares. Especificamente no período inicial da publicação, 1959-60, era usual militares da Força Aérea fazerem um périplo alargado pelos estabelecimentos de ensino secundário e superior do país, onde proferiam palestras com o fim de cativar jovens para as fileiras. A estes contactos diretos com a juventude, quer do ensino público, quer do privado, não escapavam os

¹¹⁵ Em «*Mais Alto*» (57), de janeiro de 1964, p. 25.

¹¹⁶ Por exemplo, anúncios da página 24 do «*Mais Alto*» (78) de outubro de 1965.

¹¹⁷ Caso de texto de Miguel Trigueiros intitulado «Diálogo para muitos lerem», «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959, p. 7.

¹¹⁸ «... lembrai-vos de que pertenceis à raça heróica de D. Filipa de Vilhena. Lembrai-vos, ainda, de que no seu e vosso sacrifício assentarão os alicerces sólidos de um Portugal eterno, uno e indivisível», em «Dia de Portugal», alocução do professor primário de Vouzela, Júlio de Almeida Marques, «*Mais Alto*» (134) de junho de 1970, p. 4.

¹¹⁹ Em entrevista concedida (Alfragide, 3 de maio de 2012).

estabelecimentos femininos. Sendo também alvo desta propaganda, os jovens das colónias portuguesas de África. Assim, e face aos dados de que dispomos, achamos que o jornal «*Mais Alto*», serviu de interlocutor entre a arma aérea e a juventude portuguesa desse período. A comprová-lo, e extrapolando mais uma vez dos dados disponíveis do jornal «*Brado*», temos a tiragem expressa de 2.500 exemplares para o então Ministério da Educação Nacional (MEN)¹²⁰. Como refere o General Chefe do Estado Maior da Força Aérea, Bernardo Mira Delgado, em 1963, «veiculando [o periódico] a mensagem dos aviadores à nação, especialmente a sua juventude que amanhã substituirá os bravos de hoje...»¹²¹.

Mas o jornal «*Mais Alto*» serve também de órgão de divulgação da Força Aérea em outros fóruns e de diversas formas. Sendo objeto de exposição, enquanto publicação aeronáutica portuguesa, como foi o caso da Exposição Biblio-iconográfica e de Propaganda da Aeronáutica Portuguesa¹²². Sendo distribuído gratuitamente, ao público que se desloca às exposições em que a Força Aérea está envolvida¹²³ e até mesmo, através, da ainda que residual, venda nas bancas de jornais¹²⁴. Atestam este último ponto, um carimbo da Editorial Organizações, que encontramos em alguns números¹²⁵, e um pequeno anúncio nas páginas do periódico: «Este jornal é transportado para todo o país nos comboios da CP»¹²⁶.

O «*Mais Alto*», como o próprio apregoa nas suas páginas, arquivou o que de mais relevante foi acontecendo, com o intuito de aglutinar o coração de quantos serviam na Força Aérea, fosse no Continente, fosse no Ultramar, mas também, tendo por objetivo, que o espírito de missão entrasse em casa de «todos os bons portugueses»¹²⁷.

¹²⁰ Ver Anexo G – Resenha do jornal «*Brado*» e documentação complementar.

¹²¹ Em «MAIS ALTO uma mensagem da Força Aérea», «*Mais Alto*» (46) de fevereiro de 1963, p. 3

¹²² Na Exposição Lisboa e o Tejo na Aeronáutica Portuguesa, realizada pelo Aero Club de Portugal sob o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, em dezembro de 1959.

¹²³ Em «As OGMAs e o Museu do Ar na Exposição Nauticampo 1968», «*Mais Alto*» (106) de fevereiro de 1968, p. 12.

¹²⁴ Conforme testemunho do Conservador do Museu do Ar, Mário Correia, que se lembra de o comprar no Rossio (testemunho conseguido através do atual Chefe de Redação, Nuno Silva). Afirmção idêntica, foi-nos feita pelo Coronel Pires, que em jovem comprava o jornal numa banca de jornais. O General Tavares Monteiro também nos afirmou: «muito raramente o encontrava à venda, tentei deixá-lo em alguns locais de venda mas não o vendiam» mas também «trazia por vezes, um exemplar e deixava-o no barbeiro...». Em entrevista concedida em sua casa, Lisboa, 20 de dezembro de 2011.

¹²⁵ Editorial organizações, Largo Trindade Coelho, 9, 2º, em Lisboa, que desde os anos 40, e até os anos 70, fazia a distribuição de algumas publicações.

¹²⁶ Ver por exemplo, anúncio no nº 40-44 de agosto-dezembro de 1962, p. 43.

¹²⁷ Em «A Força Aérea Portuguesa e a sua actual orgânica», «*Mais Alto*» (21) de janeiro de 1961, p. 3.

1. 6. Divulgação e Propaganda.

Como passaremos a ver, o jornal «*Mais Alto*» ao procurar gerar uma unidade de pensamento e de ação contribuiu a seu modo, e dadas as circunstâncias que então se viviam em torno das possessões ultramarinas portuguesas, para a criação, sustentação e circulação de um discurso nacionalista. O «trabalho de esclarecimento público» que Kaúlza de Arriaga considerava impor-se, tendo como intuito a divulgação da aeronáutica nacional e a criação de um «senso pátrio»¹²⁸ em torno da defesa da integridade territorial, redundou na realidade no veicular de um «nacionalismo historicista e nostálgico». Como diz Sérgio Matos (2008), «o passado, essa ausência sempre presente» (: 14), veiculado pelo aparelho escolar e de propaganda do Estado ajudou a sustentar uma «historiografia de vulgarização» (: 61). Uma vez que, usando a história – «devolvendo vida ao passado» – procuravam legitimar o presente e mobilizar os leitores para as tarefas do dia-a-dia. Também nas páginas do «*Mais Alto*», alguns articulistas fazendo uso de «estratégias literárias», combinando dados e imaginação, rigor e arte (Bebiano, 2000) procuraram conquistar o interesse do leitor e conseguir a sua adesão ao projeto nacional do Estado Novo¹²⁹. Ou seja, buscando sustentar uma «mentalidade colonial» (Santos, 2007) procuraram através de uma «política do espírito», ao jeito de António Ferro, moldar os «estados de alma» dos leitores. Como era então frequente dizer, tudo: «A Bem da Nação».

Como salienta Luís Reis Torgal (1989), «foi isto que, entre nós, a historiografia do Salazarismo fez de uma forma constante ao longo de décadas» (*Apud* Bebiano, 2000).

E como defende Sérgio Matos (2008).

O Estado Novo legitimou-se, em larga medida, com recurso a uma consciência histórica retrospectiva, marcada por um nacionalismo conservador, exclusivista e defensivo [...] Essa consciência enformou-se como doutrina do Estado através do escol, das forças armadas, de sectores da Igreja e de um amplo e estruturado sistema de divulgação (: 13).

Mas vejamos em particular, como procedeu o jornal «*Mais Alto*» a esse trabalho de divulgação e esclarecimento público, tendo em atenção que a imprensa deve ser equacionada como um veículo de difusão ideológica que faz uso de dois campos que se entrecruzam: o das informações – notícias – e o das ideias expressas nos artigos (Capelato, 2003 *apud* Silva,

¹²⁸ A expressão é do Coronel Edgar Cardoso nas páginas do jornal.

¹²⁹ Blindando desse modo o regime contra as conspirações de origem militar e reforçando, ao mesmo tempo, a coesão nacional (Matos, 2008).

2011). Como tal, procuramos ter em mente na leitura que fizemos, que na sua linha de rumo, o jornal aponta como principais objetivos, do «ideal superior» que presidiu à sua fundação: «servir com lealdade o presente e o futuro da Aviação», «fomentar o amor à Pátria aliado ao culto do dever», e finalmente, mas não menos importante, «todo um programa de ação nacional».

Deste último ponto fazem com certeza parte, os seguintes artigos: «A cultura do algodão nas zonas já existentes das províncias ultramarinas passa a ser livremente praticada»¹³⁰, «Novo preço para o algodão caroço fixado por despacho do Governador-geral de Moçambique»¹³¹, «As Câmaras dos municípios ultramarinos passam a ser eleitas por sufrágio»¹³², «Algumas medidas jurídico-socio-económicas tomadas em 1960-61 relativamente ao Ultramar»¹³³ e, «Um documento de alta importância político-social – sobre o código do trabalho rural no Ultramar»¹³⁴.

O jornal «*Mais Alto*» foi também por vezes além de propagandístico, panfletário, como se comprova pelos seguintes recortes:

¹³⁰ Em «*Mais Alto*» (24-25) de abril-maio de 1961, p. 20.

¹³¹ *Idem*.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Em «*Mais Alto*» (26-27) de junho-julho de 1961, p. 7. E em data posterior, «Medidas jurídico-socio-económicas tomadas em 1960/61 relativamente ao Ultramar ou em curso de execução e ainda não enunciadas no *Mais Alto*», em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62.

¹³⁴ Em «*Mais Alto*» (36-37) de abril-maio de 1962, p. 5.

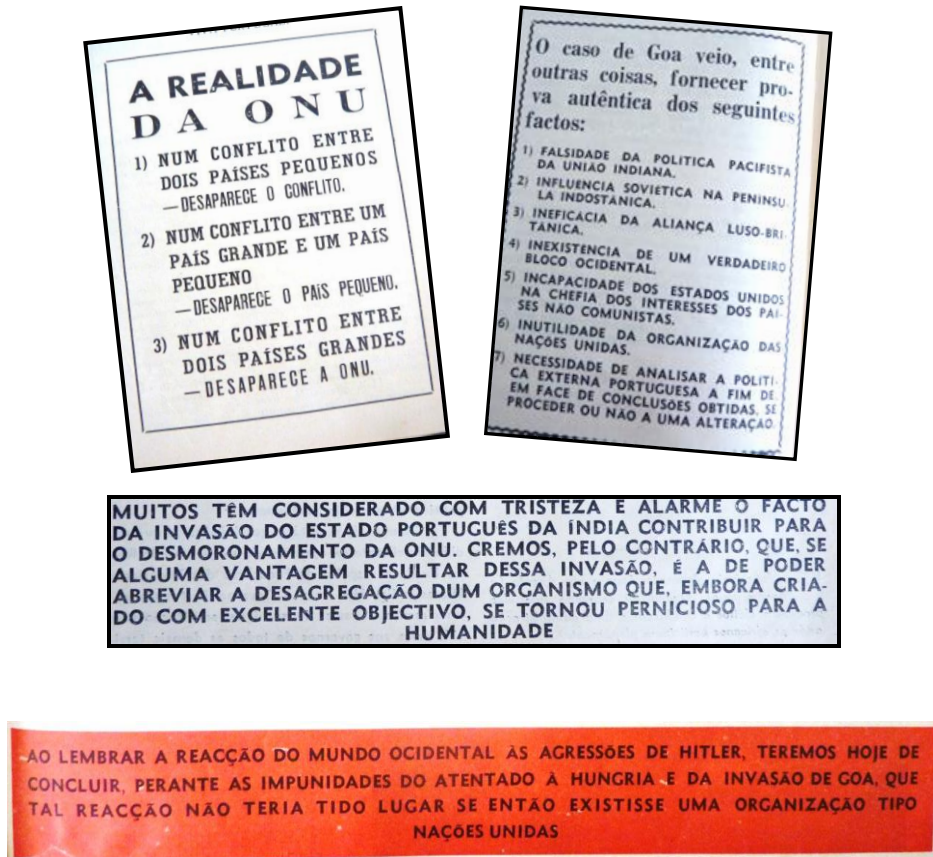


Figura 1.10 – Recortes seleccionados.

Num caso impar¹³⁵, uma coluna identificada com o sugestivo título – ACONTECEU –, foi utilizada também para justificar, de forma diferente, a posição portuguesa:



Figura 1.11 – «Aconteceu»

¹³⁵ Já que o jornal apresentava normalmente uma página de âmbito lúdico, da qual fazia parte uma coluna de «quadrinhos» sem cariz propagandístico, intitulada «Ria Mais Alto» e posteriormente também sob a forma de «Zé Voador».

O jornal «*Mais Alto*» fez também nas suas páginas «eco» de outras vozes da comunicação social criteriosamente escolhidas. Mais especificamente, publicando no período que medeia entre março de 1961 e julho do mesmo ano, a secção «VOZES DE ANGOLA», e posteriormente, entre agosto de 1961 e dezembro de 1962, a secção VOZES DO ULTRAMAR¹³⁶.



Figura 1.12 – Imagem identificadora da coluna «Vozes de Angola»

Assim, deu voz aos seguintes *media*: «*O Comércio*» de Luanda, «*Jornal do Congo*», «*Diário de Luanda*», «*A Província de Angola*», «*Diário de Moçambique*», Revista «*Angola*», «*Notícias*» de Lourenço Marques, «*Renovação*» também de Lourenço Marques e Revista «*Notícia*» de Luanda.

Sintomática é a iconografia utilizada para identificar as respetivas colunas. Inicialmente, uma criança negra em prece como que sugere o pedido de intervenção das «forças da ordem» para garantir a paz. A cor encarnada do mapa de Angola, sugere quanto a nós os massacres ocorridos no Norte de Angola em meados de março de 1961 (ver fig. 1.12). Com o anunciar do escalar do conflito ao resto do ultramar «português» a iconografia muda, passando a ser apresentado o Escudo português, a espada e aquilo que consideramos ser sangue derramado, numa sugestão de uma nova batalha em que, tal como em Aljubarrota, o que está é causa é a soberania nacional (ver fig. 1.13).



Figura 1.13 – Imagem identificadora da coluna «Vozes do Ultramar»

Mas vejamos alguns artigos destes *media* que o «*Mais Alto*» publicou e que reforçam o que já antes nesta dissertação, qualificamos como fazendo parte de um programa de ação nacional, especialmente no primeiro caso, com dedo de Káulza de Arriaga. Diz o articulista do «*Renovação*» (de Lourenço Marques):

Uma pergunta que no Ultramar sempre se formula intimamente quando da visita aqui de membros do Governo é a de saber-se em que medida os visitantes se identificam com os

¹³⁶ Denotando desta forma o crescendo nos *media* da preocupação com o estender do conflito a outros pontos das províncias ultramarinas.

nossos anseios, os nossos problemas, as nossas peculiaridades e passam a senti-los e a vivê-los, uma vez regressados aos seus gabinetes ministeriais¹³⁷.

Passando de seguida a citar o Secretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga: «... se for o êxito o nosso objectivo, teremos que passar a raciocinar e a agir com base nos princípios inerentes aos países novos de grande extensão territorial e que a Natureza dotou com elevados recursos naturais...» e «para isso, terá parte da mentalidade metropolitana de sofrer uma modificação tão profunda como urgente». Já que «os problemas têm de ser encarados e as suas soluções executadas com base na totalidade do conjunto português – e em escala adequada»¹³⁸. Sublinhando de seguida o articulista, que é necessário admitir, apesar de tudo, que as palavras do Secretário de Estado, possam «não encontr[ar] eco na consciência dos já incorrigíveis, daqueles que teimam em considerar Angola e Moçambique como duas grandes herdades de que importa tirar o máximo lucro pessoal com o mínimo de esforço e pouco ou nenhum senso administrativo...»¹³⁹.

E no mesmo número do «*Mais Alto*», mas tendo como origem um outro periódico – o «*Diário de Moçambique*» –, é afirmado que o Secretário de Estado «teria a oportunidade de verificar quanto é grato a Moçambique receber os que, da Metrópole, dirigem, de longe, os interesses da Nação que não tem por limite o Terreiro do Paço»¹⁴⁰.

Dentro do âmbito muito lato dessa ação nacional, pode também ser entendido o artigo com o título «INSPECÇÕES BANCÁRIAS em Moçambique e Angola», onde é dada notícia da autorização de «exames de escritas de quaisquer comerciantes em nome individual ou colectivo, com o objectivo de verificar-se se opera a transferência de capitais para o exterior, contra as disposições legais que disciplinam essas transferências»¹⁴¹.

Para além destes *media* fora do círculo nacional, o jornal «*Times*» (de 26/03/1962), aparece numa única referência: «O DR. NKRUMAH DIFICULTA A VIDA DOS QUE O CRITICAM»¹⁴². Como seria de esperar o jornal «*Mais Alto*» não faz qualquer referência anos

¹³⁷ Em «SAÍBAMOS MERECE-LO» do «Renovação» (Lourenço Marques), «*Mais Alto*» (38-39) de junho-julho de 1962, pp. 49 e 53.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ Em «A visita do Secretário de Estado da Aeronáutica ao Norte de Moçambique» («*Diário de Moçambique*»), «*Mais Alto*» (38-39) de junho-julho de 1962, p. 49.

¹⁴¹ Em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62, p. 30.

¹⁴² Nesta, é dado destaque ao anúncio feito pelo próprio presidente do Gana da alteração legislativa que permitia, até então, «internar sem julgamento cidadãos suspeitos de actividades subversivas ou

mais tarde, junho de 1973, às notícias publicadas no «Times», dias antes da visita oficial de Marcelo Caetano a Londres, denunciando¹⁴³ o massacre de Wiriyamu (Moçambique). Pelo contrário em artigo complementar de «resposta» pode ler-se no «*Mais Alto*»:

As circunstâncias de que se rodeou esta visita não diminuíram o seu interesse nem alteraram o acordo previamente acordado. O Chefe do Governo português soube enfrentar os acontecimentos com tal dignidade que os objectivos mercenários da desordem não surtiram efeito¹⁴⁴.

Para além das duas secções atrás referidas, «Vozes de Angola» e «Vozes do Ultramar», é ainda possível encontrar pequenas notícias avulso, como são os casos de: «DIALÉTICA DE FERRO» do jornal «*Voz de Portugal*» (do Rio de Janeiro) em que o jornalista, Paulo Tacla, afirma: «... Salazar assume o comando moral do que no mundo resta de brio e de vergonha na defesa da civilização»¹⁴⁵. Ou uma referência recursiva, que «*A Voz*», faz ao próprio jornal «*Mais Alto*» e à resposta deste às acusações que chegam de fora, intitulada, «MALES DO MUNDO»¹⁴⁶. Ou ainda, e também em forma de notícia, a chamada de atenção e o pedido de apoio por parte de entidades públicas e privadas para a patriótica iniciativa do «*Diário de Notícias*» de realizar «Os jogos Desportivos do Mundo Português». Sublinha o «*Mais Alto*»: «No momento em que forças ocultas tentam desunir os portugueses, a reunião dos atletas vindos de todo o vasto mundo português dará a conhecer como é forte a unidade nacional, sem distinção de raças»¹⁴⁷. Pelo que, a Força Aérea através



Figura 1.14 – Atleta português

cuja liberdade é considerada perigosa para a segurança do Estado» por um período de 5 anos e que agora passava, em caso de reincidência, para um período de 20 anos. Em «*Mais Alto*» (34-35) de fevereiro-março de 1962, p. 6.

¹⁴³ Denúncias feitas pelo padre inglês Adrian Hastings nas páginas do periódico britânico.

¹⁴⁴ Em «A visita de Marcello Caetano a Londres», «*Mais Alto*» (172) de agosto de 1973, p. 3. As fotos que ilustram o artigo são da partida e chegada ao aeroporto da Portela. Já que Marcelo Caetano havia sido recebido em Londres com manifestações de protesto.

¹⁴⁵ Em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62, p. 35.

¹⁴⁶ Em «*Mais Alto*» (36-37) de abril-maio de 1962, p. 8. Faremos referência detalhada a esta «resposta» do «*Mais Alto*» no capítulo seguinte.

¹⁴⁷ Em «FELIZ INICIATIVA. Os Jogos Desportivos do Mundo Português», «*Mais Alto*» (21) de janeiro de 1961, p. 6.

da voz autorizada de Kaúlza de Arriaga «abraça de alma e coração» tão oportuna iniciativa. A figura que ilustra a notícia no «*Mais Alto*», é sugestiva do ideal do atleta luso (ver figura 1.14)¹⁴⁸.

Este uso de «vozes selecionadas» vai contudo deixar de ter lugar no «*Mais Alto*». A este desaparecimento não serão alheias as alterações na redação, com a saída do Alferes Pinto Balsemão, mas sobretudo na direção efetiva do jornal, com a saída do Secretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga, até então o grande impulsionador do jornal.

Notório do exacerbado cariz de ação nacional que o jornal tem, é quanto a nós, a coluna «Razões da presença de Portugal no Ultramar»¹⁴⁹. Iniciada em fevereiro de 1973, mantém-se até fevereiro de 1974 transportando para a 1ª página do jornal, discursos do Prof. Marcelo Caetano¹⁵⁰, proferidos entre novembro de 1968 e julho de 1973. A publicação desta coluna não se coaduna, particularmente, com o desejo e o propósito expresso pelo próprio diretor da altura, que diz ser preocupação sua e dos demais pilotos-aviadores, terem uma publicação com cariz marcadamente técnico e de âmbito aeronáutico.

Em entrevista concedida pelo General Tavares Monteiro, Diretor do jornal no período em questão, procurava-se segundo ele, fugir a uma publicação notoriamente noticiarista. A explicação para a discrepância entre o propósito tentado e o conseguido, pode porventura estar, na falta de articulistas dedicados ao jornal. Como nos manifestou, muitas vezes por falta de colaboração era ele próprio que se sentia na obrigação de escrever um artigo técnico para incluir no número a publicar. A falta de colaboração, cremos, levaria à necessidade de ocupar espaço editorial disponível. Contudo não deixa de ser sintomática a ocupação desse mesmo espaço, com um discurso temporalmente desfasado do tempo curto que a publicação devia cobrir. Como é notório, a dinâmica institucional e o discurso ideológico prevaleceram quanto a nós, sobre a prossecução da divulgação da causa aeronáutica.

¹⁴⁸ Encontramos a mesma figura ilustrando um outro artigo da revista «*Flama*».

¹⁴⁹ Esta coluna será analisada em pormenor no capítulo 2.

¹⁵⁰ «Razões da presença de Portugal no Ultramar - Angola, Moçambique e Guiné são províncias de Portugal», «*Mais Alto*» (166) de fevereiro de 1973; «Razões da presença de Portugal no Ultramar - Cabora Bassa», «*Mais Alto*» (167) de março de 1973; «Razões da presença portuguesa no Ultramar - Não declarámos guerra a ninguém», «*Mais Alto*» (169) de maio de 1973; «Razões da presença de Portugal no Ultramar - Somos sinceramente amantes da Paz», «*Mais Alto*» (170) de junho de 1973; «Razões da presença de Portugal no Ultramar - Ignoramos que as províncias ultramarinas são Portugal há quinhentos anos?», «*Mais Alto*» (173) de setembro de 1973; «Razões da presença de Portugal no Ultramar - Qual o nosso caminho?», «*Mais Alto*» (174) de outubro de 1973; «Razões da Presença de Portugal no Ultramar – Pátria», «*Mais Alto*» (178) de fevereiro de 1974.

O «*Mais Alto*» fez também questão de dizer PRESENTE¹⁵¹ por aqueles que iam tombando, quer na metrópole, como foi o caso do Tenente-coronel Jaime da Fonseca (subsecretário de Estado do Exército) na sequência do Golpe de Beja¹⁵², quer nas «terras quentes do ultramar», sobretudo aí. Mas se inicialmente o fez com toda a notoriedade e destaque, passou mais tarde a fazê-lo discretamente ou antes, diríamos, «envergonhadamente». Uma vez destacando o nome de quem caía para sempre, outras vezes, como mera nota de rodapé. A esta mudança no destaque dado¹⁵³ não será alheia a crescente onda de «contestação» interna ao prosseguir da guerra.

De idêntico modo se podem perceber as alterações editoriais no que às referências, a operações militares e à captura de material de guerra inimigo, dizem respeito. Se até uma dada altura eram alvo de «reportagem», operações militares como as ocorridas em Quipedro¹⁵⁴, Pedra Verde¹⁵⁵ ou Canda¹⁵⁶, para só referir algumas das iniciais; ou pelo menos eram referenciados os seus nomes de código: «Marabunta», «Trovão» e «Ciclone II», quando se tratava de justificar a atribuição de condecorações a Unidades militares, como é o caso da medalha da Cruz de Guerra de 1ª Classe ao Batalhão de caçadores Para-quedistas nº 12 (BCP12), Guiné (Decreto nº 48 328 do Governo)¹⁵⁷. Ou era notícia, uma ação desencadeada na Guiné no dia 22 de dezembro de 1967 pelas tropas para-quedistas, de que tinha resultado a captura de 5 a 6 toneladas de material de guerra inimigo – com foto ilustrativa da quantidade e diversidade de armas e munições apreendidas¹⁵⁸. E se publicavam pequenos «*flashes*», como o da operação «Barracuda III», com fotografias que mostravam material de guerra de origem

¹⁵¹ Dizendo Presente por aqueles que já não o podiam fazer por si. Presentes, assumia o jornal, na contínua vigilância e defesa da pátria. Usa-se no meio militar a palavra Pronto para indicar presença e disponibilidade para a missão. Disponibilidade, já estes tinham mostrado e por ela tinham derramado o seu sangue. Ao dizer Presente por si, o jornal afirmava a sua imortalidade na memória dos que com eles tinham privado e que por eles deviam prosseguir a missão.

¹⁵² Em «Tenente-coronel Jaime da Fonseca, Presente!», «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62.

¹⁵³ Para panorâmica geral ver Anexo J – Mudanças no destaque dado aos que caíram em combate..

¹⁵⁴ «A ação fulgurante da 1ª Companhia do B. C. Para-quedistas Nº 21 em Quipedro», «*Mais Alto*» (28-29) de agosto-setembro de 1961.

¹⁵⁵ «A tomada da Pedra Verde pelas tropas do Exército, em colaboração com a Força Aérea», «*Mais Alto*» (28-29) de agosto-setembro de 1961.

¹⁵⁶ «Operação Canda», «*Mais Alto*» (28-29) de agosto-setembro de 1961.

¹⁵⁷ Em «Condecorados com a medalha da Cruz de Guerra de 1ª Classe (Grupo Operacional da Base Aérea nº 12 e Batalhão de Caçadores Para-quedistas nº 12), «*Mais Alto*» (108) de abril de 1968, p. 15.

¹⁵⁸ Em «*Mais Alto*» (105) de janeiro de 1967, p. 27

soviética e chinesa, capturado ao inimigo¹⁵⁹. Ou se dava amplo destaque à «Exposição no Museu da Marinha», levada a cabo pelo Departamento da Defesa Nacional, onde se mostrava material e equipamento¹⁶⁰ capturado aos «terroristas» nas Províncias da Guiné, Angola e Moçambique¹⁶¹. A partir de determinada data, dado o incremento do poder de fogo «inimigo», esta política editorial altera-se, como podemos perceber, pela recusa de publicação de um artigo enviado da Guiné, em 1973, com a justificação de que «O Mais Alto não deve referir-se a operações»¹⁶².

Idêntico tratamento é dado ao início da luta armada na Guiné em 1963, e em Moçambique em 1964. Que perpassam ao de leve, ou seja, sem menção expressa nas páginas do «*Mais Alto*», contrariamente ao que tinha acontecido com o desencadear das lutas em Angola e sobretudo com os massacres perpetrados no norte da província em março de 1961. A política editorial do jornal «*Mais Alto*» vai-se adaptando, como podemos ver, às próprias condições do conflito.

Um outro exemplo curioso de tratamento noticioso é o do «Caso Santa Maria», referido no «*Mais Alto*» de janeiro de 1961. Declarando o articulista sentir repulsa e portanto, não querer falar sobre o assunto, para afinal falar, afirmando, porém, que «quando os actos merecem repulsa as palavras estão a mais»¹⁶³. O caso seria contudo alvo de vários considerandos, em 1974, na mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado. Publicada nas páginas do jornal, na mensagem, Américo Tomás considera, que o terrorismo e o banditismo começaram precisamente com o «caso do paquete “Santa Maria”» e «com a estranha e inqualificável importância dada aos que cometeram o crime de roubo e desvio desse navio de passageiros, pois de crime se tratou, não tendo faltado o assassinato». Um mero crime comum, diz, «que pretenderam tornar em relevante acto político». Segundo ele, à imagem do que vinha acontecendo e que mais fazia lembrar atos de pirataria de outros tempos, afirmando

¹⁵⁹ Parte do «Noticiário Ilustrado», «*Mais Alto*» (110) de junho de 1968, p. 32.

¹⁶⁰ Fotos mostram o material e o equipamento em questão: «pistolas metralhadoras, e metralhadoras ligeiras e pesadas; espingardas automáticas, semi-automáticas e de caça; lança-granadas-foguete; morteiros; minas anti-carro e anti-pessoal; granadas de mão; pistolas; munições; aparelhos de pontaria para morteiro; e outro equipamento». Sendo dito que as peças expostas devidamente etiquetadas, com data e local de captura, apresentam ainda a sua origem de fabrico. Podendo-se encontrar armamento dos: E.U.A., U.R.S.S., Checoslováquia, Argélia, República Popular Chinesa, Inglaterra, Alemanha Oriental e Congo Leo. Anunciando-se também no mesmo artigo que a exposição estaria brevemente patente no Porto.

¹⁶¹ Em «*Mais Alto*» (87) de julho de 1966, p. 17.

¹⁶² Ver Anexo K – Proposta de artigo para o «*Mais Alto*».

¹⁶³ Em «O caso do “Santa Maria”», «*Mais Alto*» (21) de janeiro de 1961.

que, «a busca de bens materiais, por qualquer preço, está na origem da nova faceta da pirataria, de que a era da tecnicidade parece, também, responsável»¹⁶⁴.

O tratamento noticioso da tentativa de golpe organizado pelo Ministro da Defesa General Botelho Moniz, em 1961, e que ficaria conhecido por «Abrilada», reveste-se também de alguns particularismos, podendo ser apenas percecionado pela notícia de «Novos Chefes de Estado Maior da Força Aérea»¹⁶⁵. Na notícia apresentada são publicadas as cartas¹⁶⁶ de investimento do cargo, que substituíram os habituais discursos de tomada de posse, uma vez que o então Subsecretário de Estado da Aeronáutica se havia deslocado a Angola. Na carta de resposta do novo CEMFA pode-se subentender a condenação do que se havia passado:

Visando a Força Aérea a defesa da Pátria, os métodos que trilhará deverão ser preservados de contaminações políticas e sociais desagregantes, venham elas de donde vierem, desferidas de qualquer que seja a direcção. O aviador, por subordinação e exercício permanente daquele objectivo, pelo seu espírito de sacrifício, exercita-se no constante desinteresse pessoal. Por isso mesmo, ferem o aviador tanto aqueles que se vendem aos interesses e causas anti-nacionais como aqueles outros que, servindo os seus interesses pessoais ilegítimos, apoucam e descontentam largos sectores da comunidade nacional¹⁶⁷.

O mesmo é reiterado dois anos mais tarde, em fevereiro de 1963, quando o mesmo General Mira Delgado, afirma:

Firmes na sua missão militar, os aviadores servem a sua Pátria e não servem interesses que com ela se confundam. Isentos e íntegros, os aviadores estarão sempre unidos neste espírito e por isso são força a resistir a todas as solicitações desagregantes que são tanto aquelas que abertamente nos hostilizam e combatemos, nesta hora grave de emergência

¹⁶⁴ Em «Mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado», «*Mais Alto*» (177) de janeiro de 1974, p. 4.

¹⁶⁵ Nesta é dada conta da nomeação do General Mira Delgado para Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) que substituiu no cargo o General Albuquerque de Freitas envolvido na intentona, e da indigitação dos General Francisco Chagas e General Corte Real para 1º Subchefe e 2º Subchefe do Estado-Maior da Força Aérea, respetivamente.

¹⁶⁶ Cartas dirigidas por Kaúlza de Arriaga ao novo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e resposta do General Mira Delgado que substituíram assim a cerimónia de investimento.

¹⁶⁷ Em «Novos Chefes de Estado Maior da Força Aérea», «*Mais Alto*» (24-25) de abril-maio de 1961, p. 3.

nacional, como outras que à nossa sombra julgam melhor poder cuidar dos seus benefícios próprios, tomando para si o que é de todos ou ao País pertencem¹⁶⁸.

Tratamento limitado tem por sua vez a morte de Kennedy. A envolvimento pessoal e o ímpeto descolonizador do presidente norte-americano não andam com certeza arredados do comedido tratamento noticioso. É-lhe apenas dedicada uma página do jornal, com uma fotografia do Presidente, e mais duas com a sua família, ladeadas pelo seguinte texto:

Estupefacto, e a princípio incrédulo, o mundo inteiro tomou conhecimento, na tarde do dia 22 de Novembro, do assassinato do Presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy. Não podia “Mais Alto” deixar de prestar sentida homenagem a quem tombou no exercício de tão altas funções¹⁶⁹.

Mas se determinados acontecimentos passam levemente pelo «*Mais Alto*», outros há, que têm presença constante. Referimo-nos a tudo aquilo que pode ser designado por «comemorativismo nacional» e que ilustra o que Sérgio Matos diz ser o «isolamento da elite do regime num historicismo auto-contemplativo» (Matos, 2008: 13).

Assim, para além das habituais comemorações nacionais, de forte pendor militar, como o Dia de Portugal (10 de junho – com a consagração dos heróis de África), o dia da Força Aérea (1 de julho), ou os dias de abertura solene das aulas nos diversos estabelecimentos de ensino militar (Academias e Institutos) eram anualmente recuperadas do «infindável baú das comemorações históricas»¹⁷⁰ datas que a elite do Estado procurava celebrar com todo o esplendor, e de que o «*Mais Alto*» dava nota. Dentro do vasto leque comemorativo, gostaríamos de sublinhar, pela antecipada preparação de que foram alvo, mas sobretudo pela dinâmica gerada em torno delas, as comemorações henriquinas de 1960 – V Centenário da morte do Infante D. Henrique¹⁷¹. Como veremos no capítulo seguinte, a retórica que envolve os Descobrimentos e a iconografia adjacente serão presença constante nas páginas do «*Mais Alto*».

¹⁶⁸ Em «MAIS ALTO. Uma mensagem da Força Aérea», «*Mais Alto*» (46) de fevereiro de 1963, p. 4.

¹⁶⁹ Em «A morte de Kennedy», «*Mais Alto*» (55) de novembro de 1963, p. 13.

¹⁷⁰ Em artigo de Jorge Ramos do Ó, «Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) / Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)», (Rosas e Brito, 1996).

¹⁷¹ Se numa primeira fase, as comemorações são pensadas como uma resposta cabal à União Indiana que atormentava Goa, com o desenrolar dos acontecimentos em África, elas são preparadas tendo em vista, fundamentar a presença portuguesa no continente negro (Matos, 2008).

Mas o jornal «*Mais Alto*» dá-nos, ao longo dos anos da sua existência, múltiplos recortes desse comemorativismo nacional que então perpassava pela sociedade portuguesa. Por exemplo, as efemérides ocorridas em finais de 1969, em que a Nação assistiu às comemorações dos quintos centenários dos nascimentos de Vasco da Gama e de D. Manuel I e aos primeiros centenários dos nascimentos de Gago Coutinho e do marechal Óscar Carmona. Especial atenção teve pela proximidade de causa, o centenário do nascimento de Gago Coutinho. No ano que a seguir se iniciava, 1970, manifestaram-se desde logo atempadas preocupações com o quinto aniversário da descoberta da ilha de S. Tomé, esperando-se que, diria o Almirante Américo Tomás, «seja comemorado com o realce que inteiramente merece e que as circunstâncias presentes tornam mais salientes»¹⁷². Mas, 1970, não é de forma alguma um ano de comemorativismo impar, já que 1972 é também ano de efemérides. Primeiro, com o IV centenário da 1ª edição dos *Lusíadas* e depois, com uma cerimónia dupla; uma primeira a que Portugal se associa, participando entusiasticamente nas comemorações dos 150 anos de Independência do Brasil e posteriormente, uma outra comemoração partilhada ao mais alto nível entre os dois países, que é o 50º aniversário da Travessia do Atlântico Sul. Mas qualquer data que tivesse o mínimo de significado histórico era usada como pretexto para uma inauguração¹⁷³, para uma cerimónia, ou até para reivindicar o erigir de um monumento¹⁷⁴.

Visava todo este «nacionalismo banal» (Billig, 1995 *apud* Ribeiro, s.d), de que o jornal «*Mais Alto*» é um porta-estandarte, não só a transmissão de conhecimento mas sobretudo a formação de consciências. Como salienta António Nóvoa (1996), especialmente em relação à Educação Nacional mas que julgamos pertinente neste contexto de análise; através da reprodução quotidiana do nacionalismo, o Estado Novo «inculca valores, subordina corpos, disciplina consciências»¹⁷⁵. Exemplo cabal, dessa inculcação ideológica, é a Semana do

¹⁷² Em «Mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado», Almirante Américo Thomaz, «*Mais Alto*» (129) de janeiro de 1970, p. 5.

¹⁷³ Por exemplo a inauguração da estátua de D. Nuno Álvares Pereira, esse «pelejador incansável e intemerato que foi herói nacional e Condestável do Reino aos vinte e poucos anos e tudo sacrificou, até os maiores afectos, ao seu arreigado patriotismo», palavras do Presidente da República, «*Mais Alto*» (108) de abril de 1968, p. 21.

¹⁷⁴ Monumento que perpetuasse a façanha de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Pedindo os envolvidos «que o monumento tenha universalidade [...] e ao mesmo tempo seja um hinário vibrante e perene a cantar as gestas das águias lusitanas!», em «Belém a Aviação e o Monumento», pelo Coronel Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (141) de janeiro de 1971.

¹⁷⁵ Em colaboração de António Nóvoa, «Educação Nacional», (Rosas e Brito, 1996).

Ultramar, que então acontecia nas Unidades militares e a que o «*Mais Alto*» faz breves referências. Nela, era «explicado» aos militares as razões da presença portuguesa no Ultramar.

Procurando fomentar a «adesão emocional» dos leitores aos valores da Nação, o jornal «*Mais Alto*» contribuiu, inevitavelmente a seu jeito, para a consolidação, daquilo que José Tengarrinha (2006) diz ser o «bloco de opinião nacional»¹⁷⁶. A sua leitura crítica permite-nos contudo, passados estes anos, compreender a «hipérbole nacionalista» que então se vivia no seio do Estado Novo.

¹⁷⁶ No caso da análise de José Tengarrinha num âmbito mais alargado que vai de 1681 ao Estado Novo.

Capítulo 2. Folheando o «*Mais Alto*».

2. 1. O Presente como corolário do Passado.

Como sublinha Benedict Anderson (2005), as nações são «comunidades imaginadas» criadas a partir da imagem que os seus membros fazem de si e para si, e erigidas em torno de um mito histórico, que, sendo uma criação artificial, é simultaneamente um retrato verdadeiro da história da nação ou do povo (Baycroft, 2000). Apela assim, e enquanto tal, a um sentimento de pertença que perdura no tempo mas também no espaço. Adaptando constantemente o discurso às novas circunstâncias, fazem a ponte entre o passado e o presente, tendo em vista especialmente, o futuro que almejam... Para isso, a História nacional é interpretada, reinterpretada e sobretudo, exaltada. Aperfeiçoando-se uma imagem coletiva passada, de forma a torná-la atraente aos olhos dos nacionais. O jornal «*Mais Alto*» é disso veículo e testemunha como passaremos a ver.

i. A Cruz de Cristo.

Um dos ícones mais sublimados nas páginas do «*Mais Alto*», quer pictoricamente, quer verbalmente, é a Cruz de Cristo, que, fazendo a ponte entre o passado e o presente da Nação, sustentou um arregado e extenso discurso nacionalista, onde memória e «invenção» se misturaram.



Figura 2.1 – Cruz de Cristo

A «sacrossanta insígnia», adotada no ano de 1919 por uma comissão especial¹⁷⁷, substituiria o anteriormente *cocarde* verde e vermelho, que havia sido usado até então, por associação com o *cocarde* francês.

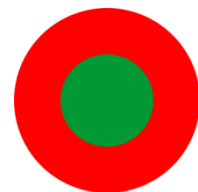


Figura 2.2 – Cocarde português

Como então é dito, a mesma Cruz de Cristo, que antes sulcara as ondas dos oceanos nas velas das caravelas, rasgava agora os ares nas asas dos aviões, «continuando [...] no presente pelos caminhos do ar, a gesta heroica das naus do Infante D. Henrique»¹⁷⁸. Cruz de Cristo, antes sinal clássico das caravelas, agora rejuvenescido pela Aviação Portuguesa, que procurava assim reavivar na memória da Nação esses grandes

¹⁷⁷ Composta pelos aviadores Silveira e Castro, Sacadura Cabral e Lelo Portela, sob proposta do Capitão António de Sousa Maya, ao tempo, comandante do Grupo de Esquadrilhas de Aviação República, com base na Amadora (Lopes, 1989).

¹⁷⁸ Frase de capa do nº 15, de julho de 1960.

pioneiros das travessias oceânicas¹⁷⁹. Se nas velas das naus com que esses pioneiros partiram à descoberta, a Cruz de Cristo simbolizava o «valor lusíada na tentativa do domínio das distâncias»¹⁸⁰, no século XX, gravada nas asas dos aviões, ela atestava «a vitalidade e as virtudes sublimes da raça lusíada»¹⁸¹.

Por isso, também é dito, que se de Belém¹⁸² «partiram as naus e as caravelas com a Cruz de Cristo a sangrar nas velas enfunadas, para a descoberta de novos mundos...»¹⁸³, partiam agora, esses «bandeirantes do ar» (Sacadura Cabral e Gago Coutinho – Brasil, Sarmiento Beires – Macau, Pinheiro Correia – Guiné, etc.) «na ânsia de tornar menor a dispersão dos territórios pátrios». Abraçando com a Cruz de Cristo o Mundo Português, ligavam pelo ar o «Portugal geo-histórico»¹⁸⁴. Antes navegadores natos: Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral; agora aviadores convictos: Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Sarmiento Beires. Estes últimos, apontados como exemplo da nação moderna em que Portugal se tornara.

Afirmava-se assim, segundo o jornal, a vitalidade de uma «raça»¹⁸⁵, já que «são afinal os homens desta estirpe que dão o cunho de eternidade a esta Nação de avultadas tradições, e que se chama Portugal!»¹⁸⁶. E anunciava-se «bem alto, a todo o Mundo, que Portugal mantinha no Presente, imperecível, o fogo sagrado das suas virtudes rácicas, o clarão

¹⁷⁹ Palavras inseridas em pequeno artigo de Gago Coutinho e lido pelo Tenente-coronel Francisco de Aragão aquando da partida do Argos de Sarmiento Beires. Em «A mais brilhante página da nossa epopeia do ar», pelo Cor. Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (166) de fevereiro de 1973, p. 11.

¹⁸⁰ Em «A Cruz de Cristo: Um Símbolo», pelo Major Eurico de Faria Amaro, «*Mais Alto*» (3) de julho de 1959, p. 12.

¹⁸¹ Em «A mais brilhante página da nossa epopeia do ar», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (166) de fevereiro de 1973, p. 11.

¹⁸² «Sítio histórico em que Portugal rasgou aos anseios explosivos da Renascença os pórticos do mundo moderno», em «"Te Deum" comemorativo do 50º aniversário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico-Sul», alocução de Monsenhor Moreira das Neves, «*Mais Alto*» (157) de maio de 1972, p. 9.

¹⁸³ Em «Belém a Aviação e o Monumento», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (141) de janeiro de 1971, p. 12.

¹⁸⁴ Em «O Rotary Clube de Lisboa-Norte prestou homenagem aos aviadores portugueses», palestra do Brigadeiro Fernando Oliveira, «*Mais Alto*» (87) de julho de 1966, p. 23.

¹⁸⁵ Em «Conferência de encerramento das comemorações», pelo Coronel Piloto-aviador Machado dos Santos, «*Mais Alto*» (160) de agosto de 1972, p. 18.

¹⁸⁶ Em «A mais brilhante página da nossa epopeia do ar», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (167) de março de 1973, p. 11.

esbrazeante das glórias do Passado»¹⁸⁷. Mantendo o país, no presente, «imarcessível e bem desperto o fogo sagrado das suas glórias»¹⁸⁸ agora com a Cruz de Cristo nas asas.

A Travessia do Atlântico Sul (1922) seria por isso, vezes sem conta, glorificada no jornal «*Mais Alto*» como «acto de fé, de ciência, de coragem e de amor pátrio»¹⁸⁹. E enaltecida como «arrancada para a glória», «ponto alto das nossas façanhas pelo infindo, com a cruz de Cristo a sangrar nas asas»¹⁹⁰.

Nessa viagem, «sob o auspício sacrossanto da Cruz de Cristo, refulgiu a alma da nobre raça portuguesa»¹⁹¹, já que Sacadura Cabral e Gago Coutinho, «com orgulho transportavam no hidroavião aquela Cruz de Cristo, que, 422 anos antes, na mesma rota, também iniciada em março, ornava as caravelas de Pedro Álvares Cabral»¹⁹².

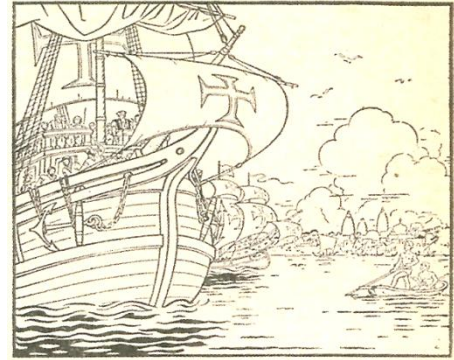


Figura 2.3 – A Cruz de Cristo: um símbolo.

Como que a sustentar a presença constante da sacrossanta insígnia no longo tempo da história – antes nos mares, agora nos «Oceanos do Ar» – é referida em «A 1ª Travessia nocturna do Atlântico Sul» (Notícia de Sessão evocativa do feito na sala de cinema do SNI), que aquando da viagem de Sarmiento Beires na Travessia Noturna do Atlântico Sul (1927), o «eremita» rochedo de S. Paulo, ponto ínfimo na vastidão oceânica, surge aos olhos do aviador, «sob um esvoaçar de gaivotas indiferentes – acostumadas já a ver passar a Cruz de Cristo!»¹⁹³.

Compara-se assim, comumente, no meio aeronáutico nacional, pelo menos desde a Travessia do Atlântico Sul (1922), a «gesta aérea» aos Descobrimentos. Como aliás é também facilmente perceptível, num outro periódico da altura – a «*Revista do Ar*» – e nas então citadas palavras de Guerra Junqueiro:

¹⁸⁷ Em «Cinquentenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico-Sul», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (156) de abril de 1972, p. 20.

¹⁸⁸ Em «A 1ª Travessia nocturna do Atlântico Sul», Notícia de Sessão evocativa do feito na sala de cinema do SNI, «*Mais Alto*» (108) de abril de 1968, p. 17.

¹⁸⁹ Em «Conferência de encerramento das comemorações», pelo Coronel Piloto-aviador Machado dos Santos, «*Mais Alto*» (Ano XIV – nº 160) de agosto de 1972, p. 18.

¹⁹⁰ Em «Cinquentenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico-Sul», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (156) de abril de 1972, p. 20.

¹⁹¹ Em «Conferência de encerramento das comemorações», pelo Coronel Piloto-aviador Machado dos Santos, «*Mais Alto*» (160) de agosto de 1972, p. 18.

¹⁹² *Idem*.

¹⁹³ Em «A 1ª Travessia nocturna do Atlântico Sul», Notícia de Sessão evocativa do feito na sala de cinema do SNI, «*Mais Alto*» (108) de abril de 1968, p. 17.

O vosso acto de epopeia cientificamente muito belo, foi, moralmente, prodigioso. Levou ao Brasil, enaltecida e sublimada, a alma heróica de Portugal. As duas Pátrias irmãs aclama em vós, n'um côro de apoteose, a nobreza da raça, o génio imortal de que descendem. A Glória eterna das nossas descobertas, que unificaram e deslumbraram o mundo, evocada por vós, levanta-se da História e vem saudar-vos. É o profeta de Sagres, é Zarco, Gonçalo Velho, Gil Eanes, Tristão, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, e o Gama e Cabral e Magalhães. As almas extasiam-se, voltamos a viver n'uma hora infinita, o passado augusto, e o grandioso coral das duas Pátrias abraza-se d'amor e desenrola-se em hino ardente do futuro. E então, o vosso acto heróico nimba-se, por milagre, d'um esplendor sagrado e religioso. E que nas asas da vossa caravela harmònicamente iam voando a bandeira da Pátria e a cruz de Cristo. A Pátria exalta-vos e Deus abençoa-vos. Há mais um dia em flôr, cantando e rezando, na Grande História de Portugal¹⁹⁴.

Cruz de Cristo que, lado a lado com a bandeira nacional na fuselagem dos aviões da Força Aérea, simbolizaria, anos mais tarde, a «união da Fé com o amor da Pátria»¹⁹⁵, sendo por isso evocada como mensagem de esperança¹⁹⁶ para as populações atacadas e para os camaradas que se batiam na frente¹⁹⁷, muitas vezes já esgotados e sem munições...

ii. Das caravelas à Aeronáutica.

Segundo os diferentes articulistas e nas mais diversas intervenções públicas a que o jornal «*Mais Alto*» faz referência, o que então acontecia era o perpetuar do nome de Portugal, ao abrigo dos velhos símbolos. Garantindo-se, segundo os mesmos, «a oportunidade de, nas tradições do passado, dar a Portugal um presente ainda mais esplendoroso»¹⁹⁸.

Como aliás também era sustentado na «*Revista do Ar*», levavam os aeronautas, tal como no passado, bem longe o nome de Portugal:

¹⁹⁴ No número Comemorativo dos 50 anos da Aeronáutica Militar, «*Revista do Ar*» (254) de dezembro de 1959, p. 165.

¹⁹⁵ Em «mensagem de Natal do Secretário de Estado da Aeronáutica», «*Mais Alto*» (176) de dezembro de 1973, p. 3.

¹⁹⁶ Ver «Um nome para a História: MUCABA...» do «*Jornal do Congo*». Vozes de Angola, «*Mais Alto*» (24-25), de abril-maio de 1961, p. 7.

¹⁹⁷ Aviadores de Portugal que «com a Cruz de Cristo nas asas, vigiam o céu azul [...] levando a cada rotação da hélice mais uma réstea de esperança aos seus camaradas na frente...» Em «Guiné 1965», pelo Dr. Amândio César, «*Mais Alto*» (76) de agosto 1965, p. 7.

¹⁹⁸ Em «A Cruz de Cristo: um símbolo», pelo Major Eurico de Faria Amaro, «*Mais Alto*» (3) de julho de 1959, p. 12.

Ostentando as quinas portuguesas por sobre o Mediterrâneo, o Egípto, a Arábia, a Índia, Bengala, Sião, a China, e atingindo por fim a Colónia Portuguesa mais longínqua, eles foram demonstrando nessas paragens históricas, que os portugueses de agora não desmentem as tradições da sua Raça, e que os descendentes dos Capitães e Marinheiros das naus se tinham tornado em aviadores, mantendo a Portugal os mesmos velhos foros de paladinos do Progresso e da Civilização¹⁹⁹.

Pelo que, e como se pode ler no mesmo número da «*Revista do Ar*» em manuscrito assinado pelo próprio Gago Coutinho, datado de dezembro de 1933: «é preciso que o mundo conheça que os descendentes dos antigos pioneiros do Atlântico também sabem voar, como sabem navegar»²⁰⁰.

Heróis da aviação cujos feitos passaram a ser celebrados nos artigos do «*Mais Alto*», para assim, segundo os seus autores, não morrerem na memória dos seus compatriotas, mas antes, se eternizarem na memória da nação. Fazendo eco dessas tradições, os articulistas do «*Mais Alto*» recorrem aos mais variados artifícios. Por exemplo, igualando em mestria, esforço, destemor e patriotismo, os heróis da imensidão dos ares dessa nova «epopeia da raça», aos argonautas da época de Quinhentos²⁰¹. E evocando um dos heróis da «íncrita geração» como apoiante e incentivador da gesta aérea:

Se hoje ressuscitasse, eu sinto que o Infante Navegador saberia, como outrora, encontrar-se com as realidades do presente, e nos lançaria novamente numa grande empresa. Imagino-o de braços bem abertos e com a face voluntariosa levantada para o céu, e ouço-lhe a voz decidida a proclamar: «Portugueses! Para maior honra e glória de Deus e de Portugal, lancemo-nos no espaço! Vamos voar!»²⁰².

Como que reforçando essa ponte com o passado, Sacadura Cabral seria apontado em artigo²⁰³ do Cor. Edgar Cardoso, como descendente direto de Pedro Álvares Cabral – descobridor do Brasil – pelo que a associação é quase inevitável, antes pelo mar, agora pelo

¹⁹⁹ Referência ao *Raid Lisboa – Macau* (1924), no artigo «Gago Coutinho e as viagens aéreas dos aviadores militares», «*Revista do Ar*» (nº 254) de dezembro de 1959, p. 116.

²⁰⁰ «*Revista do Ar*» (254) de dezembro de 1959, p. 197.

²⁰¹ Em «Rumo ao ULTRAMAR do passado para o futuro», pelo Major Piloto-aviador Francisco Alberto Lopes Gião, «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959, p. 2.

²⁰² Extrato duma palestra pronunciada no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército (IPPE) pelo Major Piloto-Aviador Vaz Nunes, «*Mais Alto*» (14) de junho de 1960, p. 1.

²⁰³ Em «Roteiro da Força Aérea. Montijo BA-6», por Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (56) de dezembro de 1963, p. 10.

ar. Mas também, e segundo o artigo «Diário da República: Cem anos de história, 100 dias de histórias»²⁰⁴, pelo impacto nacional que tal feito terá tido, já que foi «...vitoriado em Lisboa, por uma opinião pública sedenta de heróis, como um feito que fazia ressurgir o valor intemporal da raça e da pátria portuguesa que outrora vencera os mares e que agora se reprojectava “por ares nunca dantes navegados”». E que como podemos ler na «Revista do Ar»: «fez brotar da alma do Povo Português, uma inesgotável fonte de emoção patriótica» (António José de Almeida, Lisboa 16 de maio de 1923)²⁰⁵, engrandecendo a Pátria e prestigiando a República (Victor Hugo de Azevedo Coutinho, Lisboa 9 de maio de 1923)²⁰⁶. Levando a uma onda de euforia, que se traduziu em aguerridas competições para organizar as maiores homenagens aos heróis e que são bem visíveis nos órgãos de comunicação diária da época²⁰⁷.

Particularmente no «*Mais Alto*», esses «refulgentes» episódios da aviação nacional protagonizadas pelos argonautas dos céus, iam à medida que as suas datas comemorativas se aproximavam, sendo alvo da atenção redobrada dos diferentes articulistas e disputando entre si, o epíteto de «a mais brilhante página da nossa epopeia do ar». Lembramos aqui, como exemplo, e precisamente com esse título²⁰⁸, o artigo sobre a Travessia noturna do Atlântico-Sul em 1927, a que o Cor. Edgar Cardoso se referiria em 1973 da seguinte forma: «De facto foi a primeira vez, nos fastos aeronáuticos da Humanidade, que um avião permaneceu uma noite inteira a voar sobre o Oceano, guiando-se pelas estrelas, qual fio de luz unindo as duas pátrias da Comunidade Lusíada»²⁰⁹.

Aproveitaram assim, os diversos articulistas para prestar homenagem à bravura e audácia desses «cavaleiros do ar», mas também, ao génio de sábios que demonstraram, ultrapassando cientificamente os problemas da navegação aérea, tal como no passado, outros tinham mostrado ao ultrapassar os problemas de navegação marítima. Perpetuava-se assim, segundo eles, a «epopeia da raça» – antes sobre a vastidão dos mares, agora sobre a imensidão dos ares.

²⁰⁴ Em http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=92&did=120594 (Acedido 6.10.2010).

²⁰⁵ «*Revista do Ar*» (254) de dezembro de 1959, p. 167.

²⁰⁶ *Idem*, p. 169.

²⁰⁷ Com o «*Diário de Notícias*» a propor que se erija um padrão no local de partida dos aviadores e «*O Século*» a propor que se gravem os seus nomes na própria pedra da Torre de Belém. No mesmo artigo da referência 206.

²⁰⁸ Artigo intitulado: «A mais brilhante página da nossa epopeia do ar», do Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (167) de março de 1973, p. 10.

²⁰⁹ *Idem*.

iii. «*Os Lusíadas*».

No ano de celebração do Cinquentenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul é afirmado em artigo²¹⁰ do Coronel Edgar Cardoso que, Gago Coutinho e Sacadura Cabral transportavam na venturosa viagem, um exemplar de «*Os Lusíadas*» – testemunho de «Portugal do Passado, do Presente e do Futuro. Poema da Terra e do Mar, projecta[ndo] a alma da Pátria na Distância e nas Alturas»²¹¹, para ir mais longe em outro artigo de sua autoria no mesmo número do jornal, ao defender que, essas duas figuras titulares escreveram nos céus, com as asas da aeronave, a «estrofe moderna e inédita de “Os Lusíadas” – o undécimo canto como diria o poeta Afonso Lopes Vieira»²¹².

O próprio relatório de viagem da Travessia Aérea, redigido por esse «português de lei»²¹³ (Sacadura Cabral), tinha sido qualificado, alguns anos antes, por Edgar Cardoso, como obra de literatura épica. Aliás na senda do que outros elementos da aeronáutica militar tinham defendido. É o caso do Brigadeiro Fernando Oliveira que, na homenagem aos aviadores, levada a cabo no Rotary Clube de Lisboa-Norte em 1966, defendera que o relatório de viagem, «pelo feito que descreve e pelo estilo em que se expressa»²¹⁴ devia ser estudado nas escolas a seguir aos Lusíadas, pois, segundo ele, «se Camões cantou em decassílabos incomparáveis a gesta dos nossos marinheiros, o relatório de Sacadura pode muito bem ser apontado como um poema em prosa do nosso maior feito aeronáutico»²¹⁵.

Repetindo-se para alguns a «História» até no apontar daqueles que se mostravam menos eufóricos com o empreendimento aeronáutico nacional, como se pode ler na «*Revista do Ar*», comemorativa dos 50 anos do Aero-Clube de Portugal:

Quando o grande português António José de Almeida defendeu no Parlamento a causa sagrada da aviação, poucos não foram os **velhos do Restelo**, os piadistas, os derrotistas

²¹⁰ Em «*Mais Alto*» (156) de abril de 1972, p. 25.

²¹¹ *Idem*, p. 20.

²¹² Em «A magnífica proeza aérea de 1922», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (156) de abril de 1972, p. 13.

²¹³ Sacadura Cabral transformado com o seu desaparecimento em novembro de 1924, na figura lendária, de um novo D. Sebastião. Em «O último voo de Sacadura Cabral», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (91) de novembro de 1966, p. 17.

²¹⁴ Em «O Rotary Clube de Lisboa-Norte prestou homenagem aos aviadores portugueses», palestra do Brigadeiro Fernando Oliveira, «*Mais Alto*» (87) de julho de 1966, p. 33.

²¹⁵ *Idem*.

que o crivaram de «blagues» e impropérios, atingindo-o até na sua vida política chamando ao seu partido «aero-evolucionista!»²¹⁶.

Mais tarde com o deflagrar dos conflitos armados em África, os articulistas do periódico, irão considerar a defesa dos territórios ultramarinos como a gesta marítima de então²¹⁷, escrevendo-se, segundo eles, agora aí, o último canto da epopeia, «com o sangue e a fé duma mocidade que tem séculos de existência e revive agora, na sobrevivência duma raça criadora da História»²¹⁸. E a Força Aérea apontada como a expressão da criatividade e da renovação da Nação, uma vez que, congregava na auréola das suas asas, proteção, e agressividade quando necessário, com o desenvolvimento tecnológico, demonstrando dessa forma, tal como no passado, como dizia Camões, «não menos nos engenhos que na espada»²¹⁹.

2. 2. Novas possibilidades, novos desafios.

i. A aeronáutica militar – Rumo ao Ultramar.

À Aviação portuguesa e especialmente à Força Aérea – «Presença do Portugal novo, no Portugal completo» – estava destinado o papel, de «criar e manter a sugestão de vizinhança entre territórios distanciados»²²⁰. Reduzindo as dimensões e as distâncias, num «abraço fraterno [...] à metrópole»²²¹ a Força Aérea tornava «os pedaços lusitanos [...] mais próximos e se possível, mais vinculados»²²², porque decididamente, Portugal não era um país

²¹⁶ No artigo «Em defesa ...», do Coronel piloto-aviador Pinheiro Correa, «*Revista do Ar*» (254) de dezembro de 1959, p. 119. Negrito nosso. Num outro artigo da mesma revista questiona-se: «Quantas façanhas não teriam aviadores lusos cometido, quantos louros mais não teria a Aviação de Portugal deposto no Altar da Pátria se na época das grandes tentativas tivesse havido na nossa Terra menos Velhos do Restelo?», p. 301.

²¹⁷ Em «Dia de Portugal», «*Mais Alto*» (158) de junho de 1972, p. 19.

²¹⁸ Excerto do artigo de Augusto de Castro, intitulado; «Os Lusíadas que é preciso mostrar ao mundo», citado pelo Secretário de Estado da Aeronáutica, Brigadeiro Pereira do Nascimento. Em «O Secretário de Estado da Aeronáutica em Moçambique», «*Mais Alto*» (158) de junho de 1972, p. 11.

²¹⁹ Em «A Direcção do Serviço de Comunicações e Tráfego Aéreo e a sua Acção na Força Aérea», pelo Major Mário Rodrigues Cruzeiro, «*Mais Alto*» (61) de maio de 1964.

²²⁰ Em «Aviação e Unidade Nacional», por Fernando Sylvan, «*Mais Alto*» (4) de agosto de 1959, p. 1.

²²¹ Em «O esforço militar Português em África integra-se no quadro geral da defesa do Ocidente ...», «*Mais Alto*» (12) de abril de 1960, p. 8.

²²² Alocução do Capitão Piloto-aviador Moura de Carvalho, referida em «Balanço Sumario. Força Aérea: 1963», «*Mais Alto*» (57), de janeiro de 1964, p. 22.

pequeno²²³. «Pátria una e imperecível» que a aviação vinha ajudar a consolidar e a perpetuar, já que «o Avião cada vez encurta mais as distâncias e portanto cinge mais cerca do coração continental, os seus filhos ultramarinos...»²²⁴. Ajudando, também, quando necessário, ao cerrar de fileiras para garantir a integridade do solo pátrio, pois como é assegurado pelas elites governativas nacionais «na Europa e na África, todos somos um»²²⁵.

Como se pode ler na legenda de uma das fotos apresentadas no jornal: «...chamaram pelas asas da F.A.P. e esta irá teimosamente prolongar com a sua presença a chama de fé nos destinos da Nação»²²⁶ (ver fig. 2.4). Sendo para tal premente, segundo o Coronel Edgar Cardoso, «... dotar, com urgência, as [...] províncias ultramarinas com unidades de aviação, para defesa pronta e eficiente dos [...] mais legítimos e sagrados direitos

nessas terras de Além-Mar, que são património secular de Portugal»²²⁷. E afiançando-se dessa forma ao Mundo, segundo as palavras do Tenente Piloto-aviador Rolo Duarte, «que a nossa missão civilizadora começada há mais de cinco séculos ainda não terminou e, ainda mais, provar que não abdicaremos do nobre fim que sempre nos orientou e orienta»²²⁸.

ii. Apelo à juventude.



Figura 2.4. – Ao abrigo das asas da Força Aérea.

²²³ Portugal, uma «nação compósita – euro-africana e euro-asiática», em «Palavras serenas e firmes do CHEFE DO GOVERNO», Discurso de Salazar na Assembleia Nacional de 30 de novembro 1960, «*Mais Alto*» (20) dezembro de 1960, p. 1.

²²⁴ Em «Unidade da aviação na Unidade Nacional», pelo Cor. Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (7) de novembro de 1959, p. 12.

²²⁵ Palavras do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Tenente-Coronel Kaúlza de Arriaga em Angola, «*Mais Alto*» (2) de maio-junho de 1959, p. 1.

²²⁶ Parte da legenda de uma foto, onde ao abrigo da asa de um PV2 um grupo de militares, sentados em círculo, conversa. Em «*Mais Alto*» (26-27) de junho-julho de 1961, p. 15.

²²⁷ Em «Unidade da aviação na Unidade Nacional», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (7) de novembro de 1959, p. 12.

²²⁸ Em «Base Aérea 1 Sinta. Novos Pilotos», alocação do Tenente Piloto-aviador Rolo Duarte, «*Mais Alto*» (50) de junho de 1963), p. 14.

Apela como tal o jornal «*Mais Alto*» à juventude de então, «seiva imensa e poderosa deste enorme tronco que é Portugal»²²⁹ para que se iguale à de ontem, «verdadeira fina-flor, que serviu heroicamente nas caravelas»²³⁰. Juntando-se agora àqueles que exaltam a Pátria com as suas asas, cumprindo dessa forma, no presente, o destino bravamente iniciado no passado. Para isso dirige-se o jornal ao coração dos jovens leitores: «conheço-te e sei que, mesmo para além da Lei que a isso te obriga, sentes conscientemente o dever de servir a tua Pátria, esta querida terra de Portugal onde repousam as cinzas dos teus avós, onde vivem os teus pais, onde hão-de nascer os teus filhos»²³¹.

Os «ventos da história» que fustigaram a África «portuguesa» entre 1961 e 1974 potenciarão estes apelos tendo em vista a defesa intransigente da integridade do «torrão pátrio».

iii. Ventos da História – Ventos de Leste.

Se na década de 60, Portugal, espanta o mundo combatendo a mudança dos ventos da história, é porque, como alega o Capitão Piloto Navegador Dias dos Santos, a Nação já ultrapassou outros ventos contrários: os ventos mouros dos tempos da reconquista cristã (início da nacionalidade); os ventos castelhanos das lutas pela independência (do Mestre de Avis e de 1640); e os ventos desencadeados pelos mostrengos do mar oceano (na época de 500)²³².

Pelo que, como defende Américo Tomás, aos novos ventos, apenas há que contrapor os «heróicos ventos que impulsionaram as caravelas portuguesas de Quinhentos a dar novos mundos ao Mundo»²³³. Ventos de outrora, isso sim, defende o mesmo, que «não devemos deixar amainar [...] da já longa história de Portugal, para que sempre e eficazmente possam opor-se aos que agora são apelidados de ventos da história»²³⁴. «”Ventos da história” que melhor se deveriam chamar “ambições neo-colonialistas” que fustiga[m] terras de

²²⁹ Em «Juramento de Bandeira de 756 novos soldados alunos da F.A.», «*Mais Alto*» (20) de dezembro de 1960, p. 14.

²³⁰ Em «Carta aberta a um jovem amigo», pelo Capitão J. Barros Martins, «*Mais Alto*» (7) de novembro de 1959, p. 4.

²³¹ *Idem.*

²³² Em «Dia da Base Aérea nº 2», palavras inclusas na palestra «30 anos ao serviço da Pátria» do Capitão Piloto Navegador Dias dos Santos, «*Mais Alto*» (133) de maio de 1970, p. 26.

²³³ Em «Viagem Presidencial. Mensagem do Presidente da Republica a todos os portugueses», «*Mais Alto*» (64), de agosto de 1964, p. 3.

²³⁴ *Idem.*

Portugal»²³⁵. E que ainda hoje, alguns reportam de, não «ventos da história» mas antes, «ventos da cobiça»²³⁶ que fustigavam África.

Mas a África, segundo o jornal, está pelas constantes da Geografia, da História e da Economia, indissolúvelmente ligada à Europa. E em certos casos, como é o das Províncias africanas de Portugal, essa ligação era ainda mais reforçada pelo sentimento, um dos mais profundos sentimentos suscetíveis de se desenvolverem no Homem, o amor à Pátria Comum – como então é sustentado. Pois Portugal, como defende Salazar, em finais de 1960:

às populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão – a língua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz; os estádios inferiores de pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia sem desarticular a sua forma peculiar de vida²³⁷.

Sendo a «África Portuguesa» apontada como baluarte da civilização ocidental, onde, contudo, a ação civilizadora e missionária de Portugal se via aviltada²³⁸ por um terrorismo insuflado e sustentado do exterior. Uma vez que a «Rússia Comunista e Imperialista» havia considerado ter chegado o momento de conquistar África. E, «por isso, há cobiça e inveja contra nós», já que «Portugal é um obstáculo frente aos interesses desvairados de uma barbárie requintada que procura dominar todo o mundo, subjugando-o sob a pata da fera insaciável»²³⁹ do comunismo. Denunciando-se para o efeito nas páginas do jornal, o facto indesmentível, quanto aos delatores, de que as novas independências passam a navegar,

²³⁵ Em «Juramento de Bandeira no Regimento de Caçadores Pára-quedistas», «*Mais Alto*» (53), de setembro de 1963, p. 15.

²³⁶ Palavras do Comandante Alpoim Calvão, na sua recente intervenção intitulada «Operação Tridente (1964)» – Seminário Guerra de África, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), 13 de abril, de 2012.

²³⁷ Em «Palavras serenas e firmes do CHEFE DO GOVERNO», Discurso de Salazar na Assembleia Nacional de 30 de novembro 1960, «*Mais Alto*» (20) dezembro de 1960, p. 6.

²³⁸ Em «Breve Balanço do Ano» nas palavras do Cor Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (20), de dezembro de 1960, p. 9.

²³⁹ Em «Juramento de Bandeira de 756 novos soldados alunos da F.A.», «*Mais Alto*» (20) de dezembro de 1960, p. 14.

invariavelmente, nas «águas vermelhas de Moscovo e da China»²⁴⁰. Comunismo que é considerado a antítese da civilização ocidental.

Assim sendo, e segundo o jornal, a guerra que impõem a Portugal, é antes de mais uma luta entre Ocidente e Oriente, uma «batalha entre duas civilizações». Dentro deste paradigma, é construído todo o discurso proferido pelo Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, em novembro de 1960, em que este sustenta, que para Portugal, paladino da civilização ocidental, é inconcebível «abandonar aos chamados “ventos da história” os destinos humanos»²⁴¹.

Nesta batalha entre duas civilizações, Portugal afirma-se como primeiro reduto de resistência aos desígnios imperialistas dos outros, sendo dito que «o esforço militar português em África deve ser visto no quadro geral da defesa do Ocidente.

O mesmo seria reiterado alguns anos mais tarde em Mensagem dirigida à Nação pelo Almirante Américo Tomás, de que o «*Mais Alto*» faz eco: «os sacrifícios que [os portugueses] comportam não se traduzem em vantagens exclusivas da Nação Portuguesa. Antes e ao mesmo tempo se destinam a salvaguardar interesses essenciais do Ocidente»²⁴², pelo que, como é dito, Portugal luta não em benefício próprio mas no alheio²⁴³ e aponta «como tantas vezes o fez já, aos povos dum mundo conturbado e louco, os caminhos que hão-de salvar e fazer revigorar os princípios morais e espirituais que tornaram grande, bela e única a civilização do Ocidente Europeu»²⁴⁴. A intervenção de Manuel Castelo Branco, estudante da Universidade de Coimbra, em «A Grande Manifestação Nacional de Apoio à Política

²⁴⁰ São exemplo dessa denúncia, a publicação de um conjunto de artigos iniciados em julho de 1963 e intitulados «Sombras Vermelhas sobre a África». Por exemplo em «Sombras vermelhas sobre África», tradução do Alferes Aguiar Ferreira do («*Revue Militaire Générale*» 5, maio de 1962), «*Mais Alto*» (51) de julho de 1963, p. 13, é dado destaque a uma frase de Lenine: «É pela África que a Europa cairá» a que se segue a seguinte previsão de Mao-Tse-Tung, enviada a Estaline e revelada nos Estados Unidos pelo Senador Knowland: «A revolução comunista mundial estará concluída dentro de vinte anos. Dar-se-á então o desmoronamento dos Estados Unidos, do Canadá e da América do Sul. A Índia aderirá ao comunismo e o Leste poderá assinar acordos económicos com as Filipinas e, depois, com os Estados Unidos. 1965 marcará o termo duma etapa ao fim da qual a vaga revolucionária submergirá a África, de onde os “imperialistas-colonialistas” serão lançados ao mar...».

²⁴¹ Em «A Nação tem que se ocupar e se preocupar predominantemente com a África Portuguesa», discurso de Salazar, «*Mais Alto*» (20) de dezembro de 1960, p. 7.

²⁴² Em «Investidura do Presidente da República», Mensagem dirigida à Nação pelo Almirante Américo Tomás, «*Mais Alto*» (76) de agosto de 1965, p. 14.

²⁴³ *Idem*.

²⁴⁴ Das palavras que o deputado por Angola, Dr. Joaquim dos Santos, dirigiu ao Chefe de Estado durante a sua investidura, «*Mais Alto*» (76) de agosto de 1965, p. 14.

Ultramarina» é de forma cabal a síntese daquilo que foi sendo afirmado e defendido pelas mais diversas entidades oficiais:

A Nação inteira, guarda avançada de uma civilização milenária, está em velada de armas, e em todos os campos da Terra, homens de boa vontade e recta intenção têm os olhos postos em Portugal. São todos aqueles em cujo coração ainda não morreu a virtude teologal da esperança e esperam ver reerguer-se das cinzas de uma civilização em ruínas a catedral de amor de um mundo novo. Nesta emergência, ou o mundo vem buscar à Península a reserva moral que desbaratou, ou uma onde de novos bárbaros sepultará em ruínas a arquitectura moral da civilização ocidental²⁴⁵.

Observação: A utilização da expressão «Ocidente» deve aqui ser entendida, não como expressão de sentido geográfico mas mais especificamente, como expressão de um suposto expoente cultural (Said, 1996), de que a África, dados os interesses portugueses aí em causa, faria parte.

2.3. Argumentos da Nação.

i. O conflito africano no cenário internacional.

Mas a luta que se travava, contrariamente ao esperado pelo Estado Português, acontecia em diversas frentes para além dos campos de batalha no continente africano: desde a opinião pública internacional às salas da ONU, passando pela NATO. Luta que os articulistas do «*Mais Alto*» também travam através dos seus artigos. Por um lado, tentando desacreditar os que acusam Portugal e os que, sendo aliados naturais, não apoiam de forma plena a posição portuguesa nos areópagos internacionais. E por outro lado, procurando conquistar corações, porque esta continua a ser uma batalha pela «conquista de almas», desta feita para a causa nacional²⁴⁶. Como dizem no jornal, nesta «guerra de sabor comunista» que é imposta do exterior²⁴⁷, «com a cumplicidade de alguns e a complacência de muitos outros»²⁴⁸, travam-se

²⁴⁵ Em «A grande manifestação nacional de apoio à política ultramarina», «*Mais Alto*» (52), de agosto de 1963, p. 13.

²⁴⁶ Segundo o Tenente-coronel Vaz Nunes não «basta dar pão e trabalho e despertar inteligências. É necessário preencher os corações com uma ideologia que os satisfaça, evitando que sejam conquistados com místicas anti-nacionais». Místicas que, segundo o próprio, procuram dissociar «a unidade moral e espiritual da Nação». Em «Contra-ofensiva psicológica» pelo Tenente-coronel Piloto-aviador Vaz Nunes, «*Mais Alto*» (49) de maio de 1963), p. 9.

²⁴⁷ «... mau grado toda a nossa boa vontade» já que foram «mãos traiçoeiras [que] armaram grupos até então inofensivos, inoculando-lhes uma espécie de ódio de que nem eles próprios sabem concretizar».

guerras de verdade, guerras ideológicas, guerras de conceitos religiosos, políticos e sociais. Por isso, as fórmulas utilizadas pelo jornal para travar essas guerras são diversas e rebuscadas. Primeiro, vitimizando a Nação²⁴⁹ – atacada pela maioria do Mundo naquilo que lhe é mais sagrado, na sua própria carne, na sua própria integridade. E depois, apontando e identificando quem ataca.

Antes de mais, os comunistas²⁵⁰ sem escrúpulos – a URSS, a China e países satélites –, «*habitués*» da escravidão e do crime. Depois os afro-asiáticos, aqueles que, segundo o jornal, ainda em «estado primitivo» se encontram embriagados pela sua própria independência; nomeadamente, os países africanos²⁵¹ pertencentes à Organização da Unidade Africana (OUA); e os países do oriente participantes da Conferência de Bandung (apoiantes da anexação dos territórios portugueses da Índia). Passando por alguns países ocidentais, que segundo o jornal, têm tomado posições, na mera ânsia de alcançarem sucessos parlamentares internacionais, como é o caso dos EUA – que segundo o Alferes Pinto Balsemão, procuram

Em notícia de «*O Comércio*» (Luanda) intitulada: «Um repórter evoca lances vividos no decurso de um ano de sacrifícios para enfrentar e vencer a vaga sinistra do terrorismo», «*Mais Alto*» (34-35) de fevereiro-março de 1962, pp. 25 e 30.

²⁴⁸ Em «Mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado», «*Mais Alto*» (93) de janeiro de 1967, p. 4. Ou como já dissera Salazar: «que a maldade de uns e o comodismo de outros pôs na nossa frente» em «Palavras Serenas e firmes do Chefe do Governo» (Discurso na Assembleia Nacional de 30 de novembro 1960, «*Mais Alto*» (20) dezembro de 1960, p. 1.

²⁴⁹ «... para nós portugueses há uma guerra que nós não quisemos, nem queremos, que nos vem roubando vida e fazenda, semeando lutos e desviando riquezas, nesta Casa Lusitana, onde todos queríamos viver em paz, contribuindo, segundo a nossa medida, para a riqueza e paz universais», em «Natal de saudade e de esperança», pelo Capelão-chefe Major P. João Ferreira, «*Mais Alto*» (81) de janeiro de 1966, p. 10 (Palestra pronunciada no dia 4 de janeiro ao microfone da Emissora Nacional, no ciclo de conferências patrocinado pela revista «*Defesa Nacional*»).

²⁵⁰ Por exemplo: «Baptistas e Comunistas. Nos bastidores da conjura contra o Mundo Português», onde é sublinhada uma suposta infiltração comunista no seio da seita protestante do Canadá, e sustentado que as revelações da revista «*Christian Beacon*», porta-voz do *International Council of Christian Churches* explicam «o alarido internacional feito à volta da expulsão de Angola de vários missionários baptistas» sublinhando que estes «são hoje, de resto, os mais incansáveis sapadores da grande ofensiva internacional contra o nosso País», do jornal «*Renovação*» (Lourenço Marques), «*Mais Alto*» (36-37) de abril-maio de 1962, pp. 21 e 25.

²⁵¹ Afirmando os articulistas do jornal que o artificialismo político é a regra nos novos Estados africanos, dado o ódio tribal latente dentro das próprias fronteiras. Com a disciplina militar a manter-se apenas entre elementos da mesma tribo. A Nigéria é um dos casos, que antes apontados como exemplar, se transformou, «congolizando-se» de forma mais violenta que o próprio Congo. O Congo ex-belga é aliás apontado como sinónimo de caos, violência e desordem. Em «A “Congolização” da Nigéria», «*Mais Alto*» (98) de junho de 1967, p. 9.

ganhar o «concurso de popularidade»²⁵² – e da Grã-Bretanha. Por último, algumas organizações internacionais, como a ONU e a NATO.

A ONU é aliás um dos alvos prediletos das mais altas entidades do Estado e concomitantemente, do «*Mais Alto*». As declarações do Dr. Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, são disso, exemplo. Diz o ministro: «tudo as Nações Unidas têm consentido, e pode dizer-se com fundamento que os quinze anos de vida da organização têm respondido ao retrocesso da verdadeira independência dos povos e ao cerceamento dos direitos humanos»²⁵³, sublinhando o mesmo, parecer-lhe difícil, exceder a demagogia da Organização²⁵⁴. Na sequência da invasão dos territórios da Índia portuguesa, esse rincão sagrado de Portugal que a União Indiana usurpou e de que não foi alvo de condenação pela «imparcial» ONU, é dito de forma contundente: «Ao lembrar a reacção do mundo ocidental às agressões de Hitler, teremos hoje de concluir, perante as impunidades do atentado à Hungria e da invasão de Goa, que tal reacção não teria tido lugar se então existisse uma organização tipo Nações Unidas»²⁵⁵.

Reafirmando o jornal que da ONU nada de agradável pode ser dito, dominada que está, por um conjunto de nações sem qualquer maturidade interna ou internacional, intromete-se nos problemas internos dos países que de alguma forma não são de sua simpatia. Evoca por isso o jornal com saudade, a Sociedade das Nações, que pelo menos se empenhava teoricamente para que todas as nações fossem iguais em direitos e deveres. Para o periódico, a ONU, esquecendo direitos ancestrais, formula resoluções sem qualquer sentido, pretendendo ditar leis. E, como tal, os ataques sofridos pelos representantes portugueses na ONU e na UNESCO são desvalorizados, argumentando-se no jornal que outros países são de tempos a tempos alvo de ataques e de campanhas difamatórias, movidas por determinados sectores da opinião pública mundial e por inconfessados interesses internacionais.

Para descredibilizar internamente a ONU, o «*Mais Alto*» através dos seus articulistas, faz eco das vozes críticas que de alguma forma fazem coro com a posição portuguesa, como é o caso de Suzanne Labin, que afirma em maio de 1963, na «*General Military Review*»:

²⁵² Em «O momento político», pelo Alferes Francisco Balsemão, «*Mais Alto*» (30) de outubro de 1961, p. 12.

²⁵³ Em destaque, «*Mais Alto*» (30) de outubro de 1961, p. 8.

²⁵⁴ Afirmou o Ministro dos Negócios Estrangeiros ao partir para Nova Iorque, «*Mais Alto*» (30) de outubro de 1961, p. 1.

²⁵⁵ Em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62, p. 1.

Na minha opinião não se deve reorganizar a ONU, mas suprimi-la totalmente. Isto porque penso que não são os seus métodos, mas sim os próprios princípios que estão viciados. Do mesmo modo que seria descabido constituir-se um tribunal formado por ladrões, sê-lo-ia também pretender unir numa organização todos os governos, incluindo aqueles que têm por mira subjugar os outros²⁵⁶.

Evidenciando o jornal em 1ª página no número 23, de março de 1961, face às resoluções da ONU contra Portugal, as palavras do então Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Professor. Adriano Moreira: «a ONU pode discutir e decidir o que entender, mas em Portugal, do Minho a Timor, far-se-á apenas o que os Portugueses quiserem»²⁵⁷. São apontados como testemunhos da civilização levada para terras de África: a Barragem das Mabubas, o Porto de Luanda, o Porto do Lobito, ou a Refinaria de Petróleo em Luanda; num trabalho de séculos em que, segundo o periódico, Portugal justifica o ideal das descobertas.

No número de março de 1961 do «*Mais Alto*» algumas páginas ilustradas tentam suportar a «posição portuguesa» (ver fig. 2.5).

²⁵⁶ Em «As Nações Unidas: um peão manobrado pela Rússia», por Suzanne Labin, em *General Military Review* (5 de maio de 1963), Tradução do Alferes Aguiar Ferreira, «*Mais Alto*» (57) de janeiro de 1964, p. 6.

²⁵⁷ Frase em destaque a encarnado, «*Mais Alto*» (23), de março de 1961, p. 1. E em notícia de «*O Comércio*» (Luanda) intitulada: «Um repórter evoca lances vividos no decurso de um ano de sacrifícios para enfrentar e vencer a vaga sinistra do terrorismo» é afirmado: a «decisão com que, quase todos, por esse Norte fora defenderam, com unhas e dentes, aquilo que lhes pertencia e até o que não lhes pertencia; como defenderam a honra e a vida de esposas, de filhas, irmãs, mães; como defenderam o património sagrado da Nação, na altura apunhalada em plena ONU pela famigerada moção da Libéria, que começara a ser discutida no célebre dia 13 de Março», «*Mais Alto*» (34-35) de fevereiro-março de 1962, pp. 25 e 30.

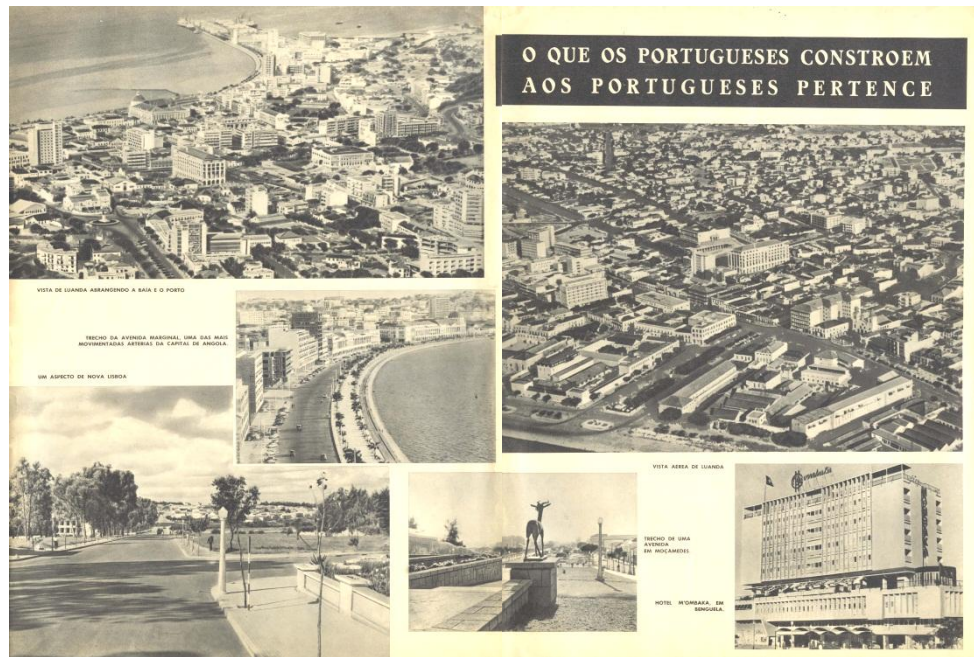


Figura 2.5 – «Mais Alto» (23), pp. 10-11.

Posição que continuaremos a ver reiterada durante os anos seguintes, e de que as palavras do Chefe de Estado, Almirante Américo Tomás, na Mensagem de Ano Novo de 1974 são disso exemplo: «o apego do português a tudo o que sente ser seu, é um dos seus maiores e melhores predicados e quando digo o português, refiro-me, indistintamente, a todos os que se sentem sê-lo, qualquer que seja a sua raça, a sua cor ou o seu credo»²⁵⁸.

No mesmo número de março de 1961, o jornal «*Mais Alto*» assume aquilo que diz serem os «defeitos portugueses», para a seguir, mostrar os dos outros, os daqueles que questionam a atitude de Portugal e que o atacam nos areópagos internacionais. Ilustra-se e compara-se para o efeito, nas páginas seguintes, a pobreza e as más condições de latitudes bem diferentes, como: um bairro de pescadores na Ilha de Luanda; o bairro da Curraleira em Lisboa; uma rua em Detroit, centro da indústria automobilística norte-americana; Central Park, em Nova Iorque, com dois vagabundos prostrados; e uma favela do Rio de Janeiro (ver fig. 2.6).



Figura 2.6 – «Mais Alto» (23), p. 12.

²⁵⁸ Em «Mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado», «*Mais Alto*» (177) de janeiro de 1974, p. 4.

Em número posterior do «*Mais Alto*» aproveita-se para apontar os defeitos daqueles que questionam a capacidade empreendedora dos portugueses, nomeadamente os mais antigos aliados de Portugal, os ingleses, ilustrando para o efeito, uma «realidade londrina» escondida dos turistas, sob o título «Londres 62» (ver fig. 2.7). No jornal «*A Voz*»²⁵⁹, esta é considerada uma resposta cabal e sem muitas palavras àqueles que afrontam Portugal com a sua hipocrisia.

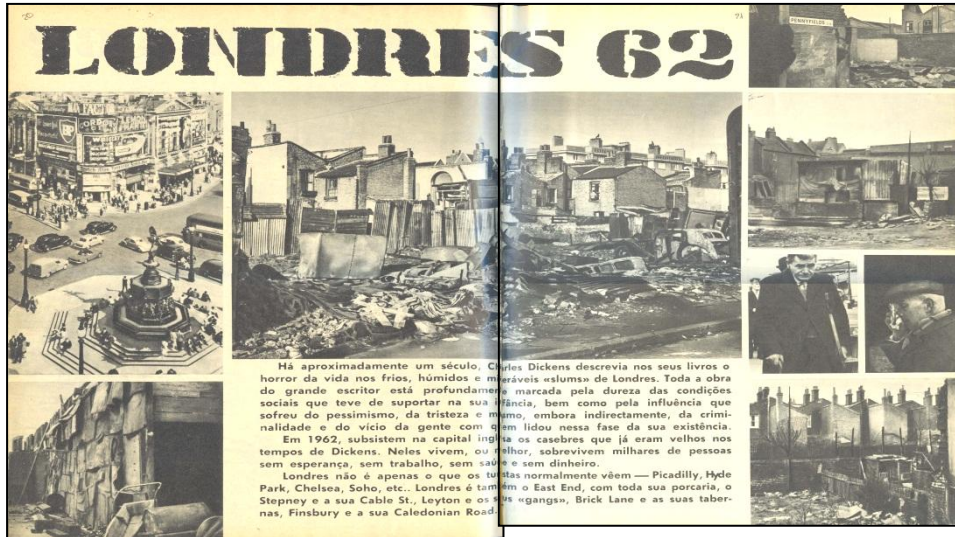


Figura 2.7 – «*Mais Alto*» (34-35), pp. 20-21.

Mas também, apontando as contradições americanas²⁶⁰, se evidenciam os problemas raciais latentes, e denunciam-se as diferenças entre o que se diz e o que se faz, nesse país apodado de «sem história, nem tradição».

Pelo contrário, defende o jornal, em terras lusas de África, «os portugueses gozam de iguais direitos independentemente de raça ou de cor...»²⁶¹ (ver fig. 2.8).

Em discurso proferido por Marcelo Caetano, já em 1970, é dito: que na «[África «portuguesa»] homens de diferentes etnias trabalham lado a lado, irmanados no propósito de substituir à Africa das lutas tribais, da fome endémica, da humanidade ignorante e enferma, do medo, da magia e do feitiço, uma África nova que sem negar os seus valores morais e sociais positivos tome lugar no mundo civilizado»²⁶². Havendo paz, ordem e progresso; contrariamente a muitos países do mesmo continente que independentes não têm tal

²⁵⁹ Sob o título «Males do Mundo», referenciado recursivamente em «*Mais Alto*».

²⁶⁰ Em «Contradições Americanas», pelo Cor. João de Deus Quintela, «*Mais Alto*», (26-27) de junho-julho de 1961, p. 28.

²⁶¹ Título de página com algumas fotografias ilustrativas dessa suposta realidade. «*Mais Alto*» (23), de março de 1961, p. 12.

²⁶² Em, «Razões da Presença...: Cabora Bassa» (Marcello Caetano, dezembro de 1970), «*Mais Alto*» (167) de março de 1973, p. 3.

situação²⁶³. E que «apesar da hostilidade de alguns governos daqueles territórios, mantêm-se relações de boa vizinhança com as suas populações, as quais diàriamente afluem à nossa fronteira em busca de assistência médica e de géneros que não encontram nos seus países»²⁶⁴. No mesmo sentido, vão as afirmações em 1965, do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Franco Nogueira, que diz: «os diplomatas estrangeiros em África gozam férias em Angola e Moçambique [...] porque consideram que Luanda, Lourenço Marques e a Beira são as únicas localidades em toda a África onde podem ter alguma segurança, alguma tranquilidade ...»²⁶⁵.

Contrariamente, àqueles que defendem que Portugal está a pôr em causa a paz mundial, é afirmado que «da paz nas províncias ultramarinas portuguesas beneficiam a paz mundial e a segurança do Ocidente», palavras do Ministro da Defesa Nacional na inauguração do Quartel General do Iberlant²⁶⁶. Sendo também neste caso evidenciada a dualidade de critérios que ONU tem, ao considerar Portugal uma ameaça à paz do mundo e a aparente indiferença da organização face à construção de misseis antibalísticos nos EUA.

É também salientado em diversos artigos do jornal que, a NATO nasceu acanhada no espaço geográfico que devia cobrir. Decorrendo daí, a quebra da coesão e sobretudo da solidariedade dos seus membros, que devia presidir e transparecer em todas as suas resoluções. Ficando patente para as autoridades portuguesas a incapacidade da organização responder à ameaça que representa o imperialismo-comunista em África e que envolve a Europa pelo sul. Pelo que, sublinham, se o contributo das Forças Armadas portuguesas para a NATO não é agora direto, é contudo indireto já que «elas combatem de armas na mão contra

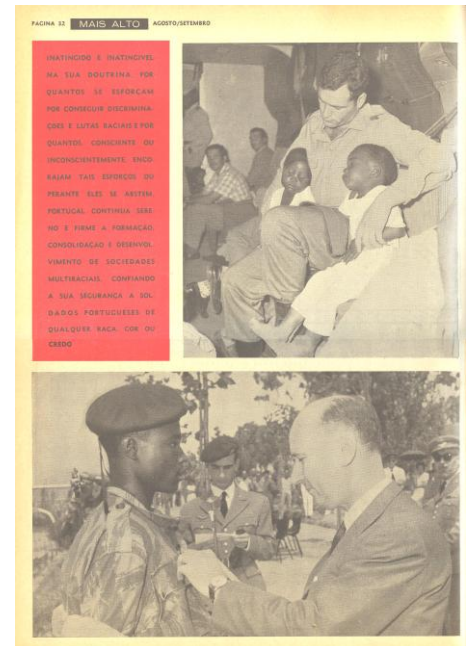


Figura 2.8 – «Mais Alto» (28-29), p. 32.

²⁶³ «Com razão se afirma hoje que os Estados africanos estão agora mais próximos da selvajaria e do atraso em que os europeus os foram encontrar, do que do progresso em que ascenderam à independência», em «Continua a agitação em África», pelo Tenente-coronel Hélio Felgas, «*Mais Alto*» (68) de junho de 1966, p. 25.

²⁶⁴ Em «Mensagem do Ministro da Defesa Nacional às Forças Armadas», «*Mais Alto*» (81) de janeiro de 1966, p. 5.

²⁶⁵ Em «Em foco», onde são sublinhadas algumas passagens do discurso do Dr. Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, «*Mais Alto*» (73), de maio de 1965, p. 9.

²⁶⁶ Em «Inauguração...», «*Mais Alto*» (94) de fevereiro de 1967, p. 14.

homens armados pelo mesmo inimigo, que em África se pretende instalar, envolvendo pelo Sul as forças da Aliança»²⁶⁷.

Para Kaúlza de Arriaga, já em 1967, então como Presidente da Junta de Energia Nuclear, Portugal é vítima de agressão, contra a sua própria sobrevivência²⁶⁸, sustentando e relevando na mesma altura, o então Ministro da Defesa Nacional, General Manuel Gomes de Araújo, aquando da sua visita à Guiné, que «as guerras justas e necessárias não são as que se desencadeiam mas as que se sofrem, nas quais o direito de legítima defesa constitui uma obrigação para a Nação...»²⁶⁹. E por tudo isto, num país de forte tradição religiosa, o Capelão-chefe Major P. João Ferreira, havia dito: «Certamente que Deus não quer as guerras, mas também não abençoa a paz dos que se resignam com as derrotas ditadas pela fraqueza e pela falta de sentido do respeito por bens maiores que não se coadunam com comodismos e traições»²⁷⁰.

ii. Integridade territorial e moral da Nação.

Portugal é reiteradamente apresentado quer interna, quer externamente²⁷¹, como Pátria grande no mundo, em qualquer tempo²⁷² – «na sua feição especial de nação de todos os continentes e de todas as raças»²⁷³. Dirá Kaúlza de Arriaga (1966): «Nação única no Mundo, dada a sua natureza dominante euro-africana, a descontinuidade do seu espaço físico e a multirracialidade da sua população» (: 37). Legitimando dessa forma a presença portuguesa

²⁶⁷ Em «XX Aniversário da NATO», palavras do Ministro da Defesa, General Sá Viana Rebelo, «*Mais Alto*» (120) de abril de 1969, p. 13.

²⁶⁸ Em «O Brigadeiro Kaúlza de Arriaga (Antigo Secretário de Estado da Aeronáutica) tomou posse de Presidente da Junta de Energia Nuclear», «*Mais Alto*» (99) de julho de 1967, p. 5

²⁶⁹ Em «Visita do Ministro da Defesa Nacional à Guiné», «*Mais Alto*» (94) de fevereiro de 1967, p. 18.

²⁷⁰ Em «Natal de saudade e de esperança», pelo Capelão-chefe Major Graduado P. João Ferreira, «*Mais Alto*» (81) de janeiro de 1966, p. 10 (Palestra pronunciada no dia 4 de janeiro ao microfone da Emissora Nacional, no ciclo de conferências patrocinado pela revista «*Defesa Nacional*»).

²⁷¹ Assumindo, no entanto, o Dr. Correia de Oliveira, Ministro de Estado, ser por vezes difícil, «fazer compreender a estrangeiros que as províncias de além-mar sempre foram [...] terra tão própria, tão genuinamente portuguesa como a terra de Guimarães». Em «No nossos caso, o que importa é não perder tempo...», pelo Dr. Corrêa de Oliveira, «*Mais Alto*» (47) de março de 1963, p. 9.

²⁷² Por vezes sustentando-se quão Portugal é grande, quão Portugal é único e outras, «Nação, pequena no espaço, mas imorredoura no tempo...». No último caso ver «Cinquentenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico-Sul», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*», (156) de abril de 1972, p. 25.

²⁷³ Em «Viagem Presidencial», «*Mais Alto*» (64) de agosto de 1964, p. 3.

naqueles que são «pedaços lusitanos»²⁷⁴ em África. Pedaços que são parte fundamental do corpo e da alma da Pátria portuguesa²⁷⁵. Pois, como defende Salazar, em finais de 1960, «a descoberta, a conquista, o trabalho incorporado no solo, a sucessão de gerações são títulos de legitimidade», especialmente «se o branco ocupou territórios livres ou desaproveitados»²⁷⁶.

Por tudo isto, diz o Tenente-coronel Vaz Nunes na Assembleia Nacional em 1963: «há um grande número de homens a sentir o ultramar português no seu próprio seio, a conhecê-lo, a defendê-lo, a amá-lo e até a preferi-lo, em certos casos, para nele viver à sombra da bandeira das quinas»²⁷⁷. Equacionando, por outro lado, o Vice-Almirante Armando de Reboredo Chefe do Estado-Maior da Armada no ano seguinte, a integridade territorial como integridade moral da Nação²⁷⁸. Pelo que tudo há que fazer para «manter intacto o imponente edifício histórico»²⁷⁹ que Portugal representa, confiando em todos os soldados da nação e na «intercessão da Imaculada Conceição, Rainha e Padroeira de Portugal, de S. Jorge e do Beato Nuno de Santa Maria»²⁸⁰.

²⁷⁴ Pedaços lusitanos, unos e indivisíveis, contudo indubitavelmente hierarquizados e qualificados como Mãe-Pátria e terras quentes do Ultramar. Como podemos intuir de: «Em todo o Mundo Português, seja nas terras da Mãe-Pátria seja nas terras quentes do Ultramar, festeja-se hoje o Dia de Portugal, de muito grande significado para os militares», em «Texto da alocução pronunciada em todas as cerimónias. Soldados e Marinheiros», «*Mais Alto*» (170) de junho de 1973, p. 18.

²⁷⁵ Em «Mensagem de Ano Novo do Presidente da República», «*Mais Alto*» (117) de janeiro de 1969, p. 4.

²⁷⁶ Em «Palavras serenas e firmes do CHEFE DO GOVERNO», Discurso de Salazar na Assembleia Nacional de 30 de novembro 1960, «*Mais Alto*» (20) dezembro de 1960, p. 1

²⁷⁷ Em «Comunicação do Tenente-coronel Piloto-aviador Vaz Nunes à Assembleia Nacional», «*Mais Alto*» (48) de abril de 1963, p. 24

²⁷⁸ Em «Alocução do Vice-Almirante Armando de Reboredo Chefe do Estado-Maior da Armada», «*Mais Alto*» (62) de junho de 1964, p. 9.

²⁷⁹ Em «Dia da Base Aérea nº 2», palestra do cap. Dias dos Santos, «*Mais Alto*» (144) de abril de 1971, p. 10.

²⁸⁰ Em «A Bênção Divina para o Estandarte da Base Aérea nº5 foi pedida em comovente Oração pelo capelão-chefe da Força Aérea», «*Mais Alto*» (5-6) de setembro-outubro de 1959, p. 24.

Aliás, ser português é obrigatoriamente ser católico. Sendo um dos aspetos mais sublinhados, a fé cristã que caracteriza a «Alma Nacional». Fé que orienta a ação e que se traduz num humanitarismo colonizador impar²⁸¹. Tendo os portugueses «a dita de ter sido destinados por Deus para dar “Novos Mundos ao Mundo”, unindo-os através da mãe e edificando assim a sua Pátria»²⁸².

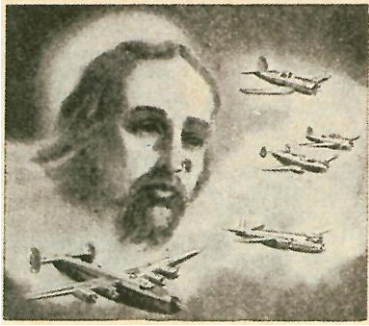


Figura 2.9 – Fé e Aviação

Como defende, o Secretário de Estado da Aeronáutica Fernando Alberto de Oliveira, numa missão civilizadora de longa data, os portugueses «criaram o mundo português, no mundo inteiro»²⁸³.

Missão civilizadora que é propagandeada como fruto de um código genético forjado em séculos de contacto e de que o Brasil é o exemplo mais perfeito²⁸⁴. E a «África Portuguesa» apresentada como novo exemplo da compreensão entre homens diferentes e expressão do sentimento lusíada de amor ao próximo.

Sendo as ações de demonstração de força militar, que já então ocorriam em abril de 1959 em terras do Ultramar, reduzidas a aspetos de presença civilizadora, como podemos intuir da alocução do Governador-geral de Angola, aquando da Operação Himba:

Tinham-se lançado pelo espaço os dois primeiros pára-quedistas, o comandante e o padre. Logo que poisaram em terra aproximou-se deles, correndo, um soldado preto para os guiar até ao Aeroporto. E lá vieram os três, os dois brancos e o preto, pelo campo fora. Uma vez mais se juntaram a cruz, o chefe e o nativo – na mesma missão – que há séculos se repete na África Portuguesa. E mais ainda: todos envergando o uniforme militar, o mesmo que defende a Pátria comum.²⁸⁵

²⁸¹ Em «Juramento de Bandeira de 756 novos soldados alunos da F.A.», «*Mais Alto*» (20) de dezembro de 1960, é afirmado que «a sua civilização não tem paralelo em toda a história, pois ela fundamenta-se em conceitos humanos e cristãos dos quais, infelizmente, os povos se encontram cada vez mais afastados».

²⁸² Em «1ª Exposição de Aeronáutica do Porto», «*Mais Alto*» (19) de novembro de 1960, p. 8.

²⁸³ Em «Inauguração do Monumento aos Mortos em Combate no Regimento de Caçadores Pára-quedistas», discurso do Secretário de Estado da Aeronáutica Fernando Alberto de Oliveira, «*Mais Alto*» (111) de julho de 1968, p. 21.

²⁸⁴ Aludindo-se muitas vezes à existência de uma mesma Nação, sob duas bandeiras.

²⁸⁵ Em «As palavras do Governador Geral de Angola no jantar no Palácio do Governo em Luanda», «*Mais Alto*» (2) de maio-junho de 1959.

Afirmado por isso, em 1961, o Prof. Adriano Moreira, na tomada de posse do General Deslandes no cargo de Governador-Geral e Comandante-Chefe de Angola, que «quando proclamamos o portuguesismo do Ultramar é com a determinação de tirar e sofrer todas as consequências desse princípio»²⁸⁶. Daí que alguns anos mais tarde, face ao escalar do conflito armado, seja dito que a «Defesa nacional em tempo de guerra, é quase tudo: é a frente externa – a diplomacia – é a frente interna – o esforço psicológico da nação – é a economia do país, a sua capacidade de aguentar o desgaste – é, com importância dominante, a sua política militar»²⁸⁷. Mantendo-se a «certeza de que as Forças Armadas, [...] no continente europeu, como nas províncias distantes do ultramar estão, como sempre, prontas a manter a integridade do território nacional, regado com o sangue dos nossos maiores, que o descobriram e civilizaram, e a darem por ele a sua própria vida, se preciso for»²⁸⁸ numa missão que é de séculos.

Reitera-se desta forma, a determinação «portuguesa» de ficar, de que o discurso de Salazar, pela passagem do 5º aniversário dos sangrentos acontecimentos de 13 de abril de 1961 em Angola, é exemplo:

O homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o. Só o primeiro, perpetuando-se por gerações, adquire um direito de ocupação e de posse que a História consagra como base da sociedade e de participação no poder. Ao outro faltam os laços que, amassando terra e sangue, prendem as gerações, a sucederem-se em corpo e alma, em trabalho e cultura; e desiste de criar algo de parecido com uma nação que possa considerar sua pátria²⁸⁹.

Salazar, mostrando-se firme na decisão de ficar, critica as nações demissionárias que abandonam África à sua sorte. Posição que tomam, segundo ele, pelo facto de praticarem uma colonização que tem como único fito o lucro, contrariamente à colonização portuguesa – benigna. Numa missão que perdura nos séculos e que a Nação reafirma perante o Mundo o

²⁸⁶ Em artigo com o mesmo nome, «*Mais Alto*» (26-27) de junho-julho de 1961.

²⁸⁷ Palavras do Brigadeiro Engenheiro Aeronáutico Fernando Alberto de Oliveira na qualidade de candidato a deputado pela Nação, «*Mais Alto*» (79) de novembro de 1965, p. 3.

²⁸⁸ Em «Orgulhamo-nos de ter por conterrâneo...», pelo Governador Civil do Distrito, «*Mais Alto*» (5-6) de setembro-outubro de 1959, p. 24.

²⁸⁹ Em «Determinação de ficar», discurso do Salazar no 5º aniversário dos sangrentos acontecimentos de 13 de abril em Angola, «*Mais Alto*» (84) de abril de 1966, p. 14.

direito de a cumprir²⁹⁰. Missão que a elite do Estado, no caso presente, universitária, também assume como legado de um passado cheio de tradições. Mas vejamos a «Mensagem dirigida às Forças Armadas....» (Lourenço Marques, 9 de julho de 1965) pelo então Reitor dos Estudos Gerais de Moçambique, Prof. José Veiga Simão:

Através da sua já longa existência, quase tão longa como a de Portugal como estado livre e soberano, sempre a vida da Universidade se tem confundido com a vida da Nação e frequentemente, na hora dos sacrifícios ou nos momentos de crise em que se têm jogado os destinos de Portugal, tem sido à vetusta instituição Universitária, que aqui representamos, que o País tem ido buscar os homens e os esforços espirituais que têm conduzido ao resgate e à redenção.

Os seus mestres e os seus escolares bateram-se em Aljubarrota, estiveram na Escola de Sagres e embarcaram nas naus das descobertas, e levaram a novos mundos as luzes da civilização ocidental; morreram heróicamente em Alcácer-Quibir e comungaram no alvorecer radioso da Independência reconquistada; bateram-se em Montes Claros e ajudaram a construir o Brasil; lutaram contra a ocupação napoleónica e souberam defender a honra e os direitos de Portugal na África e na Flandres.

Sendo no solo sagrado da África Portuguesa, regado pelo sangue dos heróis e iluminado pela vida exemplar dos mártires e dos santos, que hoje se jogam e decidem os destinos da Pátria Lusíada, não poderia a Universidade deixar de estar presente para, animada pela luz radiosa de esperança, ajudar a formação dos que aqui hão-de continuar a amar e a servir Portugal²⁹¹.

Missão de resistência e solidariedade que o mesmo estende a toda a Nação, no Dia de Portugal, de 1966:

Temos de ter a clara consciência de que, com a espada ou com o arado; com a ferramenta do operário ou com a pena do intelectual; nos campos verdejantes do Minho ou na floresta impenetrável de Cabinda; na terra adusta de Trás-os-Montes ou na extensa savana de Moçambique, no lar humilde ou na casa abastada, todos temos uma missão a cumprir ao

²⁹⁰ Segundo as palavras de Salazar, «não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido; vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o Mundo afirmamos o direito de cumpri-la». Em «Recordações de um ano em Angola», pelo Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (46) de março de 1963, p. 15.

²⁹¹ Em «Mensagem dirigida às Forças Armadas pelo senado dos Estudos Gerais Universitários da Província de Moçambique», Lourenço Marques, 9 de julho de 1965, o Reitor Prof. Doutor J. Veiga Simão, *Mais Alto* (74) de julho de 1965, p. 19.

serviço de Portugal, pois cada palmo de terra ou nesga de mar rasgado pelo suor e pelo sangue português é um padrão imorredoiro que, se nos dá direitos, nos cria indeclináveis deveres. É que, nesta guerra desgastante a que nos forçam a cobiça e o desvario, importa tanto a coragem do soldado que heróica e serenamente luta e impavidamente morre, como a consciente e decidida firmeza da retaguarda que não pode, por obediência a interesses menores, atraiçoar aqueles que defendem e lhes asseguram a sobrevivência²⁹².

O «*Mais Alto*» utiliza por sua vez um artigo do «*Notícias*» de Lourenço Marques para alertar os leitores de que não há que dizer sim a tudo, porque convém lá para fora. Todos têm a obrigação de ser honestos e de não propagar «louváveis falsidades», todos, que são parte ativa na sociedade: o jornalista, o escritor, o funcionário, o dirigente comercial. Porque «se há problemas – e há porque são os próprios governantes a proclamá-lo – enfrentemo-los, debatamo-los e unamos esforços para solucioná-los. Mas, não podemos concordar que se diga conscientemente que sim ao que está mal»²⁹³. Diríamos, que esta é uma espécie de apelo à discussão interna, desde que dela saia a confirmação da política ultramarina do regime. Procura-se assim, reunir todos em volta de um objetivo comum. Bem, todos talvez não! O então Major Vaz Nunes, esclarece: «Quando afirmo: "Congregar todos os cidadãos" repugna-me incluir os comunistas sob o ponto de vista político, não os considero cidadãos, nem sequer portugueses»²⁹⁴. Como refere, Sérgio Campos Matos (2008) contrariamente à restante oposição interna ao Estado Novo, que apenas sugeria medidas no sentido de desenvolver económica e culturalmente a África «portuguesa», o Partido Comunista Português punha em causa a sua ligação à metrópole.

iii. A solução portuguesa.

Num mundo cada vez mais do avesso, sustenta-se no «*Mais Alto*», são dois os maiores flagelos da Humanidade: um, o imperialismo-comunista, e o outro, o racismo dos homens de cor²⁹⁵, anacrónico e amoral, a que há que contrapor, aquilo que é considerada por alguns como, a «Solução Portuguesa» de progresso moral, social e económico. E isto, defendem,

²⁹² Em «Dia de Portugal», discurso do Reitor dos Estudos Gerais de Moçambique, Prof. José Veiga Simão, «*Mais Alto*» (86) de junho de 1966, p. 8.

²⁹³ Em «*Mais Alto*» (34-35) de fevereiro-março de 1962, p. 25.

²⁹⁴ Em «A nossa quota parte», «*Mais Alto*» (30) de outubro de 1961.

²⁹⁵ «A tremenda onda que [...] ameaça, assoprada pelo bloco soviético, pelo grupo afro-asiático e por alguns “teddy-boys” da política ocidental, possessos da mania do suicídio – é o racismo negro» em «A ATRACÇÃO DOS CAPITAIS (ANGOLA E O CAPITAL EUROPEU)» de «*A Província de Angola*» em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62, p. 29.

para que o território português do ultramar não veja hasteada a bandeira «mais ou menos estrelada pelo mercantilismo ianque ou [se veja] assinalado com a catana gentílica curvada ao jeito da foice soviética»²⁹⁶; em qualquer dos casos, sempre contra o branco europeu, e mais especificamente contra o branco português.

Entre os acérrimos defensores da «solução portuguesa», encontra-se Kaúlza de Arriaga, que diz, em *A Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro* (1966)²⁹⁷, que a solução para os males do racismo, não pode assentar na localização dos homens de cor diferente em continentes diferentes, mas antes pelo contrario, na integração de uns e de outros em todos os locais, numa junção que é propiciadora do conhecimento, da compreensão, do respeito e da amizade mútuos. Segundo ele, «esta verdade, que parece desconhecida de quase todos, é intuitiva no povo português e desde Afonso de Albuquerque que tem vindo a ser raciocinadamente praticada» (:39). Defendendo Salazar, ainda em 1960, que «a ideia de superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas»²⁹⁸. Reiterando, o jornal, através das declarações do Secretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga na sua visita ao Ultramar em 1962, que em questões de harmonia social, «realmente [nesse] campo, o mundo tem muito que aprender connosco portugueses»²⁹⁹.

Solução de harmonia étnica, única para o Mundo – como sustenta alguns anos mais tarde Kaúlza de Arriaga – em *Coragem, Tenacidade e Fé* (1973) –, e que se pode sintetizar da seguinte forma: unidade política e descentralização administrativa; multirracialidade, liberdade religiosa e fusão de culturas; justiça e igualdade de oportunidades para cada um e, ordem e progresso para todos. Havendo contudo, segundo ele, consciência da necessidade de aceleração do processo de educação e desenvolvimento económico. E de igualdade de

²⁹⁶ Em «A ATRACÇÃO DOS CAPITAIS (ANGOLA E O CAPITAL EUROPEU)» de «*A Província de Angola*» em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62, p. 29.

²⁹⁷ Conferência proferida por Kaúlza de Arriaga em outubro de 1966 num colóquio organizado pelo Ministro do Exército, Luz Cunha (cunhado de Kaúlza) no Instituto de Altos Estudos Militares. Nesta, Kaúlza sustenta que a deficiente organização militar é a causa do prolongar da luta em África. Vista como um ataque ao Ministro da Defesa, Gomes de Araújo, vai aprofundar o diferendo entre o Ministro da Defesa e o Ministro do Exército (Ferreira, 2001). As discordâncias, contudo, confinam-se basicamente a questões de estratégia na sua condução, não se pondo nunca em causa a sua persecução.

²⁹⁸ Em «Palavras serenas e firmes do CHEFE DO GOVERNO», Discurso de Salazar na Assembleia Nacional de 30 de novembro 1960, «*Mais Alto*» (20) dezembro de 1960, p. 6.

²⁹⁹ Legenda de algumas fotos que ilustram essa «realidade». «*Mais Alto*» (38-39), de março de 1962, pp. 29-30.

oportunidade onde todos possam viver dignamente, servir a Humanidade e o seu País, cuidar da sua família e educar os seus filhos. Num amplexo de verdade, justiça, e fraternidade que são fruto de um «imperativo histórico» que Portugal persegue há já muitos séculos (Arriaga, 1973).

Denotando-se, porém, uma preocupação crescente com as mudanças a nível mundial, nomeadamente com o surgimento de novos polos de difusão e atração económica e política, é evidenciado que, a Portugal, constituído por territórios descontínuos e sítios em vários continentes, se apresenta o desafio de organizar uma economia nacional válida para todo o seu espaço, ou caso contrário, verá precisamente algumas das suas regiões ingressar em polos de atração de zonas de influência estrangeira. Como salienta o Dr. Correia de Oliveira, Ministro de Estado, em intervenção referida no «*Mais Alto*», é imperativo, que os laços de solidariedade nacional se expressem também em termos de interesses económicos para que se mantenha a integridade da própria nação:

Na época em que o progresso económico das regiões subdesenvolvidas se arvorou em cruzada que tanto o Oriente como o Ocidente se propõem levar a cabo e em nome da qual se tem consentido a delapidação de tantos patrimónios culturais e materiais, será esta a forma portuguesa de realizar, dentro da Nação, em paz e em constante reciprocidade de interesse, o bem de todos os territórios e muito especialmente dos menos evoluídos³⁰⁰.

Mas mais do que isso, para além do investimento e do desenvolvimento económico, é necessário «caminha[r] rapidamente para o equilíbrio cultural e numérico das duas raças, pois é na actual desproporção entre brancos e pretos que reside o grande perigo e o único argumento válido contra a presença lusítada em África», pelo que «cada nova família europeia que se radique em Angola (ainda que não seja portuguesa) concorre para atenuar este perigoso desequilíbrio». Com cada novo investimento de capitais a fomentar o aumento da população branca, e ao mesmo tempo a facilitar a necessária e urgente valorização da população negra³⁰¹.

Segundo Kaulza de Arriaga, é por esta «“Pax Lusitana” de equidade, de liberdade e de amor» (1973: 43) que o país se bate. Respondendo Portugal à subversão com a contrassubversão; sendo esta última, o equivalente à promoção educacional e social das

³⁰⁰ Em «No nossos caso, o que importa é não perder tempo...», pelo Dr. Corrêa de Oliveira, «*Mais Alto*» (47) de março de 1963, p. 3.

³⁰¹ Em «A ATRACÇÃO DOS CAPITAIS (ANGOLA E O CAPITAL EUROPEU)» de «*A Província de Angola*» em «*Mais Alto*» (31-33) de novembro-janeiro de 1961-62, p. 29.

populações, ao desenvolvimento económico do território e, inevitavelmente, quando também necessário, à destruição do inimigo. Devendo, face à situação que se vive nos territórios portugueses de África, as Forças Armadas e o país sentirem-se como fazendo parte de um decisivo processo histórico e a guerra entendida, não só como sacrifício, mas também como compensadora e reprodutiva (Arriaga, 1973). E defendido, que «nem tudo pois é negativo nesta guerra: se há vidas imoladas há também progresso, há sobretudo um despertar da consciência colectiva, e um bater mais forte do sangue, da vida e da alma da nação»³⁰².

Este modelo português de harmonia étnica é apontado como uma espécie de solução piloto para a harmonia social no Mundo (Arriaga, 1973), sendo então evidenciado, pelos diferentes colaboradores do jornal, dentro da mesma linha de pensamento, que os que se batem contra o colonialismo padecem de menoridade intelectual e cultural. O que Portugal tem vindo a fazer ao longo de séculos, segundo estes, é «cristianizar populações atrasadas em cultura e paralisadas no progresso»³⁰³.

2. 4. Agentes envolvidos.

Numa missão que pretende ser de todos, vejamos aqui alguns dos principais atores envolvidos, suas apresentações e representações nas páginas do «*Mais Alto*».

i. O Soldado português.

Passemos então a ver, como é representado nas páginas do periódico o soldado português, que tem por missão criar condições para que a solução portuguesa de harmonia étnica persiga, assegurando concomitantemente a integridade territorial e moral da nação. Na crónica «Guiné 1965», escrita pelo Dr. Amândio César, e como o «*Mais Alto*» refere, lida aos microfones da E.N., é dada nota da «capacidade de realização do homem português quando são postas à prova as suas qualidades de batedor e de construtor de mundos»³⁰⁴; uma vez que, «com facilidade [...] ele passa da rotina para a aventura, uma aventura em que todas as reservas ancestrais da raça vêm ao de cima, sobrenadando as contingências e as dificuldades do quotidiano»³⁰⁵. Patenteando-se o seu poder de adaptação no mesmo à-vontade com que se afirma nas ruas das cidades, se interna na floresta cerrada, se desloca nas estreitas picadas,

³⁰² Palavras do Brigadeiro Engenheiro Aeronáutico Fernando Alberto de Oliveira na qualidade de candidato a deputado pela Nação, «*Mais Alto*» (79) de novembro de 1965, p. 17.

³⁰³ Em «Exortação alusiva ao juramento de bandeira proferida pelo comandante do grupo de instrução», Tenente-coronel Raúl Lourenço Tomás, «*Mais Alto*» (153) de janeiro de 1972, p. 20.

³⁰⁴ Em «Guiné 1965», pelo Dr. Amândio César, «*Mais Alto*» (76) de agosto de 1965, p. 7.

³⁰⁵ *Idem*.

vigia os mares e as proximidades dos rios ou cruza os ares, como sustenta o Ministro da Defesa Nacional, Gomes de Araújo³⁰⁶. Granjeando dessa forma, segundo ele, a admiração de quantos tinham a oportunidade de acompanhar as suas ações³⁰⁷; nomeadamente as populações que iam sendo reocupadas «pela bélica pujança do nosso valente soldado, já moldado ao terreno e ao clima hostis»³⁰⁸, ao mesmo tempo que encurralava «a mercenária falange do sinistro estrangeiro Holden Roberto, nas brenhas da selva, como pulga em pêlo de cão felpudo!»³⁰⁹. Afirmando o Ministro em forma de recado e de desejo, que «cultivem os cidadãos o amor da Pátria, com a mesma magnanimidade, abnegação e lealdade com que os soldados a defendem»³¹⁰.

Soldados que são sentinelas vigilantes ao longo das fronteiras, dispostos a servir e a defender a pátria comum³¹¹, e a gritar bem alto: «aqui é Portugal, deixem-nos em paz ser portugueses, à nossa maneira, já que nos habituámos a não examinar nem a cor da pele, nem o estilo das danças, nem o corte dos fatos, nem as formas como adoramos a Deus»³¹². Soldados, provenientes das mais variadas partidas do Mundo, também eles de diferentes «raças», cores e credos, que trabalham lado a lado, e que como tal, têm condecorações a «esmaltar» as suas fardas³¹³. É que uns e outros são portugueses, segundo o jornal, «descendentes dos heróis do SALADO, de ALJUBARRORA, do BUÇACO, de CHAIMITE, de MUCABA, gente dessa»³¹⁴. Homens que, segundo o jornal, desde Ourique transportam no peito o espírito de

³⁰⁶ Em «Mensagem do Ministro da Defesa Nacional às Forças Armadas», «*Mais Alto*» (81) de janeiro de 1966, p. 5.

³⁰⁷ *Idem*.

³⁰⁸ Em «Recordações de um ano em Angola», pelo Cor. Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (46) de março de 1963, p. 15.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ Em «Mensagem do Ministro da Defesa Nacional às Forças Armadas», General Gomes de Araújo, «*Mais Alto*» (93) de janeiro de 1967, p. 5.

³¹¹ Vêm «das mais diversas parcelas do Portugal euro-africano e um até da Venezuela, movidos por um único interesse: o de sob a bandeira dos Páras servirem e defenderem Portugal. E, nem as várias cores da sua pele ou a diferença dos seus credos religiosos impedem que todos estejam a tudo dispostos para manter única e íntegra a Pátria-Mãe». Em «*Mais Alto*» (121) de maio de 1969, p. 21.

³¹² Em «Natal de saudade e de esperança», pelo Capelão-chefe Major Graduado P. João Ferreira, «*Mais Alto*» (81) de janeiro de 1966, p. 10. (Palestra pronunciada no dia 4 de janeiro ao microfone da Emissora Nacional, no ciclo de conferências patrocinado pela revista «*Defesa Nacional*»).

³¹³ Em «Guiné 1965», pelo Dr. Amândio César, «*Mais Alto*» (76) de agosto de 1965, p. 7.

³¹⁴ Em «Alocução do Coronel Mário Robalo no juramento de bandeira do R.C.P.», «*Mais Alto*» (58), de fevereiro de 1964, p. 19.

sacrifício e a ânsia de glória³¹⁵ e que são «peças de um processo histórico de portugalidade...»³¹⁶. Homens, que no âmbito aeronáutico – pilotos-aviadores –, se auto comparam a novos cavaleiros de uma «Távola Redonda» muito especial, no caso, uma tábola elíptica, em que o eixo menor representa a Aviação e o maior o amor que devotam à Pátria³¹⁷. Como podemos ler num outro artigo: «As gerações imitam-se. Os feitos igualam-se»³¹⁸.

A suposta aceitação pelos militares da missão que lhes é conferida pela Nação, é-nos dada pelas palavras do Alferes Fernando Leal Robles³¹⁹:

Pela minha voz fala a voz dos combatentes, sr. Presidente do Conselho! Que maior honra pede um militar do que defender a Pátria e por ela jogar a vida? Que maior glória do que, desse modo, participar da própria existência espiritual da Nação? É este o nosso sentimento, o nosso estado de espírito, o sentimento e os estados de espírito da tropa combatente. Havemos de vencer, e Portugal há-de prosseguir a sua trajectória histórica de País repartido pelo Mundo em pedaços de carne e alma³²⁰.

E prosseguindo:

Sr. Presidente do Conselho: Os que se batem na primeira linha, nada mais pedem do que a firmeza da retaguarda! Não gratidão ou reconhecimento, que tal não é devido a quem está a cumprir o seu dever, mas lealdade, mas coragem, mas confiança, mas inteireza, onde não caiba o comodismo nem a torpeza da desistência. Nada mais pedimos senão que a retaguarda cumpra também o seu dever, como nós estamos cumprindo o nosso! Esta guerra, sabem-no todos, nunca se perderá na África, mas poderia perder-se em Lisboa! Pois o que nós pedimos é tão somente que a nossa gente dê mostras de igual espírito de fé e de confiança³²¹.

Porém, estes «defensores» da Nação «são homens como todos os outros, e com certeza que o isolamento a que tantas vezes são obrigados, os perigos a que se expõem, a tensão em

³¹⁵ Em «Visita ao pavilhão dos recuperados militares», Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (47) de fevereiro de 1963, p. 18.

³¹⁶ Em «*Mais Alto*» (40-44) de agosto-dezembro de 1962, p. 34.

³¹⁷ Em «Reunião Anual dos “Carcaças”», «*Mais Alto*» (67), de novembro de 1964, p. 19.

³¹⁸ Em «A Cruz de cristo: Um Símbolo», «*Mais Alto*» (3), de julho de 1959, p. 12.

³¹⁹ Em «A Grande Manifestação Nacional de Apoio à Política Ultramarina», «*Mais Alto*» (52), de agosto de 1963, p. 13. São publicadas neste artigo as intervenções de Salazar, do Alferes Fernando Leal Robles e de Manuel Castelo Branco, estudante da Universidade de Coimbra.

³²⁰ *Idem.*

³²¹ *Ibidem.*

que vivem, a distância que os separa das suas famílias, lhes hão-de provocar fases de depressão e desânimo»³²². E, mais do que tudo, padecem por vezes de algo que não mata mas que consome, esse sentimento tão próprio e «único» do ser português: a saudade³²³.

Sentimento, que pode ser debelado com a ajuda da figura maternal e doce da mulher portuguesa.

ii. A mulher portuguesa.

A Mulher portuguesa é representada nas páginas do «*Mais Alto*» essencialmente como mãe, esposa, irmã ou noiva. Não sujeito individual, mas sobretudo complemento³²⁴. Ela é fruto de uma educação controlada e limitativa, onde a aprendizagem de trabalhos de labores, de costura e de economia doméstica têm preponderância³²⁵. Como defendia Carneiro Pacheco: «A cada um o seu lugar» (: 164 *apud* Pimentel, 1998). Contudo, enquanto esposa, ela é chamada pelo jornal «*Mais Alto*», em textos ficcionados³²⁶, a influenciar o chefe de família para que este deixe os filhos alistarem-se na Força Aérea. E enquanto mãe, a igualar-se em abnegação a D. Filipa de Vilhena³²⁷, permitindo a seus filhos, alistarem-se na arma aérea; num apelo à «aceitação do sacrifício dos filhos pela “Nação” e da luta contra a desmoralização da retaguarda por intermédio das “falsas notícias” e dos “boatos de morte”»³²⁸.

Considerada «esteio da família e da ordem social»³²⁹, a mulher portuguesa é integrada em movimentos e em secções de serviços religiosos e sociais. Ela é o apoio solidário e

³²² Em «Movimento Nacional Feminino: Uma Cruzada de Boa-vontade e de Esperança», por Francisco da Costa Reis, «*Mais Alto*» (49) de maio de 1963, p. 12.

³²³ Em «Saudade não mata gente», pelo Tenente-Coronel Amadeu Ferreira, «*Mais Alto*» (69), de janeiro de 1965, p. 15.

³²⁴ Mesmo no caso das mulheres mais destemidas, como as enfermeiras para-quedistas, o que o jornal «*Mais Alto*» evidencia, é o calor feminino e familiar que transportam para os teatros de operações.

³²⁵ Em «Lar dos filhos dos Combatentes», «*Mais Alto*» (136) de agosto de 1970, p. 21.

³²⁶ Caso de texto de Miguel Trigueiros intitulado «Diálogo para muitos lerem», «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959, p. 7.

³²⁷ «... lembrai-vos de que pertenceis à raça heróica de D. Filipa de Vilhena. Lembrai-vos, ainda, de que no seu e vosso sacrifício assentarão os alicerces sólidos de um Portugal eterno, uno e indivisível». Em «Dia de Portugal», alocução do professor primário de Vouzela, Júlio de Almeida Marques, «*Mais Alto*» (134) de junho de 1970, p. 4.

³²⁸ Em artigo de Irene Flunser Pimentel, «Movimento Nacional Feminino (MNF)», (Rosas e Brito, 1996).

³²⁹ Segundo a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN). É por incumbência do Ministério da Educação Nacional (MEN) que o OMEN cria a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) –Decreto nº

caloroso da retaguarda, e, a visita regular dos militares internados nos serviços hospitalares³³⁰; uma vez que, pródiga em afabilidade, ela é uma espécie de lenitivo para aqueles que no cumprimento do dever e em defesa da Pátria, veem o corpo mutilado e sofrem de dores³³¹.

Um dos movimentos mais representativos do período em análise é o Movimento Nacional Feminino (MNF). Face carismática do Movimento, e figura do regime, Cecília Supico Pinto (Cilinha) é homenageada nas páginas do «*Mais Alto*», dando o periódico notícia das suas deslocações aos teatros de operações e do apoio prestado, especialmente em período natalício³³², aos mobilizados na frente de batalha. Como sintetiza Irene Flunser Pimentel (1996), a mulher do MNF era portadora duma mensagem em que se misturavam catolicismo e nacionalismo³³³. Ou como escreve Sílvia Espírito Santo (2002) elas atuavam «Por Deus e Pela Pátria»³³⁴, pelo que o regime fez das mulheres do movimento, coluna avançada do exército português (Cruzeiro, 2004).

iii. O Movimento Nacional Feminino e a Madrinha de Guerra.

Por isso no dia 28 de abril de 1961, o país era confrontado com a notícia, na Imprensa, Rádio e Televisão, do surgimento do MNF, suas características e propósitos. O «*Mais Alto*» dedica-lhe um artigo assinado pelo então Chefe de Redação, Francisco Costa Reis, em maio de 1963. Nele são invocadas as razões para o surgimento do movimento, qualificado pelo autor como «Cruzada de boa-vontade e de esperança». Vejamos, então, essas razões:

... enquanto os nossos soldados iam avançando sistematicamente e consolidando posições, uma guerra surda e tremenda – à base de boatos e da exploração das situações

28.262 de 8 de dezembro de 1937. Autonomizando-se contudo o MPF em 1951. Nas páginas do «*Mais Alto*» a influência do OMEN fica patente na distribuição de enxovais a alguns militares acabados de se tornarem pais.

³³⁰ É o caso da secção feminina da Cruz Vermelha, que propondo-se «congregar a boa vontade das senhoras portuguesas [...] possuídas de profundo sentimento religioso e de [...] dedicação inalterável à ideia da grandeza e da glória da Nação», foi notícia pela distribuição de cigarros aos soldados, visitas aos internados nos hospitais militares e festas de angariação de fundos. Em artigo de Irene Flunser Pimentel, «Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa», (Rosas e Brito, 1996).

³³¹ Em «Visita ao pavilhão dos recuperados militares», Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (47) de fevereiro de 1963, p. 18.

³³² Através das mensagens dos soldados para as famílias e dos pacotes (Natal dos soldados) distribuídos pelas diferentes unidades militares.

³³³ Em artigo de Irene Flunser Pimentel, «Movimento Nacional Feminino (MNF)» (Rosas e Brito, 1996).

³³⁴ Parte do título do artigo da autora: «Por Deus e pela Pátria – O MNF na Guerra Colonial».

mais normais – começava a alastrar, envolvendo, lenta mas implacavelmente, as famílias desses soldados, e todos quantos se encontravam longe do conhecimento directo dos factos. A intenção de quem movia essa guerra, era bem visível: amolecimento das consciências, no intuito de criar base para desejáveis situações de compromisso... Perante tais circunstâncias, a Nação reagiu, e muito bem! No entanto, se essa reacção surgiu porque, na sua quase totalidade, os portugueses tomaram individualmente consciência de que ela se impunha, forçoso e justo se torna destacar um movimento colectivo que nasceu numa hora incerta da nossa Pátria, e que teve a coragem e o desassombro de se personalizar para poder vir a ser, juridicamente, sujeito activo de uma guerra sem tréguas, a que tomámos a liberdade de chamar “Cruzada de boa-vontade e de esperança”! Queremo-nos referir ao Movimento Nacional Feminino³³⁵.

Contudo essa cruzada, contando já com 14.000 madrinhas inscritas, não parece ainda totalmente compreendida, pelo que o jornal se propõe responder ao que é afinal uma madrinha de guerra. Ela «é aquela pessoa que, estabelecendo correspondência com um militar, procurará compreender e resolver os seus problemas, aconselhá-lo e acarinhá-lo»³³⁶. Qualificando-a como missão espinhosa e nada fácil, já que a maioria das vezes, madrinha e afilhado não se conhecem; o articulista dá a fórmula para que esta relação de amizade e apoio funcione:

O primeiro passo a dar; é a madrinha conseguir que o seu afilhado deposite nela toda a confiança, na base da qual poderá posteriormente, prestar-lhe a assistência necessária. Nesse momento, uma intervenção enérgica e amiga da madrinha, pode ser altamente salutar; uma palavra dará nova coragem, um conselho trará tranquilidade³³⁷.

Terminando o artigo, com um apelo para que todas as leitoras colaborem com o Movimento.

Apelo que a julgar pela afirmação do Cor. Edgar Cardoso, em artigo anterior a este, teria fácil aceitação. Dizia este, que o Mundo não pode estar totalmente pervertido, já que em terras lusas ainda existe boa vontade, filantropia e sentido humanitário. Revestindo-se essa

³³⁵ Em «Movimento Nacional Feminino: Uma Cruzada de Boa-vontade e de Esperança», «*Mais Alto*», por Francisco da Costa Reis, (49) de maio de 1963, p. 11.

³³⁶ *Idem*.

³³⁷ *Ibidem*. No «*Mais Alto*» (56), de dezembro do mesmo ano, são apresentadas fotos de volumes dizendo: «Natal do Soldado. Oferta da Nação por intermédio do Movimento Nacional Feminino e da Cruz Vermelha Portuguesa, com o patrocínio do “Diário Popular”».

«bondade da alma» ainda de maior magnitude quando brota do coração da mulher portuguesa³³⁸.

2. 5. «Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se» - «renovação na continuidade».

Com a chegada de Marcelo Caetano a Presidente do Conselho, contrariamente àquilo que alguns esperavam e/ou desejavam, é reafirmada a continuidade da política ultramarina. Aliás, como afirma José Medeiros Ferreira (2001), é condição premente para a sua nomeação em 1968, a manutenção do esforço de guerra em África. Não sendo de estranhar como tal, que na sua primeira comunicação ao país, Marcelo Caetano reitere a «necessidade de não descurar um só momento a defesa das províncias ultramarinas», sendo necessário continuar «a pedir sacrifícios a todos, inclusivamente nalgumas liberdades que se desejaria ver restauradas»³³⁹. Num regime em que, como diz, caibam todos os portugueses de boa vontade; isto é, conservando a liberdade, defendendo-a dos seus excessos, sejam eles o comunismo ou o anarquismo.

Pela passagem de um ano de Marcelo Caetano na chefia no governo, o General CEMGFA Venâncio Deslandes, afirmará a necessidade do «prosseguimento e continuidade das grandes directrizes que haviam informado a vida política depois de 1926 [...] entre estas [...] a do sentido unitário da grande Nação Portuguesa, tal como a Constituição Política a considera e o coração e a alma do seu povo a desejam»³⁴⁰. E segundo o General, se dúvidas houvesse, a recente viagem de Marcelo Caetano a Moçambique tinha funcionado como o «mais autêntico e definitivo plebiscito que seria possível realizar»³⁴¹. Não havendo que considerar qualquer alteração na política traçada, já que esta era a única a servir o interesse nacional. Como diz, no fundo fazendo eco de um sentimento que grande parte das elites portuguesas tinham, «para além de direitos e responsabilidades históricas, é o próprio destino da Nação que está em causa se transformada em simples faixa marginal e distante de uma Europa pletórica, à qual pouco ou nada podemos acrescentar»³⁴². Esta é a expressão cabal duma conceção e duma aposta atlantista do país, por contraposição a uma aposta europeísta; e

³³⁸ Em «Visita ao pavilhão dos recuperados militares», Coronel Piloto-aviador Edgar Cardoso, «*Mais Alto*» (47) de fevereiro de 1963, p. 18.

³³⁹ Em «A primeira comunicação do novo chefe do governo ao país», «*Mais Alto*» (113) de setembro de 1968, p. 6.

³⁴⁰ Em «Um ano na chefia do Governo», palavras do CEMGFA, General Venâncio Deslandes dirigidas a Marcello Caetano, «*Mais Alto*» (125) de setembro de 1969, p. 4.

³⁴¹ *Idem.*

³⁴² *Ibidem.*

a manifestação de um sentimento envergonhado e mal disfarçado de país enfezado na Europa dos grandes.

Daí, este ser um desígnio nacional – não teimosia de um homem³⁴³ – pelo qual as Forças Armadas estão prontas a bater-se. Sendo necessário, segundo o General, que na retaguarda o apoio não enfraqueça, e que a tranquilidade nos espíritos e a ordem nas ruas se mantenha. Deslandes vai mais longe, e diz que «as Forças Armadas não podem consentir que paixões partidárias e demagógicas venham alterar a tranquilidade dos portugueses nem interferir nas decisões que colectivamente [se desejem tomar] »³⁴⁴.

Continuidade política que, segundo o Ministro da Defesa Nacional, foi sufragada pelo apoio do povo ao Presidente do Conselho e ao Governo, nas eleições gerais para a Assembleia Nacional de 1969. Mandato que, segundo o mesmo, as forças armadas recebem como estímulo para a continuação das operações militares em África³⁴⁵. Estas posições de uns e de outros, demonstram inequivocamente, quanto a nós, a convergência de pontos de vista em relação à guerra em África, em que, como diz Ferreira (2001), «quer Marcelo quer os generais jogaram a “comédia dos enganados” da irredutibilidade quanto ao futuro dos territórios ultramarinos» (: 291).

Já em 1970, Marcelo Caetano, fazendo referência às manifestações de certos círculos intelectuais e da juventude universitária, segundo ele, iludidos com o socialismo que aparece para estes como «fórmula mágica para remédio dos males do Mundo e dos cuidados da Pátria», assegura que «não [se pode] admitir o enfraquecimento da autoridade. Tudo o que represente ou signifique, neste momento, transigência com as forças da desordem tendente à subversão social pode acarretar gravíssimas consequências para o futuro do País»³⁴⁶. Sacrifício das liberdades exigido, disseram uns e outros como vimos, na persecução do bem comum da nação; sacrifícios bem menores do que os de sangue e vidas nas frentes de combate.

³⁴³ «Não teria sido suficiente a teimosia de um homem, mesmo quando habituado a ser indiscutido, para conduzir a Nação aos grandes sacrifícios em haveres e em vidas que a luta nos grandes espaços ultramarinos nos trouxe». Em «Um ano na chefia do Governo», palavras do CEMGFA, General Venâncio Deslandes dirigidas a Marcello Caetano, «*Mais Alto*» (125) de setembro de 1969, p. 4

³⁴⁴ Em «Um ano na chefia do Governo», palavras do CEMGFA, General Venâncio Deslandes dirigidas a Marcello Caetano, «*Mais Alto*» (125) de setembro de 1969, p. 4

³⁴⁵ Em «Saudação do Fim do Ano do Ministro da Defesa Nacional», «*Mais Alto*» (129) de janeiro de 1970, p. 6.

³⁴⁶ Em «A Hora é de Acção», palavras do Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, 21 de fevereiro de 1970, «*Mais Alto*» (131) de março de 1970, p. 4.

Retomando «velhos» argumentos, que já aqui apresentamos sobre outras formas, dirá o Presidente do Conselho: «não estamos a sustentar uma “guerra colonial” como a cada passo os inimigos de Portugal insinuam. Mas a defender a ordem, a harmonia social e o trabalho fecundo de territórios onde a grande massa da população mostra na vida quotidiana a sua determinação de permanecer portuguesa»³⁴⁷. Para no âmbito castrense continuar a ser pedido, aos que permanecem nas fileiras e aos que chegam para não ouvirem «vozes de sereia desprestigiadas»³⁴⁸ que, procurando minar e menosprezar o ideal nacional, apenas desejam semear a discórdia e a confusão nas fileiras³⁴⁹.

Dando nota da continuidade das grandes diretrizes da Nação, e das «Razões da Presença de Portugal no Ultramar» publicam-se no «*Mais Alto*», como já referimos, a partir de fevereiro de 1973, um conjunto de discursos anteriormente proferidos por Marcelo Caetano, dos quais daremos breve apontamento, pela ordem cronológica do seu aparecimento no jornal.

Assim, em «Razões da Presença de Portugal no Ultramar: Angola, Moçambique e Guiné, são províncias de Portugal» (Marcello Caetano, julho de 1972), o Presidente do Conselho afirma não haver «uma rebelião do povo guinéu, angolano ou moçambicano – aos que faltam, aliás, tradições nacionais, visto que só a bandeira de Portugal, a língua portuguesa, a soberania portuguesa, lhes dá personalidade e unidade...»³⁵⁰. Como sublinha Gyan Prakash (2001) os Estados coloniais entendiam as sociedades colonizadas como uma espécie de coleção de comunidades, caindo na contradição de, por um lado, as constituir como um «povo», traçando fronteiras nacionais e unificando populações dentro delas, organizando-as judicial, logística e economicamente, e por outro lado, negando que a população subjugada constituísse uma nação e, ainda mais, que estivesse preparada para a autodeterminação. Por isso, como diz o autor, «foi no espaço desta contradição que o nacionalismo anticolonial tomou forma» (: 56).

Mas voltemos, às razões que o Presidente do Conselho tentava sustentar. Em, «Razões da Presença...: Cabora Bassa» (Marcello Caetano, dezembro de 1970): a barragem³⁵¹ é

³⁴⁷ Em «A Hora é de Acção», palavras do Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, 21 de fevereiro de 1970, «*Mais Alto*» (131) de março de 1970, p. 4.

³⁴⁸ Em «Encerramento de cursos na Base Aérea nº 3», alocação do Aspirante Miliciano SG/PA Oliveira da Costa, «*Mais Alto*» (174) de outubro de 1973, p. 15.

³⁴⁹ Em «Texto da alocação...Soldados e Marinheiros», «*Mais Alto*» (170) de junho de 1973, p. 18.

³⁵⁰ Em «*Mais Alto*» (166) de fevereiro de 1973, p. 3.

³⁵¹ Igualava-a Américo Tomás, alguns anos depois, a outros empreendimentos que, segundo ele, eram testemunhos do progresso da nação: Sines e Cunene. Em «Mensagem de Ano Novo do Chefe do Estado», «*Mais Alto*» (165) de janeiro de 1973, p. 4.

apontada como «...símbolo da [...] vontade de criar riqueza para valorizar a África». Diz Marcelo Caetano: «Ali, nas escolas dos estaleiros onde a obra nasce [...] encontram-se lado a lado, sem discriminação, as crianças pretas e brancas, aprendendo as mesmas palavras, cantando as mesmas canções, rezando as mesmas preces e preparando-se para o destino comum!»³⁵². Apesar do palco de confrontos verbais e armados em que a barragem se havia tornado, também Kaúlza de Arriaga, a considera um «padrão do génio português na aproximação dos homens e na coerência das suas relações» (1973: 200),

Reafirmando o Presidente do Conselho, em «Razões da Presença...: Não declarámos guerra a ninguém» (Marcello Caetano, novembro de 1968): «Defendemos, não uma civilização, mas a própria civilização»³⁵³.

Para de seguida, em «Razões da Presença...: Somos sinceramente amantes da paz» (Marcello Caetano, novembro de 1968), sustentar:

Em África defendemos a paz. E bem desejaríamos que cessassem os combates – que deixassem os terroristas de encontrar o apoio graças ao qual penetram nos nossos territórios e aí inquietam e afligem as populações. Enquanto tal não sucede a acção das autoridades e das tropas é conduzida cada vez mais no sentido de conquistar almas em lugar de ceifar vida³⁵⁴.

Perguntando retoricamente ao Mundo em «Razões da presença...: Ignoram que as Províncias Ultramarinas são Portugal há quinhentos anos?» (Marcello Caetano, setembro de 1970), para a seguir assegurar: «eram territórios desolados, aqui e além povoados por tribos primitivíssimas sem qualquer noção de nacionalidade». O governante mostra-se incrédulo, com aquilo que considera ser a falta de conhecimento dos que atacam Portugal: «Por que há-de ignorar-se que nos países africanos a maioria não possui o espírito democrático, nem está habilitada ou disposta a pôr em prática as fórmulas governativas do tipo ocidental?». E faz alguns considerandos:

Desde épocas muito recuadas que no globo há migrações e invasões. A maioria dos norte-americanos e dos canadianos é formada por colonos e descendentes de colonos: devem ou não ceder o governo aos primitivos habitantes e sair donde estão? Na América do Sul – serão os cidadãos dos países existentes e os seus governantes todos autóctones?

³⁵² Em «*Mais Alto*» (167) de março de 1973, p. 3.

³⁵³ Em «*Mais Alto*» (169) de maio de 1973, p. 3.

³⁵⁴ Em «*Mais Alto*» (170) de junho de 1973, p. 3.

Por que será agora ilegítima a presença de colonos na África meridional e não o era há século e meio no continente americano?³⁵⁵.

Para, em «Razões da Presença...: Qual o nosso caminho?» (Marcello Caetano, julho de 1973) defender a solução portuguesa de harmonia étnica, já que, segundo ele, «não há razão para reservar cada continente para o domínio político exclusivo de uma raça ou de uma cor». Voltando a questionar quais as razões para a situação vivida na África portuguesa ser diferente do que acontece por outras paragens do Mundo:

As Américas do Norte e do Sul foram colonizadas e não são governadas pelos índios que primitivamente as habitavam. Nem a Austrália. Por que motivo então os territórios da África austral não-de ser os únicos onde os brancos que os encontraram quase desertos e os povoaram, desenvolveram, valorizaram, civilizaram, de mãos dadas com os nativos e gente de outros continentes, em especial, os asiáticos, por que motivo é que esses territórios não-de ser os únicos onde os brancos não podem fixar-se como em terra sua? Onde aqueles que neles introduziram os modernos equipamentos da vida social estarão impossibilitados de participar no seu governo?³⁵⁶.

Para no último discurso, publicado já em fevereiro de 1974, «Razões da Presença...: Pátria» (Marcello Caetano, abril de 1969), afirmar as razões da irredutibilidade «portuguesa»: a «Pátria, onde cabem todos quantos nasceram sob a sombra tutelar da mesma bandeira» e «que é cadinho onde todas as diferenças se fundem e as divergências se caldeiam»³⁵⁷.

2. 6. Pátria, a razão de tudo.

Pátria, que é, segundo Kaúlza de Arriaga, uma «herança admirável que recebemos dos nossos antepassados», na forma de «lição que escutamos, quase desde o berço, como mensagem a transmitir, íntegra, às novas gerações»³⁵⁸. Lição dada às tropas em 1963 da seguinte forma:

[Pátria] não é um simples conceito filosófico, mas sim, uma realidade viva, palpitante, que está em toda a parte. Pátria é o verso dos vossos filhos e os túmulos dos vossos avós,

³⁵⁵ Em «*Mais Alto*» (173) de setembro de 1973, p. 3.

³⁵⁶ Em «*Mais Alto*» (174) outubro de 1973, p. 3.

³⁵⁷ Em «*Mais Alto*» (178) de fevereiro de 1974, p. 3.

³⁵⁸ Em «Na Europa e na África todos somos um», palavras do Tenente-Coronel Kaúlza de Arriaga, Subsecretário de Estado da Aeronáutica, na sua visita a Angola, «*Mais Alto*» (2) de maio-junho de 1959, p. 10.

a aldeia onde nasceste e as tabancas e sanzalas da Guiné de Angola, a semente que germina na terra e o pão que comeis em cada dia, a escola onde aprendeste a ler e o cemitério onde um dia dormireis o último sono, o quartel onde vos ensinaram a ser soldados e a selva africana onde receberéis o vosso baptismo de fogo, a cruz que encima o campanário das igrejas onde ides rezar e a Bandeira verde rubra que tendes na vossa formatura. Pátria sois vós mesmo, os vossos pais e os filhos que vireis a ter. [...] Tudo isto é Pátria, aquela Pátria que se orgulha de vos ter por filhos, a que todos nos orgulhamos de pertencer e que temos o imperativo dever de transmitir integra aos vindouros³⁵⁹.

Ou de forma mais sucinta, segundo o Coronel Mário Robalo, num dos Juramentos de Bandeira³⁶⁰ no Regimento de Caçadores Para-quadistas em 1969, a Pátria é apresentada como: «realidade viva e palpitante que engloba tudo o que, materialmente, nos rodeia tudo o que pensamos sentir e recordamos, tudo o que ambicionamos e sonhamos para nós e para os nossos»³⁶¹.

Articulando-se nesta «lição», memória e narração, o que se faz, é a «*Dissemi(Nação)*» dos ideais e da memória nacional (Homi Bhabha, 2000), suportadas numa ambivalência entre historicidade (passado imemorial) e novidade (anúncio de um futuro ilimitado no tempo). Aliás como já defendera Ernest Renan (1882) «no passado, uma herança de glória e de nostalgias a partilhar, no futuro um mesmo programa a realizar...», comparando a nação a um alma, a um princípio espiritual. Pois, como escreve Timothy Ash (2005) a Nação é «uma comunidade imaginária formada por mortos, pelos vivos e pelos que ainda não nasceram, que se mantém unida graças a uma cola chamada memória» (*Apud Sobral*, 2006: 8).

Como afirmou Renan, para que exista nação, é necessária uma história seletiva, o esquecimento e até o erro histórico na persecução de um mito nacional (*Apud Sobral*, 2006). Evidenciando-se como tal, episódios notórios, e esquecendo-se outros, menos apelativos ou até mesmo embaraçosos para a comunidade. Pertencer-se a uma Nação implica assim, partilhar um passado e memória comum, e sobretudo acreditar que esse coletivo possui uma

³⁵⁹ Em «Juramento de Bandeira no Regimento de Caçadores Para-quadistas», «*Mais Alto*» (53), de setembro de 1963, p. 15-16.

³⁶⁰ Considerando as chefias militares presentes em tais cerimónias, que os Juramentos de bandeira não são só feitos pelos novos recrutas mas também pela assistência da cerimónia, que assim reitera o seu compromisso com a Pátria. Em «Juramento de bandeira no regimento de caçadores para-quadistas», alocução do Tenente-Coronel Rafael Durão, «*Mais Alto*» (103) de novembro de 1967, p. 14.

³⁶¹ Em «Juramento de bandeira no Regimento de Caçadores Para-quadistas», palavras do Cor. Mário Robalo, «*Mais Alto*» (121) de maio de 1969, p. 23.

identidade própria (Sobral, 2006). A memória³⁶² a que aludem Ash e Sobral é no fundo o resultado, por um lado, da experiência de vida num espaço definido como nação, e por outro, da produção intencional, de um determinado passado como memória (Sobral, 2006). Como Anthony Smith podíamos quase dizer, «sem memória não há identidade; sem identidade, não há nação» (1997: 75), apresentando-as como indissociáveis. As identidades nacionais mais não são, do que formas específicas de memórias coletivas. Ou como sustenta Eviatar Zerubavel, «pertencemos a comunidades mnemónicas – comunidades de memória –, que podem ser de âmbito micro-social como as famílias ou mesmo macro-social como as nações» (*Apud* Sobral, 2006: 4). E como salienta Paul Connerton (1999) «nenhuma memória colectiva pode existir sem referência a um quadro espacial socialmente específico» (: 42). O que permite a cada um de nós, enquanto indivíduos, situar-se física, jurídica, social e emocionalmente, tanto nos eixos do espaço como do tempo (Billig, 1999).

Um elemento chave na construção da identidade e da consciência nacional é assim a memória coletiva (Halbwachs, 1997) (Sobral, 2003) (Sobral, 2004) (Sobral, 2006).

Como vemos, através dos autores referidos e das diversas citações feitas ao conteúdo dos diferentes números do jornal «*Mais Alto*», a Nação não é algo que se atinge de forma inconsciente, mas antes, algo a que se aspira de forma consciente (Anderson, 2005) apelando muitas vezes, como diz Svetlana Boym (2001), a uma «*nostalgia reconstitutiva*».

³⁶² «Memória» enquanto meio de recordar e de mensagem (recordação) que se transmite.

Conclusão.

A pelo menos aparente inexistência de uma linha editorial formal e as sucessivas alterações no elenco diretivo do jornal traduziram-se numa variação dos conteúdos, que por sua vez parecem traduzir percepções diferentes do que devia o jornal ser e quais os seus objetivos. A tudo isto, há que acrescentar as alterações conjunturais no próprio conceito estratégico do que interessa divulgar acerca da guerra colonial.

Porém o jornal «*Mais Alto*» ao procurar gerar uma unidade de pensamento e de ação, através de uma «hipérbole nacionalista», de um «nacionalismo nostálgico» comemorativista e da defesa de um colonialismo benigno, constitui-se inevitavelmente como órgão de construção da Nação, e no caso dos segmentos do público-alvo já familiarizado com a axiomática nacionalista, na consolidação dos argumentos desse discurso. Esta função, que desempenhou cabalmente, é constante ao longo do período analisado, tendo contudo maior preponderância nos momentos em que a Nação se encontrava face a encruzilhadas e em que era necessário conseguir a adesão emocional dos leitores às causas do Estado. São exemplos disso, as «campanhas» levadas a efeito no jornal para o comprometimento nacional contra os ventos da descolonização, especialmente durante os anos de 1961 e 1962, e mais tarde, com a morte de Salazar e a subida de Marcelo Caetano ao poder, na afirmação do prosseguimento da guerra e da ação musculada do Estado, como as únicas formas viáveis para manter a integridade territorial e moral da Nação. Como tal, julgamos possível afirmar, que o jornal em alguns momentos cumpre mais o papel de órgão de ação nacional do que de órgão de divulgação da «Causa do Ar» e da aeronáutica militar.

Tal como um dia voltaram as caravelas³⁶³, após 1974 com a descolonização, voltaram também as aeronaves da Cruz de Cristo *Nas Asas de Um Sonho ... Desfeito...* e o «*Mais Alto*» deu por terminada a sua missão, cremos que, e apesar de tudo, não pelo sentimento de cumplicidade para com o regime derrubado, mas antes, pela perplexidade e inadaptação das chefias militares à nova realidade.

Uma espécie de posfácio.

Contudo o «*Mais Alto*», qual fénix renascida, voltaria a ser editado a partir de 1978.

Nas comemorações do 25º aniversário do «*Mais Alto*»³⁶⁴, em 1984, na presença do então Chefe de Estado Maior da Força Aérea, General Piloto-Aviador Brochado de Miranda,

³⁶³ Título do livro, *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas* de João Paulo Guerra

³⁶⁴ Em «*Mais Alto*» (229) de maio-junho de 1984.

dos responsáveis editoriais e de diversos convidados militares e civis, entre os quais se encontravam, Miguel Trigueiros, Káulza de Arriaga, e os adidos militares às Embaixadas da Checoslováquia e da URSS, foram os colaboradores do jornal destacados com um prémio – o prémio Major Paraquedista Casmarrinho Morais. Militar nascido em Benguela (Angola) e que acabaria morto por ferimentos em combate, a 4 de agosto de 1974, na região de Inhaminga em Moçambique.

Os tempos podem ter genericamente mudado, mas fala neles as vozes dos mortos e dos vivos. Fala neles as vozes dos heróis: do SALADO, de ALJUBARRORA, do BUÇACO, de CHAIMITE, de MUCABA, de Inhaminga... Como atrás já referimos, num mundo cada vez mais globalizado, a escrita da história continua tendo como pano de fundo os territórios nacionais e o estudo, e respetivo ensino do passado, a serem feitos para fortalecer a identidade nacional (Prakash, 2001).

Como afirmava um mote do Estado Novo, «Nada contra a nação, tudo pela nação». O «sangue» assim o exige, e assim o exige toda e qualquer criação social. Só o respeitando, o indivíduo faz parte dessa comunidade imaginada...

Bibliografia.

Fonte Primária:

Jornal «*Mais Alto*» (1) de abril de 1959 a (179) de março de 1974.

Fontes Secundárias:

Livros/Revistas/Jornais:

Almeida, Miguel Vale (1992), “Leitura de um livro de leitura. A sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, em B. J. O'Neill e J. P. Brito (eds.), *Lugares de Aqui*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

Appadurai, Arjun (1986), “Theory in anthropology: center and periphery”, *Comparative Studies in Society and History*. 28, (2), pp.356-361.

Arriaga, Kaúlza (1966), *A Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no futuro*, s.l., s.n.

_____ (1973), *Coragem, tenacidade e fé*, Lourenço Marques, s.n.

Ash, Timothy Garton (2005), “El pasado nos persigue”, *El País*, Domingo, 6-11-2005.

Baycroft, Timothy (2000), *O Nacionalismo na Europa – 1789 – 1945*, Lisboa, Temas e Debates.

Bebiano, Rui (2000), “Sobre a história como poética”.
Disponível em: <http://ruibebiano.net/docs/hpoetica.pdf>

Bhabha, Homi (2000) (ed.), “DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation”, em *Nation and Narration*, Londres, Routledge.

Billig, Michael (1999), *Banal Nationalism*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications.

Boym, Svetlana (2001), *The future of Nostalgia*, New York, Basic Books.

Cádima, Francisco Rui (1992), *O Telejornal e o Sistema Político em Portugal ao Tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)*, Dissertação de Doutoramento em Comunicação Social, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

- Capelato, M. Helena R. (2003), “Imprensa na República: uma instituição pública e privada”, em C. Virgínia Camilotti *et al* (orgs.), *República, liberalismo, cidadania*, Piracicaba, Editora Unimep.
- Castro, Elisa G. (2001), “«Estudos de Comunidade»: Reflexividade e Etnografia em Marvin Harris”. *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas*, 23, (2), pp.195-210. Disponível em <http://www.ufrrj.br/editora/Rch.mil/Vol23%20n2/10%2001h04.pdf>
- Clifford, J. & G. E. Marcus (1986) (eds.), *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press.
- Connerton, Paul (1999), *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta.
- Cruzeiro, Maria Manuela (2004), “As mulheres e a Guerra Colonial: Um silêncio demasiado ruidoso”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (68), pp.31-41.
- De Luca, Tânia Regina (2005), “História dos, nos e por meio dos periódicos”, em Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Editora Contexto.
- Espírito Santo, Sílvia (2002), “Por Deus e Pela Pátria – O MNF na Guerra Colonial”, em Rui de Azevedo Teixeira (orgs.), *A Guerra do Ultramar – realidade e ficção. Actas do II Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Ferreira, José Medeiros (2001), *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa.
- Fonseca, Wilton (1995), *À Sombra do Poder. A história da Lusitânia. 1944-1974*, Lisboa, Edições do Tempo.
- Guerra, João Paulo (2009), *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*, Alfragide: Oficina do Livro.
- Halbwachs, Maurice (1997), *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Lévi-Strauss, Claude (1986), *O Olhar Distanciado*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, Mário Canongia (1989), *Os Aviões da Cruz de Cristo*, Lisboa, Dinalivro.
- Lourenço, Eduardo (1999), “Uma Cultura do Silêncio”, em Jorge Ribeiro, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto, Campo das Letras.
- Lowenthal, David (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2011), *Angola 1961 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*, Lisboa, Texto Editores.
- Matos, Sérgio Campos (2008), *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal, Séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Nóvoa, António (1996), “Educação Nacional”, em Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo I e II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pimentel, Irene Flunser (1996), “Movimento Nacional Feminino (MNF)”, em Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo I e II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- _____ (1996), “Secção Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa”, em Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo I e II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- _____ (1998), “A Mocidade Portuguesa Feminina nos dez primeiros anos de vida (1937-47)”, *Penélope* (19-20), pp.161-187.
- Prakask, Gyan (2001), “A vida incerta da nação moderna na Ásia Meridional”, *Ler História* (41).
- Ramos do Ó, Jorge (1996), “Prémios Literários (SPN/SNI)”, em Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo I e II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Quintas, Fátima (2000), “A crônica antropológica: literatura e ciência”. *Logos*, (13), pp.33-41.
Disponível em <http://www.logos.uerj.br/PDFS/anteriores/logos13.pdf#page=52>.
- Renan, Ernest (2000) [1882], “What is a Nation?”, em Homi Bhabha (ed.), *Nation and Narration*, Londres, Routledge.
- Rosas, Fernando (1992) (coord.), *Nova História de Portugal, Volume XII: Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- Rosas, Fernando e J. M. Brandão de Brito (1996) (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo I e II*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Said, Edward W. (1996), *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.

- Santos, Cristiana Teles (2008), “O Contributo da Imprensa Militar na Luta Contra subversiva em África. Estudo de Caso: O Ronga”, *Revista Militar*, (2482). Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/index.php?cat_id=36.
- Santos, Mariana Lagarto (2007), *A formação da mentalidade colonial: representações do Portugal ultramarino em livros de leitura do Estado Novo*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Silva, Alex Gomes (2011), “A recriação «atlântica» do processo colonizador português. A revista Atlântico (1941-1945)”, *Revista Angelus Novus*, (2), pp.110-141.
- Smith, Anthony (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- Soares, Alberto Ribeiro (2003), *Catálogo da Biblioteca do Exército*, Lisboa, Biblioteca do Exército.
- Sobral, José Manuel (2003), “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português”, *Análise Social*, XXXVI, (365), pp.1093-1126.
- _____ (2004), “Memoria Social, Identidad, Poder y Conflicto”, *Revista de Antropologia Social*, (13), pp.137-159.
- _____ (2006), “Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português”.
- Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_4.pdf.
- Tengarrinha, José (2006), *Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Minerva.
- Vaz, Nuno Mira (1997), *Opiniões públicas durante as Guerras de África 1961/74*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Torgal, Luís Reis (1989), *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva.
- Zerubavel, Eviatar (2003), *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*, Chicago, The University of Chicago Press.

Outras fontes:

Revistas:

Boletim Geral do Ultramar, XXXV, (407-408), Portugal, Agência Geral do Ultramar.

Revista da Armada (34) de julho de 1974.

Revista do Ar (254) de dezembro de 1959.

Sites online:

“Diário da República: Cem anos de história, 100 dias de histórias”.

Disponível em: http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=92&did=120594.

Conferências:

Calvão, Alpoim (2012), “Operação Tridente (1964)”, comunicação apresentada no Seminário Guerra de África, Instituto o de Estudos Superiores Militares (IESM), 13 de abril de 2012.

Anexos

Anexo A – Quadro resumo das mudanças na direção do «Mais Alto».

Nº / mês / ano	Diretor	Subdiretor
1 / abril / 1959	Miguel Trigueiros (*)	
20 / dezembro / 1960	Brigadeiro Francisco Chagas	Tenente-coronel Henrique Troni
45 / janeiro / 1963	Brigadeiro Simão Portugal	Tenente-coronel Cunha Cavadas
65 / setembro / 1964	Brigadeiro Correia Mera	
72 / abril / 1965		Coronel Figueiredo Cardoso
120 / maio / 1969	General Dias Costa	Coronel Cunha Cavadas
125 / setembro / 1969		Coronel Costa Bastos
145 / maio / 1971		Brigadeiro Tavares Monteiro
165 / janeiro / 1973	Brigadeiro Tavares Monteiro	Coronel Correia do Amaral
174 / outubro / 1973		Coronel Teles Pereira

(*) Diretor e Proprietário.

Observações:

- Carlos Cascais mantém-se como Editor desde o nº 1 até ao nº 179, de março de 1974.
- A partir do nº 26-27, de junho-julho de 1961, passa a ser feita referência ao Chefe de Redação, o então Alferes Francisco Pinto Balsemão.
- A partir do nº 45, de janeiro de 1963, passa a ser Chefe de Redação, o Aspirante Francisco Costa Reis. Em dezembro de 1964, com o nº 68, desaparece a referência ao Chefe de Redação, situação que se mantém até março de 1974.

Anexo B – Primeira página do nº 1 do «Mais Alto» – abril de 1959.

ANO I — N.º 1
ABRIL DE 1959
Preço 2\$00

MAIS ALTO

UM JORNAL AO SERVIÇO DA AVIAÇÃO
PORTUGUESA
PATROCINADO PELA FORÇA AÉREA
Redacção e Administração
Av. da Liberdade, 252 — LISBOA

Director e Proprietário
MIGUEL TRIGUEIROS

Editor
CARLOS CASCAIS
Comp. e Impressão na Tip. União Gráfica —
Rua de Santa Marta, 48 — LISBOA

A NOTICIA DO MÊS

A FIM DE ESTUDAR PROBLEMAS RELACIONADOS COM A INSTALAÇÃO E PRESENÇA DA FORÇA AÉREA EM ANGOLA, ENCONTRA-SE NAQUELA PROVÍNCIA ULTRAMARINA O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, TENENTE-CORONEL KAULZA DE ARRIAGA.

«O TRABALHO DE ESCLARECIMENTO PÚBLICO PELOS INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO IMPÕE-SE CADA VEZ MAIS» — afirma ao nosso jornal o SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA AERONÁUTICA

A importância primordial da Aviação, nos múltiplos aspectos que condicionam e dirigem a vida das populações em todo o mundo civilizado, acentua-se de dia para dia.

É hoje indiscutível o papel de acentuado relevo que lhe cabe na resolução de problemas de guerra e de paz, dada a sua flexibilidade e a característica peculiar que possui de poder realizar acções distantes vencendo o espaço e o tempo, de forma a acompanhar, e por vezes ultrapassar, o ritmo da época em que vivemos.

E se isto é verdade em relação aos problemas e realidades de todas as nações, adquire especial relevância no que se refere a Portugal, dadas as condições geoestratégicas nacionais, a extensão e a variedade das províncias portuguesas do Ultramar.



No momento em que se inaugura, com a minha visita a Angola, um novo capítulo da presença de Portugal nos seus territórios ultramarinos — pois essa visita dá início à instalação da Força Aérea na África Portuguesa — tenho especial satisfação em salientar que a Aviação será no futuro, ainda mais do que até hoje, um elo firme e permanente a ligar com a Metrópole as diversas parcelas de Portugal no Além-Mar, diversas na sua configuração física, mas unidas e indivisíveis na sua alma e no seu destino comum.

Espero do novo jornal «Mais Alto» uma importante colaboração neste como nos outros sectores que se relacionam com a vida da Força Aérea ao serviço da Nação.

(Continua na página 4)

LINHA DE RUMO

O título de um jornal constitui quase sempre a expressão simbólica da missão que se propõe realizar ou do destino que espera merecer. É uma síntese de aspirações ou um resumo de finalidades. E é também, muitas vezes, uma bandeira de som e alma, desfraldada na hora própria ao ar livre da consciência pública.

O jornal «Mais Alto», na modestia da sua apresentação inicial, deseja precisamente vir a tornar-se digno do alístico que adoptou para seu nome e símbolo de intenções. «Mais Alto» nos caminhos do ar, porque estas páginas se destinam a servir com lealdade o presente e o futuro da Aviação Portuguesa. Mas também «mais alto» nos rumos do espírito, pois que sem elevação moral e espiritual não há voos completos, como não há homens completos.

«Mais Alto», ainda e sempre, nessa linha de rumo de horizontes incomparáveis que é o amor da Pátria aliado ao culto do dever.

Todo um programa de acção nacional cabe, em verdade, no nome escolhido para resumir o ideal superior que presidiu à fundação deste novo jornal. Seremos fiéis a esse programa.



Palavras do Chefe do Estado Maior da Força Aérea para «Mais Alto»

«MAIS ALTO»... desejo sempre insatisfeito no espírito de um «aviador», agora trasladado para título de um novo jornal patrocinado pela Força Aérea.

Que posso dizer? Como deusaria que ele fosse estrutu-

rado pelo seu competente director e compreendido pela maioria daqueles a quem se dirige.

Julgo que uma publicação desta natureza deve orientar-se fundamentalmente para o desenvolvimento e consolidação de um salutar «espírito de corpo» da organização que serve. Nem pesadamente técnico, conselheiral ou dogmático, nem extremamente jocoso, superficial ou vulgar; que seja um elo bem forte na comunhão de ideal de todos aqueles que têm a honra de envergarem a farda do «AR», conscientes da grandeza da sua missão igualmente útil na paz ou na guerra; aglutinador espiritual de homens irmanados por uma mesma vontade de fazer voar aviões com segurança, com eficiência e com objectivo bem enquadrado nos interesses superiores da Nação.

Repositório dos factos notáveis da vida da F. A., mas anotando também aqueles considerados comuns no dia a dia das Unidades, que nem por menos salientes na rotina do serviço, são por este facto dignos de constatação

(Continua na página 5)



SER AVIADOR

Por J. M.

Dizem as crónicas familiares, neste caso as irmãs mais velhas, que quando eu tinha 3 anos já dizia, a quem fosse capaz de me entender, que desejava ser aviador, em crescendo! Não sei, desculpem-me as minhas irmãs, até que ponto é verdade, mas como eu era um menino portento, que já nessa idade escrevia longas cartas, que só o Tantas era capaz de ler, é possível que assim fosse.

Como certo, posso dizer que nos anos que se seguiram, aque-

les em que, então, já é costume os «meninos» fazerem e dizem graças inteligíveis; em que todos costumamos querer ser bombeiros, polícias ou limpachaminés; embora esta última possibilidade muito me atraísse, eu defini clara e persistentemente a minha posição e olhando para trás, não posso deixar de me sentir possuído de uma forte clarividência sobre o que seriam as perspectivas futuras deste

(Continua na página 4)

Anexo C – Apresentação de M. T. ao Diretor dos Serviços de Censura.

m:G

3.2.59

137
01.07

Exm^o. Senhor
Director dos Serviços de Censura à Imprensa
- Calçada da Glória, 9 - 2^a. L I S B O A -

Tenho a honra de informar V.Ex^a. de que o escritor Senhor Miguel Trigueiros, que desempenha junto deste Gabinete as funções de Chefe do Serviço de Divulgação da Força Aérea, foi encarregado por Sua Ex^a. o Subsecretário de Estado da Aeronáutica de fundar e dirigir um órgão de imprensa destinado a substituir o mensário "Brado" que constitui propriedade de Monsenhor Antero de Sousa, ex-capelão chefe deste ramo das Forças Armadas.

Muito agradeço por isso a V.Ex^a. o obséquio de serem dadas as necessárias facilidades ao Senhor Miguel Trigueiros, pertinentes à organização e funcionamento do referido órgão de imprensa, que tem o patrocínio da Força Aérea, nomeadamente no que respeita à possível dispensa de garantia ou fiança bancária normalmente exigida para estes casos.

Na realidade, sendo o mesmo periódico subsidiado por este Departamento do Estado, tem de certo modo a sua existência financeira garantida, independentemente de outras razões de venda e expansão.

Mais me permito solicitar a anuência de V.Ex^a. em que o referido escritor, Senhor Miguel Trigueiros possa estabelecer entendimento directo e oportuno sobre este assunto com os serviços da vossa digna Direcção.

Apresento a V.Ex^a. os meus respeitosos cumprimentos.

O Chefe do Gabinete


José da Silva Correia, Cor.Pil.Av.

Anexo D – A gênese do «Mais Alto».

COPIA

Subsecretariado de Estado da Aeronáutica
Serviços de Divulgação da Força Aérea

INFORMAÇÃO

Aprovo o constante 2, 3 e 4. Pode contar-se com a aquisição pelo Gabinete de jornais no valor mensal de 1.000\$00. Não deve contar-se com qualquer subsídio pela verba de "Subsídios a revistas, jornais e outras publicações de interesse para a F.A.". Aprovo o constante de 6 e 7.

Assunto: - Jornal "Mais Alto"

22.3.59 - As) K. de Arriaga

- 1 - De acordo com o desejo manifestado por Sua Ex^a. o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, vai começar a ser publicado ainda no corrente mês, sob o patrocínio da Força Aérea Portuguesa, um jornal que se destina a substituir o mensário "Brado".
- 2 - O referido órgão que se intitulará "Mais Alto", terá como proprietário e Director o Chefe dos Serviços de Divulgação da Força Aérea, Miguel Trigueiros, como editor Carlos Alberto Cascais Xavier e como Administrador Orlando Parente Maia Marques, Capitão de Intendência e Contabilidade.
- 3 - À semelhança do que foi determinado em 1958, para o jornal "Brado" através da circular nº,11, Pº,13-4/58 e 13-7/58, da Direcção do Serviço de Intendência e Contabilidade da F.Aérea, de 22 de Fevereiro do referido ano, torna-se absolutamente indispensável que todas as Unidades e Estabelecimentos da Força Aérea, incluindo as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, participem mensalmente na publicação do referido jornal com as importâncias que para cada um a seguir se indicam:

Base Aérea Nº.1 ...	1.000\$00	Aerodromo Base Nº.1 ...	200\$00
" " Nº.2 ...	1.000\$00	G.D.A.C.I.Nº.1	1.000\$00
" " Nº.3 ...	1.000\$00	B.C.Paraquedistas	1.000\$00
" " Nº.4 ...	1.000\$00	D.G.M. da F.Aérea	400\$00
" " Nº.5 ...	1.000\$00	O.G.M.A.	1.000\$00
" " Nº.6 ...	1.000\$00		
" " Nº.7 ...	500\$00		

- 4 - Torna-se igualmente indispensável obter do Ministério da Marinha e do Ministério do Exército a transferência para o jornal "Mais Alto" do subsídio mensal de 500\$00 por cada um dos Ministérios indicados, anteriormente concedido ao jornal "Brado".

- 5 - Do mesmo modo se necessita a confirmação para 1969 da verba destinada à compra de exemplares feita pelo Gabinete de Sua Ex^a. o Subsecretário de Estado da Aeronáutica (1.000\$00 mensais) e do subsídio do Estado Maior da Força Aérea a liquidar pela verba inscrita no Orçamento Geral do Estado - Subsecretariado de Estado da Aeronáutica - destinada a "Subsídios a Revistas, Jornais e Outras Publicações de interesse para a Fraça Aérea".
- 6 - Propõe-se para o jornal "Mais Alto" o formato de 0^m,50 x 0^m,43, identico ao do "Diário Popular",
O número de páginas previsto é de 12, sendo 4 destas, a duas cores.
- 7 - No que respeita à restante organização administrativa e redactorial, bem como à distribuição do jornal "Mais Alto", vigorarão as instruções dadas por Sua Ex^a, o Subsecretário de Estado da Aeronáutica para o jornal "Brado", constantes da circular N^o,1/58, da Secretaria do Estado Maior da Força Aérea de 25-2-958.

Lisboa, 17 de Março de 1969

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO
DA FORÇA AEREA

As)- Miguel Trigueiros

Anexo E – Quadro de pessoal e colaboradores (proposta).

SUBSECRETARIADO DE ESTADO DA AERONÁUTICA
(Serviços de Divulgação)

Aprovo.
19/10/59

12
13^o

(a) Kaulza de Arriaga

Proposta de Regulamento do quadro de
pessoal e colaboradores do jornal
"Mais Alto"

01 - O quadro de pessoal efectivo e colaboradores do jornal
"Mais Alto" tem os seguintes cargos e funções:

- a - Um Director-Proprietário.
- b - Um Editor-Redactor.
- c - Um Contabilista-Tesoureiro, nomeado pelo Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Aeronáutica.
- d - Colaboradores eventuais da Redacção, técnicos em assuntos da Aeronáutica Militar.
- e - Colaboradores eventuais da Redacção, para assuntos diversos.
- f - Um paginador - revisor para as páginas de héliogravura.
- g - Um paginador - revisor para as páginas de tipografia.
- h - Angariadores de publicidade.
- i - Um ajudante-servente.

02 - Ao Director-Proprietário compete:

- a - A direcção geral do periódico, sempre ajustada às indicações recebidas do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Aeronáutica.

- b - A orientação administrativa do jornal, de acordo com as prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei.
- c - A representação pública e oficial do jornal.

03 - Ao Editor-Redactor compete:

- a - Estabelecer e manter todos os contactos normais de trabalho com as tipografias e entidades ligadas à confecção do jornal.
- b - Redigir a parte noticiosa do periódico.
- c - Estabelecer e manter todos os contactos normais com os angariadores de publicidade.

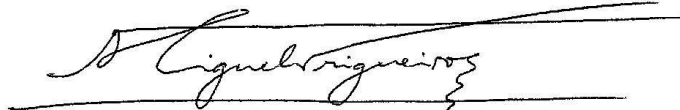
04 - Ao Contabilista-Tesoureiro compete:

- a - Organizar e manter em dia a escrita do jornal.
- b - Elaborar facturas e outros documentos eventualmente necessários às cobranças e pagamentos.
- c - Promover as cobranças e os pagamentos, de acordo com a orientação estabelecida pelo Proprietário do jornal.

- 05 - Aos colaboradores da Redacção, tanto técnicos como de assuntos diversos, compete a elaboração de textos cujos temas se não solicitados, sugeridos ou aceites, pelo Director do jornal.
- 06 - Aos paginadores e revisores de heliogravura e tipografia, competem as funções definidas pela sua própria especialização de trabalho.
- 07 - Ao pessoal efectivo do jornal "Mais Alto" serão, até nova determinação, atribuidos os seguintes vencimentos mensais:
- | | |
|---|---------------------------------|
| a - Director-Proprietário: | 2.000\$00 |
| b - Editor-Redactor | 500\$00 |
| c - Contabilista-Tesoureiro | 500\$00 |
| d - Colaboradores da Redacção,
conforme a extensão ou quantidade dos artigos | { 400\$00
300\$00
200\$00 |
| e - Paginadores-revisores | 250\$00 |
| f - Ajudante-servente | 100\$00 |
- 08 - Aos angariadores de publicidade do jornal serão atribuídas as percentagens habituais, que não poder exceder 30 %.
- 09 - Este Regulamento, depois de aprovado superiormente, entrará em vigor logo após a publicação do jornal "Mais Alto" que

reunirá os n.ºs. 5 e 6, relativos a Setembro e Outubro de 1959, nesta data já em elaboração.

Lisboa, 13 de Outubro de 1959

A handwritten signature in cursive script, reading "Miguel Trigueiros", is written over a horizontal line. The signature is fluid and somewhat stylized, with a long horizontal stroke at the beginning and a wavy, vertical stroke at the end.

(Miguel Trigueiros)

Anexo F – Descubra as diferenças.

BRADO
ASAS DE PORTUGAL

ANO 1 - N.º 48
JANEIRO DE 1958

Patrocinado pela FORÇA AEREA
Redacção e Administração - Av. de Humberto, 232 - LISBOA

Director e Editor: **MONS. ANTONIO DE SOUSA**

Supplente do Director: **JOSE RODRIGUES**

Administrador: **JOSE RODRIGUES**

Redacção: **JOSE RODRIGUES**

Impressão: **IMPRESSORA PORTUGUESA DE JORNALISMO**

Preço: 2500

A nova fase do «BRADO»

Palavras do Subsecretário de Estado da Aeronáutica

Rumo ao Ultramar

A Defesa Nacional e a Força Aérea

Voe mais alto

MOMENTOS da nossa História

Conte-nos o seu Caso

SER AVIADOR

MAIS ALTO

ANO 1 - N.º 1
ABRIL DE 1959
Preço 2500

Patrocinado pela FORÇA AEREA
Redacção e Administração - Av. de Humberto, 232 - LISBOA

Director e Proprietario: **MIGUEL TROQUEES**

Editor: **CARLOS CASCAIS**

Administrador: **JOSE RODRIGUES**

Impressão: **IMPRESSORA PORTUGUESA DE JORNALISMO**

Preço: 2500

O TRABALHO DE ESCLARECIMENTO PÚBLICO PELOS INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO IMPÕE-SE CADA VEZ MAIS - afirma o nosso jornal o SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA AERONÁUTICA

Palavras do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea para Mais Alto

Rumo ao Ultramar

A Defesa Nacional e a Força Aérea

Voe mais alto

MOMENTOS da nossa História

Conte-nos o seu Caso

SER AVIADOR

O «Brado» aqui apresentado, nº 48 (de janeiro de 1958), corresponde ao início de uma nova fase do jornal, como aliás é anunciado neste número. Como podemos ver as semelhanças, que em jeito de brincadeira quisemos salientar, são evidentes. Alguns dos seus colaboradores são os mesmos e algumas colunas também (por ex. Rumo ao Ultramar).

Anexo G – Resenha do jornal «Brado» e documentação complementar.

O jornal «Brado» foi publicado entre dezembro de 1949 e março de 1959. Surgindo inicialmente sob a forma de Boletim Paroquial com umas meras 4 páginas, assumiria mais tarde, o cariz de publicação de divulgação aeronáutica. Voltando no seu último número em março de 1959 a adquirir o carácter de jornal paroquial.



Figura F.1 – 1ª Página nº 2 (janeiro de 1950)

Em 1949, o então «Brado – Ecos de Montejunto», tem como Diretor, Proprietário e Editor o Padre Antero de Sousa – capelão da Base Aérea da Ota (Alenquer). Nessa base aérea reside a Redação e Administração; sendo o jornal Composto e Impresso na Tipografia «A Central», na Rua Cândido dos Reis, 29 a 33 em Alenquer. Esta publicação de propaganda religiosa, como a si própria se refere no nº 2 de janeiro de 1950, direciona o produto da sua distribuição a obras paroquiais e aos pobres. Contudo, dada a sua inserção no meio aeronáutico militar, dedica cada vez atenção à «Causa do Ar».

A partir do 5º número, de abril de 1950, passa a ser Composto e Impresso na Escola de Tipografia das oficinas de S. José, à Travessa dos Prazeres, 34, em Lisboa. Até ao final do primeiro semestre de 1951 mantém uma publicação regular, passando a partir dessa data a ter uma saída inconstante.



Figura F.3 – 1ª Página nº 26 (maio de 1955)

No nº 20 de junho de 1952, aparece com um novo logótipo, deixando cair a anterior referência: «Ecos de Montejunto». Encerra-se esta fase com a saída do nº 25, de abril de 1954³⁶⁵, com um novo logótipo e novo local de Composição e Impressão, agora na «S.I.G. João Pinto, Lda.», Rua de Campolide, 133 B-C.

Em maio de 1955, com o nº 26, dá-se a mudança da sua Redação e Administração para a Base Aérea de Sintra. Inicia-se, assim, uma nova fase – a de Sintra – crucial para o desenrolar do



Figura F.2 – 1ª Página nº 20 (junho de 1952)

³⁶⁵ O nº 23 é de abril de 1954, não nos tendo sido possível, até à data, saber qual o mês de publicação do nº24, uma vez que não há nenhum exemplar na Biblioteca Nacional.

futuro da publicação. Nesta fase, já com um intuito mais amplo, procura-se «quanto possível estabelecer o intercâmbio entre a família aeronáutica». Talvez por isso mesmo, em julho de 1957 e depois da sua presença no dia da Força Aérea no Porto, o jornal passa a ser patrocinado pela Subsecretaria de Estado da Aeronáutica.

O projecto «pessoal» do Padre Antero de Sousa, era agora, chamado pelo Subsecretário de Estado, tenente-coronel Kaúlza de Arriaga, a dar voz à aeronáutica militar e a constituir-se como órgão de divulgação da FAP. Assim, com o seu nº 48, de janeiro de 1958, é anunciada essa nova fase, do agora, «*Brado – Asas de Portugal*».

O nº 49, de fevereiro de 1958, é assim considerado o Primeiro Número³⁶⁶ do jornal. São nomeados Subdiretor e



Figura F.5 – 1ª Página nº 60 (março de 1959)

Paroquial da Freguesia de Campo Grande, numa «feliz aterragem em campo civil»³⁶⁸, depois de desmobilizado como o seu Diretor.

O «*Brado*», enquanto órgão de informação e divulgação da FA, tinha terminado. A sua missão seria então confiada a um novo periódico – ao «*Mais Alto*».



Figura F.4 – 1ª Página nº 48 (janeiro de 1958)

Chefe de Redação, os Majores Pilotos-Aviadores João Quintela e

Osório Mourão, respetivamente. Passando a constar na 1ª página, o preço unitário (1\$00) e a tiragem (9.000 exemplares). Ilustrativas do estatuto alcançado pelo «*Brado*» são as circulares nº46 e nº 54, Pº 13-4/58, que complementam esta resenha.

A publicação do jornal manter-se-á constante até dezembro de 1958 (nº 59), porém deixam de aparecer, com o nº 55, de agosto do mesmo ano, as referências ao Subdiretor e ao Chefe de Redação. O nº 60, de março de 1959, traz-nos nova surpresa³⁶⁷, apresentando-se como «*Brado – Cultura e Informação*», Jornal

Paroquial da Freguesia de Campo Grande, numa «feliz aterragem em campo civil»³⁶⁸, depois de desmobilizado como o seu Diretor.

O «*Brado*», enquanto órgão de informação e divulgação da FA, tinha terminado. A sua missão seria então confiada a um novo periódico – ao «*Mais Alto*».

³⁶⁶ «O primeiro número do “Brado” foi muito bem recebido pelo público e com referências elogiosas por parte da imprensa diária e regionalista» no «*Brado*» (49) de fevereiro de 1958, p. 1.

³⁶⁷ Para pormenor ver página seguinte – 1ª página do número 60, de março de 1959 (versão a preto e branco).

³⁶⁸ Título do artigo da página 3 do referido número.

Circular nº 46 (15.01.1958) Pº. 13.04/58

15.1.58

46

13.04

Assunto: Organização do jornal "BRADO"

Referência: Proposta da Secção de Assistência Religiosa e Social e respectivo despacho do S. A.

Exmo. Senhor

Subchefe do Estado Maior da Força Aérea (Pessoal)

Sua Exa. e Subsecretário de Estado da Aeronáutica aprovou a proposta para a organização do jornal "Brado" da Secção de Assistência Religiosa e Social, decidindo assim que as Unidades da Força Aérea participem com as seguintes quantias:

Base Aérea 1	500 a 2\$00	.. 1.000\$00
Base Aérea 2	500 a 2\$00	.. 1.000\$00
Base Aérea 3	500 a 2\$00	.. 1.000\$00
Base Aérea 4	500 a 2\$00	.. 1.000\$00
Base Aérea 6	500 a 2\$00	.. 1.000\$00
Aérodromo Base 1	250 a 2\$00	.. 500\$00
Aérodromo Base 2	250 a 2\$00	.. 500\$00
Depósito G.M.F.A.	250 a 2\$00	.. 500\$00
O. G. de M. A.	500 a 2\$00	.. 1.000\$00
Bat. Caçadores Paraqued.	500 a 2\$00	.. 1.000\$00

2. Solicita-se que da decisão acima se dê conhecimento às Unidades afim de estas contarem com a participação para o "Brado" nas suas despesas.

O Chefe do Gabinete

Fernando Ferreira Pinto Resende
Coronel Pil. Av. c/C. E. M.

Circular nº 54 (17.01.1958) Pº. 13.04/58

17.1.58

54
13.04

Assunto: Jornal "BRADO - Asas de Portugal"

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete do Ministério da Educação Nacional

Por determinação de Sua Exa. o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, o jornal "Brado - Asas de Portugal", fundado e dirigido pelo Capelão Chefe, Mons. Antero de Sousa, passará a ser o órgão de informação patrocinado pela Força Aérea, versando assuntos de carácter geral e especial da Aeronáutica e os problemas internacionais e nacionais da actualidade relacionados com o poder aéreo.

2. Há o maior interesse em que este jornal seja ainda pela sua acção cultural, construtiva e moral, o elo de união e de intercâmbio entre o pessoal da Força Aérea Portuguesa e a mocidade escolar com vista à melhoria do recrutamento para a Força Aérea. Para isso torna-se necessário a participação efectiva do Ministério da Educação Nacional.

3. No planeamento da tiragem do jornal atribuíram-se 2.500 exemplares ao Ministério da Educação Nacional o que, ao preço unitário de 1\$00, resulta o total de 2.500\$00.

4. Espera-se que, ponderadas as razões acima expostas, V.Exa. dê o seu acordo em ajudar esta iniciativa da Força Aérea Portuguesa que se considera de interesse nacional.

5. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

A Bem da Nação

O Chefe do Gabinete

Fernando Ferreira Pinto Resende
Coronel Pil. Av. c/C. E. M.

cc: Mons. A. de Sousa

Anexo H – Missiva de Kaulza de Arriaga.

07.09

07.09
Anex. 000466

08.04.60
21

09. 284

- 1) Parece não poder restar qualquer dúvida de que se se pretender defender as Províncias Africanas Portuguesas com um mínimo de probabilidade de exito haverá que recorrer a um sistema moderno de guerra em que a aviação de combate e principalmente a de pequeno transporte terá um papel primordial.

É bem possível que, se em tempo útil tivéssemos tido aviação na Índia, ainda hoje estivessemos de posse dos territórios de Nagar-Aveli e Dadrá.

- 2) A pesar do que acabo de referir, todo o meu esforço para a instalação nas Províncias Africanas Portuguesas de alguns meios de Forças Aéreas tem sido totalmente inútil.

Expuz o assunto pela primeira vez a Vossa Excelência em Dezembro de 1956, há precisamente dois anos. Um pouco mais tarde relembrei-o escrevendo a Vossa Excelência.

Depois falei várias vezes com os Senhores Ministros da Defesa, Coronel Santos Costa e General Botelho Moniz, com os Senhores Ministros do Ultramar Dr. Raul Ventura e Almirante Lopes Alves, com o Senhor Ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes, e com o Senhor Ministro das Finanças, Dr. Pinto Barbosa.

Todas estas entidades se mostraram de acordo com o constante de 1). Contudo a questão não progrediu um milimetro.

E agora sou informado de que também em 1959 se não poderá contar com a instalação de qualquer elemento da Força Aérea nas Províncias Africanas Portuguesas.

3) Aquilo que pessoalmente posso fazer está feito ou em curso de execução:

- a) - Mandeí uma missão à África que cogheu todos os elementos necessários ao estudo da defesa das Províncias Africanas Portuguesas e da instalação nestas de meios da Força Aérea;

- b) - Está em curso e estudo acabado de referir;
- c) - Estão em adaptação 18 aviões de combate a basear normalmente em Angola e Moçambique e deslocáveis para outras Províncias Africanas;
- d) - Mandei preparar o fabrico em Portugal de aviões de pequeno transporte a basear normalmente em Angola e Moçambique e deslocáveis para outras Províncias Africanas.

Por mim pouco mais posso fazer.

Lisboa, 10 de Dezembro de 1958

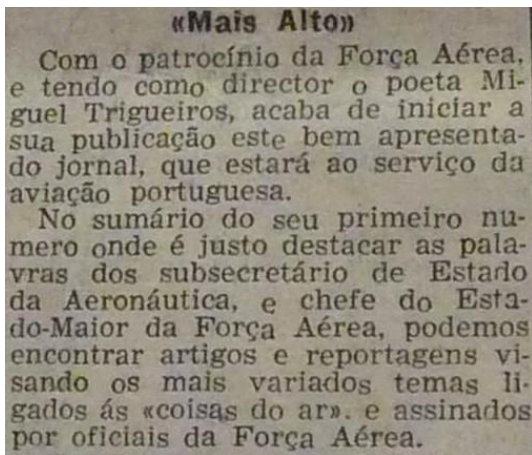
Anexo I – O surgimento do «Mais Alto» nos outros media.



«*Diário de Notícias*»
(10 Maio 1959 – pág. 7)



«*O Século*»
(09 Maio 1959 – pág. 12)



«*Diário de Lisboa*»
(10 Maio 1959 – pág. 2)



«*República*»
(10 Maio 1959 – pág. 5)

O nº 1 do «*Mais Alto*» referente a abril de 1959 terá saído efetivamente apenas em inícios de maio, dada a estada de Kaúlza de Arriaga e de Miguel Trigueiros em Angola. Kaúlza de Arriaga partira para Angola a 15 de abril de 1959, na sequência da preparação do

exercício Himba. Juntando-se-lhe a 20 de abril Miguel Trigueiros em Luanda³⁶⁹. Regressam ambos a Lisboa já nos primeiros dias de maio.

³⁶⁹ «No avião da TAP partiu ontem para Luanda, onde vai reunir-se a seu marido, a esposa do Subsecretário de Estado da Aeronáutica, que se encontra em Angola. Foi acompanhada pela esposa do Coronel Pinto Resende, comandante da 2ª Região Aérea, que se encontra também em Angola, e do poeta Miguel Trigueiros, chefe do Serviço de Divulgação Aeronáutica do Subsecretariado da Aeronáutica», em «A FORÇA AÉREA fará uma demonstração no Aeroporto de Luanda com lançamento de para-quedistas e exercícios de tiro e bombardeamento», «*Diário de Notícias*» de 21 de abril de 1959, p. 5.

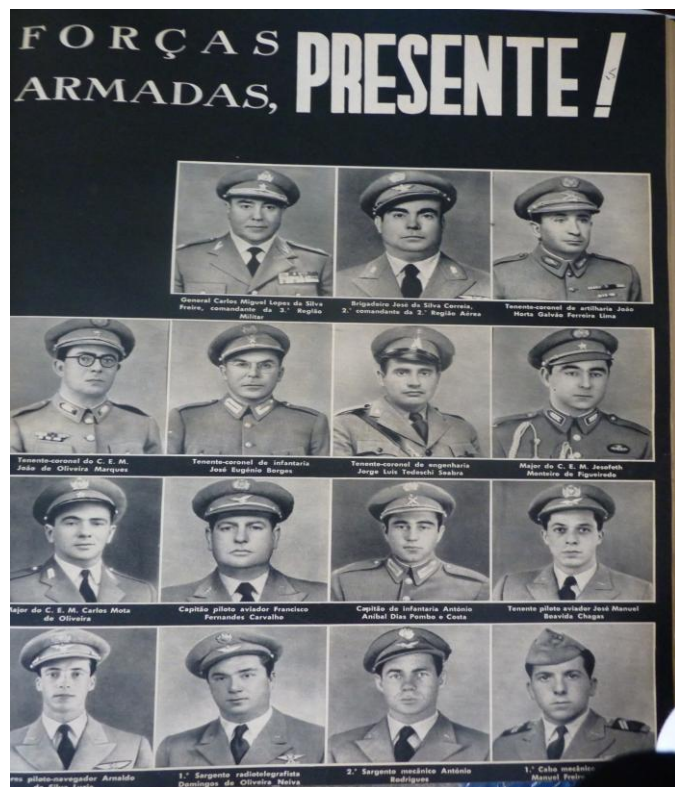
Anexo J – Mudanças no destaque dado aos que caíram em combate.



«Mais Alto» (24-25) abril-maio de 1961, p. 3.



«Mais Alto» (26-27) junho-julho de 1961, p. 3.




«Mais Alto» (31-33) novembro-janeiro de 1961-62, p. 15.

MORRERAM EM SERVIÇO

- Tenente piloto Eduardo Prazeres Júlio.
- 1.º cabo pára-quedista Lourenço Pires André.
- Soldado pára-quedista José Ribeiro Ferreira.

«Mais Alto» (162) de outubro de 1972, p. 23.

Anexo K – Proposta de artigo para o «Mais Alto».


COMANDO DA ZONA AÉREA DE CABO VERDE E GUINÉ
BATALHÃO DE CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS N.º 12
INFORMAÇÕES/OPERAÇÕES

PA-1EN
25 JAN 1973

BISSAU, 19./JAN/1973

Em resposta refira: NOTA Nº.12/10/73 - Pº.01.08.00.

Para: ESTADO MAIOR DA FORÇA AÉREA - REP.GABINETE LISBOA

Assunto: COLABORAÇÃO PARA O "MAIS ALTO".

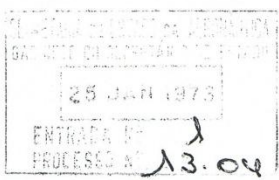
25-1-73
[Signature]

As fotografias do Mais Alto não deve referir-se a operações
[Signature]
25/1/73

Junto se envia a colaboração desta Unidade para o jornal "MAIS ALTO".

1º O COMANDANTE
/

Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá
Ten. Cor. Páraq.
[Signature]



Anexo: Fotografias
: Captura de uma rampa de lançamento de foguetões.

GABINETE
174 25-1-73

Nesta proposta pode-se ver manuscrita a recusa de publicação e a respetiva justificação: «Não publicar. O Mais Alto não deve referir-se a operações».

CAPTURA DE UMA RAMPA DE LANÇAMENTO DE FOGUETÕES 122 POR TROPAS DO BCP12,
NO SUL DA GUINÉ.

Na exploração imediata de um apresentado pertencente a um Grupo de Foguetões do PAIGC, Tropas Pára-quedistas da CCP 122 do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas nº.12, em operações já há semanas no Sul da Guiné, capturaram no primeiro dia do ano uma Rampa de Lançamento de Foguetões 122, em acção de héli-assalto na região do TOMBALI.

De notar que se trata da primeira arma deste tipo, já utilizada pelo Inimigo há alguns anos, que é capturada, bem como o facto da mesma se apresentar completa, com todos os seus componentes e acessórios, como se pode verificar nas fotografias publicadas.

Bissau, 16 de Janeiro de 1973



Fotos enviadas junto com o artigo.